

Edição, seleção de
textos e tradução:

Felipe Bilharva da Silva
Gabriel de Ávila Othero
Melissa Lazzari
Pablo Nunes Ribeiro
Sérgio de Moura Menuzzi

INVESTIGAÇÕES EM LINGUÍSTICA GERAL

*Textos escolhidos de
Martin Haspelmath*

Editora da

ABRALIN

Edição, seleção de textos e tradução:

Felipe Bilharva Da Silva
Gabriel De Ávila Othero
Melissa Lazzari
Pablo Nunes Ribeiro
Sérgio De Moura Menuzzi

**INVESTIGAÇÕES EM
LINGUÍSTICA GERAL :**

Textos Escolhidos de
Martin Haspelmath

Editora da ABRALIN

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Haspelmath, Martin

Investigações em linguística geral [livro eletrônico] : textos escolhidos de Martin Haspelmath / Martin Haspelmath ; edição, seleção de textos e tradução Felipe Bilharva da Silva...[et al.]. -- Campinas, SP : Editora da Abralin, 2024. -- (Traduções)
PDF

Outros organizadores e tradutores: Gabriel de Ávila Othero, Melissa Lazzari, Pablo Nunes Ribeiro, Sérgio de Moura Menuzzi.

ISBN 978-85-68990-54-4

1. Haspelmath, Martin 2. Linguagem e línguas
3. Linguística - Análise I. Silva, Felipe Bilharva da. II. Othero, Gabriel de Ávila. III. Lazzari, Melissa. IV. Ribeiro, Pablo Nunes. V. Menuzzi, Sérgio de Moura. VI. Título. VII. Série.

24-236053

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Palavras das Editoras

Houve um tempo em que as grandes religiões se apresentavam como a principal fonte de parâmetros éticos explícitos para a vida em sociedade. Jessé de Souza, no livro *A tolice da inteligência brasileira*. Ou como o país se deixa manipular pela elite (Editora Leya, 2015, p. 12), entretanto, chama a nossa atenção para o fato de que esse papel tem sido hoje disputado com as ciências, na medida em que elas oferecem um conjunto de ideias (construídas em espaço social de prestígio) capturadas em programas de partidos políticos, de planejamento do Estado, de planejamento e condução do ensino, de elaboração e aplicação das leis, daquilo que a mídia publica. Pudemos testemunhar um tanto dessas disputas durante os períodos mais críticos da pandemia de SARS-COVID-19, em que cientistas, falsos cientistas e anti-cientistas ofereceram produtos e valores capturados pelo poder, levando, por um lado, a cenários caóticos inimagináveis e, por outro lado, a oportunidades de demonstração de tudo o que se ganha quando o conhecimento (teórico, aplicado, tecnológico) é respeitado.

A ABRALIN tem sido incansável no esforço de fortalecimento e de difusão dos saberes produzidos pelas ciências da linguagem no Brasil. Uma parte desse esforço resultou na criação, em 2020, desta Editora, cuja função é apoiar e divulgar a pesquisa em Linguística – o nosso modo peculiar de enfrentamento à ignorância, ao preconceito, à injustiça que se constroem com as línguas ou em torno delas.

Existe uma grande diversidade de áreas, temas, orientações, interesses, pessoas no nosso campo de estudo. A Editora da ABRALIN quer se firmar como um espaço para a expressão dessa diversidade, que aqui se alia a propósitos científicos, democráticos e humanitários. Sendo open access, gratuita e digital, ela quer contribuir para que a circulação de saberes linguísticos solidamente construídos seja garantida e alcance a todos e todas que por eles se interessarem (estudantes, docentes e quem mais quiser).

Cada obra passa pelo crivo de especialistas associados à ABRALIN, que gentilmente prestam esse serviço à comunidade, e pelas disposições de editais públicos, pensados para assegurar a ampla participação e também a relevância dos textos selecionados.

Assim, é com muita satisfação, que publicamos esta obra, plenamente inserida nesse conjunto de diretrizes e compromissos da Editora da ABRALIN.

Ana Paula Scher
Olga Ferreira Coelho Sansone

Apresentação

Felipe Bilharva da Silva

Gabriel de Ávila Othero

Melissa Lazzari

Pablo Nunes Ribeiro

Sérgio de Moura Menuzzi

1

As regularidades interlinguísticas podem ser explicadas por restrições à mudança?

2

Diferentes explicações na gramática são mutuamente compatíveis: estruturais, evolutivas e biocognitivas

3

O morfe como forma linguística mínima

4

A linguisticidade humana e os blocos elementares de construção das línguas

5

Explicando assimetrias na codificação gramatical: correspondências forma-frequência e previsibilidade

Apresentação

Temos, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um grupo de estudos que se reúne (mais ou menos) quinzenalmente com o objetivo de debater textos clássicos da linguística (Sapir, Chomsky, Mattoso, Jakobson, etc.). O “clube dos clássicos”, como o chamamos, já acontece há pouco mais de dez anos e é composto por professores, alunos da graduação e da pós-graduação. Ler e discutir esses textos clássicos nos levou a debater temas recentes e atuais na linguística contemporânea – justamente uma característica dos textos clássicos, que são atemporais: fomentar (e servir de base para) discussões contemporâneas. Temas como os limites entre morfologia e sintaxe, entre fonética e fonologia, entre léxico e sintaxe, a motivação das regras, dos princípios e das restrições gramaticais, o papel do *input* linguístico, a natureza da “gramática universal”, os níveis de descrição e explicação em linguística, etc., sempre estiveram entremeados nas discussões desses clássicos. E muitos desses temas, como logo descobrimos, vêm sendo trabalhados de maneira sistemática pelo linguista e pesquisador Martin Haspelmath, do Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva (*Max-Planck-Institut für evolutionäre Anthropologie*), na Alemanha.

Por isso, incorporamos alguns textos de Haspelmath ao nosso cronograma de leituras e debates, numa tentativa de unir textos clássicos a discussões contemporâneas em linguística. Depois de lermos

alguns textos do autor, pensamos que seu trabalho poderia encontrar solo fértil no Brasil, uma vez que a linguística brasileira, além de ser área consolidada, é praticada por pesquisadores de uma gama muito grande de afiliações (ou escolas ou teorias ou abordagens) diferentes. Pensamos, então, que seria interessante se algumas das ideias de Haspelmath pudessem circular no país – e foi com esse intuito que decidimos organizar este livro com cinco trabalhos recentes do autor.

Começamos com o texto “As regularidades interlinguísticas podem ser explicadas por restrições à mudança?”, publicado originalmente no livro *Explanation in typology: diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence*, editado por Karsten Schmidtke-Bode, Natalia Levshina, Susanne Maria Michaelis e Ilja A. Seržant, em 2019. Nesse texto, Haspelmath, em suas palavras, “aborda uma tendência recente no estudo da variação linguística e dos universais linguísticos, qual seja, atribuir padrões interlinguísticos à diacronia, em vez de atribuí-los a outros fatores causais”. Haspelmath argumenta em favor de

quatro pontos fundamentais: (i) explicações podem envolver a diacronia de diferentes maneiras; (ii) para explicações causais de tendências universais, é preciso invocar restrições de mudança; (iii) além das restrições de mudança, precisamos também de restrições adaptativo-funcionais, como fica claro nos casos de multiconvergência; e (iv) explicações adaptativo-funcionais bem-sucedidas não dependem da compreensão da trajetória precisa da mudança.

Seguindo essa linha de raciocínio, no próximo texto que apresentamos neste volume, “Diferentes explicações na gramática são mutuamente compatíveis: estruturais, evolutivas e biocognitivas”, baseado em uma apresentação de 2021 para o Centro de Ciências Linguísticas da Universidade Normal de Pequim, Haspelmath argumenta justamente que

não há uma grave razão para haver divisões ideológicas no estudo dos padrões gramaticais das línguas humanas: não precisamos ter “compromissos” ou “princípios” (...); não precisamos decidir “do que trata a linguística” (...); não precisamos “subcrever” a um modelo e defendê-lo; e não precisamos perpetuar

terminologias divergentes. Todas essas noções e práticas problemáticas são uma realidade na linguística contemporânea, mas não são necessárias. Eu gostaria de sugerir que diferentes escolhas metodológicas (“abordagens”) são mais compatíveis entre si do que muitos podem pensar.

Ele analisa três fenômenos distintos – o sistema vocálico das línguas, a ordem de palavras em alemão e a marcação diferencial do objeto – aplicando três tipos de abordagens nas explicações desses fenômenos: estruturais, evolutivas e biocognitivas.

O terceiro texto de Haspelmath que apresentamos aqui se intitula “O *morfe* como forma linguística mínima”, publicado originalmente no número 30 da revista *Morphology*, em 2020. Segundo o próprio Haspelmath, no resumo do texto, o trabalho

apresenta uma proposta terminológica: que o antigo termo *morfe* seja usado para se referir a uma forma linguística mínima. Muitos linguistas (não apenas morfólogos) precisam de tal termo, porque frequentemente nos referimos a formas linguísticas mínimas, porém os vários termos usados por linguistas com um significado próximo a esse são pouco claros ou não se referem especificamente a formas. O termo “*morfema*” tem três significados bastante diferentes, e outros termos, como “item de vocabulário”, são muito abstratos. O termo “*morfe*” pode ser usado como base para definir outros termos amplamente utilizados, como “raiz”, “prefixo” e “sufixo”, que geralmente são definidos como tipos de “*morfemas*”. Também pode servir de base para uma definição mais clara de supletivismo (envolvendo conjuntos de morfes supletivos) e de morfes variantes, evitando assim as confusões em torno dos termos “*alomorfe*” e “*alomorfia*”.

No quarto texto aqui presente, “A linguisticidade humana e os blocos elementares de construção das línguas”, Haspelmath, em suas palavras, discute “a ideia, amplamente aceita, de que os blocos de construção das línguas (traços, categorias e arquiteturas) fazem parte de um plano inato para a Linguagem Humana”. Esse texto foi publicado em 2020, no volume 10 da revista *Frontiers in Psychology*. Haspelmath argumenta que

a singularidade estrutural das línguas (no léxico, na fonologia e na morfossintaxe) nos leva a preferir uma abordagem greenbergiana na comparação de línguas, o que também está mais alinhado com a ideia minimalista de que existem pouquíssimos elementos exclusivamente linguísticos, isto é, específicos da capacidade biológica para a linguagem.

Finalmente, encerrando este livro, apresentamos o texto “Explicando assimetrias na codificação gramatical: correspondências forma-frequência e previsibilidade”, publicado originalmente no volume 57, número 3, da revista *Journal of Linguistics*, em 2021. De acordo com Haspelmath, nesse trabalho, ele argumenta

que uma ampla variedade de assimetrias na codificação gramatical pode ser explicada por adaptações voltadas para as necessidades dos usuários da língua, em termos de frequência de uso, previsibilidade e eficiência na codificação. Eu defendo que todas as oposições gramaticais envolvendo uma diferença de significado mínima e uma diferença de frequência significativa são refletidas em uma assimetria na codificação universal, isso é, um padrão interlinguístico no qual o membro menos frequente da oposição recebe uma codificação especial, a menos que a codificação seja uniformemente explícita ou zero.

Gostaríamos de agradecer a interlocução de Martin Haspelmath durante o processo de tradução e edição deste livro e agradecer, igualmente, por Haspelmath ter autorizado a tradução dos textos e sua posterior publicação em formato de livro pela Editora da ABRALIN.

Porto Alegre, julho de 2023

Felipe Bilharva da Silva
Gabriel de Ávila Othero
Melissa Lazzari
Pablo Nunes Ribeiro
Sérgio de Moura Menuzzi

**As regularidades
interlinguísticas
podem ser explicadas
por restrições à
mudança?**

1

As regularidades interlinguísticas podem ser explicadas por restrições à mudança?¹



Martin Haspelmath

11

Este texto aborda uma tendência recente no estudo da variação linguística e dos universais linguísticos, qual seja, atribuir padrões interlinguísticos à diacronia, em vez de atribuí-los a outros fatores causais. Essa é uma sugestão interessante, e tento tornar os conceitos básicos mais explícitos ao traçar uma distinção clara entre regularidades de uma língua particular, tendências universais e meros padrões recorrentes, bem como procuro definir três tipos de fatores causais (preferências, restrições gerais, restrições específicas)². Neste texto, defendendo quatro pontos fundamentais: (i) explicações podem envolver a diacronia de diferentes maneiras; (ii) para explicações causais de tendências universais, é preciso invocar restrições de mudança; (iii) além das restrições de mudança, precisamos também de

1 Capítulo traduzido por Melissa G. Lazzari e Pablo Nunes Ribeiro. Título original: “Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change?”. Este texto foi publicado originalmente no livro *Explanation in typology: diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence*, editado por Karsten Schmidtke-Bode, Natalia Levshina, Susanne Maria Michaelis e Ilja A. Seržant, em 2019.

2 N. do T.: No original, o autor usa os termos *constraints* e *restrictions*. Optamos por traduzir esses termos como *restrições gerais* e *restrições específicas*, respectivamente. Ao longo do texto, usaremos *restrição* em casos em que essa distinção não se faz relevante.

restrições adaptativo-funcionais, como fica claro nos casos de multiconvergência; e (iv) explicações adaptativo-funcionais bem-sucedidas não dependem da compreensão da trajetória precisa da mudança.

1. Universais linguísticos: restrições a distribuições interlinguísticas como *explananda*³

Desde Greenberg (1963), tem sido amplamente reconhecido que a comparação de línguas de escopo mundial pode nos dar não apenas taxonomias (como na tipologia mais antiga, por exemplo, VON SCHLEGEL, 1808; SCHLEICHER, 1850, p. 5–10; SAPIR, 1921), mas também limites interessantes da distribuição interlinguística. Especialmente, quando se olha para vários parâmetros de maneira simultânea, nem todos os tipos logicamente possíveis são atestados, ou alguns são muito mais comuns e outros muito menos comuns do que seria esperado por acaso. Gostaríamos de saber o porquê – ou, em outras palavras, procuramos explicações causais.

Ao menos desde Chomsky (1981), muitos gramáticos gerativistas também têm se interessado em regularidades interlinguísticas, que foram muitas vezes interpretadas por eles como decorrentes dos princípios inatos da Gramática Universal (GU) e da variação paramétrica. Outros preferiram explicações funcionais para os universais (por exemplo, COMRIE, 1989; STASSEN, 1985; DIXON, 1994; DIK, 1997; HAWKINS, 2014); no entanto, da mesma forma, esses autores apelaram principalmente para princípios gerais da linguagem e algumas vezes até adotaram o termo gramática universal (KEENAN; COMRIE, 1977; FOLEY; VAN VALIN, 1984; STASSEN, 1985).

Em contraste com essas duas abordagens predominantes dos anos 1970-1990, há uma visão alternativa, segundo a qual a explicação para a estrutura dos universais linguísticos vem da diacronia. O primeiro autor renomado nessa tradição é Greenberg (1969), que afirmou que “regularidades sincrônicas são meramente consequência de forças [diacrônicas]” (1969, p. 186). Um exemplo claro do papel

³ N do T.: O termo *explananda* é usado na filosofia da ciência para designar o objeto a ser explicado - em oposição a *explanans*, que designa a teoria proposta para explicar esse objeto.

explicativo da diacronia é a generalização de que, em línguas com preposições, o possuidor geralmente segue o nome possuído em construções possessivas, enquanto em línguas com posposições, geralmente o precede (Universal 2 de GREENBERG, 1963; DRYER, 1992). Isso pode ser explicado com base na regularidade diacrônica de que novas adposições geralmente surgem de nomes possuídos em processos de gramaticalização (LEHMANN, 2015[1982]; BYBEE, 1988, p. 353–354; COLLINS, 2019; DRYER, 2019). Por exemplo, em inglês, a expressão *because (of)* vem de *by + cause (of)*. Como a ordem dos elementos permanece estável na gramaticalização, temos uma explicação para o fato de o nome possuído e a adposição tenderem a ocorrer na mesma posição nas línguas.

A visão de que a explicação dos universais linguísticos vem (ao menos algumas vezes) da diacronia aparentemente tem ganhado terreno ao longo da última década e meia. Os primeiros artigos de Greenberg (1969; 1978) e Bybee (1988) representavam visões minoritárias (embora GIVÓN, 1979, e LEHMANN, 2015[1982], tenham discutido amplamente mudança diacrônica e contribuíram para lhe dar um lugar de destaque na linguística tipológico-funcional). Artigos proeminentes nessa vertente nos últimos anos são Aristar (1991), Anderson (2005; 2008; 2016), Cristofaro (2012; 2013; 2014), Creissels (2008), Gildea & Zúñiga (2016); em fonologia, Blevins (2004) é um estudo que adota uma abordagem semelhante (ver também BLEVINS, 2006). Seguem algumas citações relevantes de alguns desses artigos (entre outros):

(1) a. “A questão para a tipologia talvez não seja quais tipos de sistemas são possíveis, mas quais tipos de mudança são possíveis”. (TIMBERLAKE, 2003, p. 195)

b. “padrões sonoros recorrentes sincronicamente são um reflexo direto de suas origens diacrônicas e, mais especificamente, ... a mudança sonora regular baseada na fonética é a fonte comum de padrões sonoros recorrentes”. (BLEVINS, 2006, p. 119–120)

c. “os universais estatísticos não são realmente de natureza sincrônica, mas são, em vez disso, o resultado de mecanismos

diacrônicos subjacentes que causam mudanças nas línguas de maneiras preferenciais ou ‘naturais’ ”. (BICKEL et al., 2015, p. 29)

d. “não existem universais da linguagem (ou pelo menos são muito poucos), e as regularidades surgem a partir de caminhos comuns da mudança diacrônica que se fundamentam em fatores externos às propriedades definidoras do conjunto de gramáticas cognitivamente acessíveis”. (ANDERSON, 2016, p. 11)

Este artigo tem dois objetivos principais: primeiramente, gostaria de contribuir para o esclarecimento de conceitos, identificando quais tipos de afirmações foram feitas e quais termos foram usados para descrever cada tipo de fenômeno.

Em segundo lugar, argumento que há duas formas de interação entre a diacronia e os universais: algumas generalizações interlinguísticas são resultado de restrições de mudança, como previstos pelos autores em (1), mas outras se devem a restrições adaptativo-funcionais. Mais especificamente, quero destacar quatro pontos:

- A noção de “explicação diacrônica” é muito vaga, porque as explicações podem envolver a diacronia de maneiras bastante diferentes.
- As tendências universais não podem ser explicadas por trajetórias comuns de mudança, apenas por restrições de mudança, ou o que chamo de restrições mutacionais.
- A multiconvergência mostra claramente que as restrições adaptativo-funcionais são necessárias para explicar pelo menos algumas regularidades interlinguísticas.
- As explicações adaptativo-funcionais não dependem da compreensão das trajetórias de mudança, embora conhecer essas trajetórias ilumine as explicações.

Antes de apresentar esses quatro pontos, discutirei alguns termos técnicos na próxima seção, pois muitas vezes há confusão entre os termos usados para se referir a regularidades de uma língua particular (seção 2.1), regularidades interlinguísticas (seção 2.2) e fatores causais (seção 2.3).

2. Regularidades e fatores causais: conceitos e termos técnicos

Termos gerais como *restrição específica*, *restrição geral*, *preferência*, *tendência*, *viés* e *motivação* têm sido usados de maneiras diversas e, às vezes, de forma confusa pelos linguistas. Essa seção esclarece como esses termos são usados no presente artigo, apontando quais outros significados foram dados a alguns deles e quais outros termos foram usados para tratar (aproximadamente) dos mesmos conceitos. Estabeleço uma distinção entre termos para regularidades e termos para fatores causais e, dentro dos termos para regularidades, diferencio entre *regularidades de uma língua particular* e *regularidades interlinguísticas*.

2.1 Regularidades de uma língua particular

As regularidades em uma língua em particular podem estar relacionadas ao uso da língua ou ao sistema linguístico convencional. As regularidades do uso da língua são cada vez mais estudadas pela linguística de *corpus*, sendo frequentemente consideradas a origem das regularidades do sistema, especialmente no que é frequentemente chamado de visão “baseada no uso” (BYBEE, 2010). No entanto, as regularidades de uso e as regularidades do sistema são conceitualmente diferentes, e os linguistas normalmente distinguem claramente entre *fala* (*parole* - uso da língua) e *língua* (*langue* - sistema da língua). No que se segue, concentro-me nos sistemas de convenções linguísticas.

Para se referir a regularidades dentro de um sistema linguístico específico, os linguistas normalmente usam os termos *regra* e *construção* (ou *esquema*). Além disso, os linguistas descritivos usam muitos outros termos de classe (ou categoria) bem estabelecidos, como *oração*, *sintagma nominal*, *sufixo*, *caso dativo* ou termos para relações entre construções, como *alternância* ou *derivação*. Todos esses termos se relacionam com sistemas de línguas particulares.

O termo *restrição geral* é utilizado algumas vezes para tratar de regularidades específicas de uma língua, por exemplo, em formalismos

orientados por restrições, como a HPSG e a Teoria da Otimidade. No entanto, vou usar esse termo exclusivamente para fatores causais, conforme explicado em 2.3 abaixo.

As regularidades de uma língua particular também podem ser vistas como “explicações”, pelo menos em um sentido mais amplo, pois respondem questões a respeito de regularidades de nível inferior (“Por que há um caso Dativo no objeto desta frase? Porque a valência verbal requer um Dativo.”). Definições de regras ou construções podem, portanto, ser chamadas de “explicações descritivas” se assim desejarmos. Neste artigo, no entanto, concentro-me em explicações causais que nos ajudam a explicar os sistemas convencionais das línguas.

2.2 Regularidades interlinguísticas: padrões recorrentes e tendências universais

As regularidades interlinguísticas são tipicamente generalizações a respeito das regularidades de uma língua particular⁴, e aqui farei uma distinção entre dois tipos de regularidades. Por um lado, fenômenos semelhantes podem ser encontrados em diferentes partes do mundo, como consoantes ejetivas, epêntese de vogal alta, formas de modo optativo ou marcadores funcionais (CREISSELS, 2014). Esses são chamados de padrões recorrentes. Por outro lado, existem regularidades tão fortes que as chamamos de universais, pois ocorrem com frequência muito maior do que seria esperado ao acaso. Também costumo usar o termo *tendências universais*, pois não considero que não haja exceções⁵.

Padrões recorrentes não são similaridades acidentais, no sentido de que deve haver algo na condição humana que torne possível a ocorrência de categorias linguísticas muito similares de maneira

4 No entanto, a linguística de *corpus* comparativa estuda *corpora* comparáveis de uso linguístico, portanto, não há uma relação necessária entre a comparação interlinguística e o estudo de sistemas (em oposição ao uso).

5 Outro termo para distribuição interlinguística é *viés familiar*, proposto por Bickel (2013), que significa “predominância dentro de uma família”. Observe que esse uso de “viés” é bastante diferente do uso mais comum, como em *viés cognitivo* (por exemplo, TVERSKY; KAHNEMAN, 1974); um termo como *tendência familiar* provavelmente seria mais transparente.

independente em línguas que não possuem conexão histórica. No entanto, a descoberta de um padrão recorrente não implica uma alegação a respeito de outras línguas.

Por outro lado, a descoberta de um universal implicaria uma alegação categórica a respeito de todas as outras línguas: se um universal se sustenta (ou seja, é encontrado com uma frequência muito maior do que o acaso em uma amostra razoavelmente representativa), afirma-se que ele também se sustentaria em qualquer outra amostra representativa. Dessa forma, as afirmações sobre tendências universais podem ser testadas por meio da análise de dados das línguas do mundo, enquanto as alegações sobre padrões recorrentes podem apenas ser reforçadas por observações adicionais, mas não confirmadas nem refutadas por dados adicionais.

As tendências universais precisam ser distinguidas, em particular, das tendências específicas de famílias de línguas ou regiões, portanto, devem ser baseadas em uma amostra global. Um exemplo bem conhecido é a descoberta de que, em todas as principais regiões do mundo, as línguas com ordem OV tendem a ter posposições, enquanto as línguas com ordem VO tendem a ter preposições (GREENBERG, 1963: Universal 2; DRYER, 1992, p. 83), embora muitas línguas sejam exceções. Outra tendência universal é a limitação do supletivismo nominal aos substantivos mais frequentes (VAFAEIAN, 2013), mesmo que muitas línguas não apresentem nenhum tipo de supletivismo nominal. Podemos até identificar tendências universais dentro de padrões bastante raros, como os universais de infixação (YU, 2007), porque as tendências universais podem ser implicacionais (“Se uma língua tem infixação, então...”).

Em contraste, padrões recorrentes não estão associados a nenhuma espécie de alegação global, podendo ser chamados de padrões frequentes ou padrões esporádicos, dependendo da avaliação subjetiva de sua frequência. Eles são, sem dúvida, importantes para uma compreensão completa da linguagem humana, mas serão deixados de lado no que segue, pois não está claro quais fatores causais podem elucidá-los.

2.3 Fatores causais: preferências, restrições gerais, restrições específicas

Além de documentar sistemas linguísticos específicos e distribuições interlinguísticas, também queremos saber o que pode explicar as distribuições em termos causais. Os dispositivos explicativos são chamados de *fatores causais*, *motivações (externas ao sistema)* ou *restrições gerais*. Especialmente o último termo é breve e relativamente claro, portanto, vou usá-lo como o termo padrão para um fator causal. (Outros dois termos comumente usados, especialmente fora da linguística dura, são *força* e *pressão*. Parece que todos esses termos são basicamente sinônimos.)

Se uma restrição for muito forte, também pode ser chamada de *restrição específica*, e, se for mais fraca, pode ser chamada de *preferência*⁶. Isso parece estar em linha com o uso atual dos termos na linguística. Portanto, não há diferença objetiva entre restrições, limitações e preferências, e poderíamos usar um dos três termos para todos os tipos de restrições. (Essa situação é semelhante aos casos de padrões esporádicos e frequentes, que são subcasos subjetivos de padrões recorrentes.)

A depender da forma como afetam as distribuições interlinguísticas, diferencio aqui quatro tipos de restrições (ou preferências), que podem ser brevemente caracterizados como em (2).

- (2) a. Restrições adaptativo-funcionais: o que facilita a comunicação (incluindo o processamento) para os falantes e ouvintes.
- b. Restrições representacionais: o que é preferido ou necessário na representação cognitiva da linguagem.
- c. Restrições mutacionais: o que é preferido ou necessário na mudança da linguagem (= restrições de mudança).
- d. Restrições de aquisição: o que é preferido ou necessário na aquisição pelas crianças.

⁶ Outra terminologia para fatores causais externos ao sistema é *viés*, que é usado principalmente por psicólogos para se referir a preferências cognitivas. Os vieses típicos parecem ser relativamente fracos, de modo que até mesmo detectá-los é uma parte importante da pesquisa. Em contraste, as restrições linguísticas frequentemente são bastante fortes, e a controvérsia diz respeito principalmente à sua natureza (funcional-adaptativa, representacional, mutacional) e à interação dessas restrições.

Restrições adaptativo-funcionais são os tipos de fatores invocados por funcionalistas para explicar distribuições interlinguísticas (p. ex., TOMLIN, 1986; MALCHUKOV, 2008; HAWKINS, 2014; entre muitos outros). Por exemplo, inventários fonológicos favorecem sistemas de cinco vogais, pois eles fazem o melhor uso do espaço acústico (DE BOER, 2001), e sistemas de Caso favorecem ergativos explícitos para nominais de baixa proeminência e acusativos explícitos para nominais de alta proeminência devido à associação entre papéis e status de proeminência (DIXON, 1994). Essas restrições são chamadas de adaptativo-funcionais para enfatizar seu papel na explicação dos sistemas, não no uso (funcionamento) da língua. Linguístas funcionais geralmente focam na compreensão do funcionamento da língua em uso, mas meu interesse aqui é explicar como os sistemas adquirem propriedades que facilitam a comunicação⁷. Good (2008) utiliza o termo *explicação externa* nesse sentido (cf. também NEWMAYER, 1998), mas todos os quatro tipos de restrições são externos, pois não fazem parte do sistema. (“Explicação interna do sistema” é apenas outra forma de se referir a regularidades gerais de sistemas linguísticos particulares, cf. 2.1 acima; não considero que a noção de causalidade seja relevante para tais afirmações, portanto, todos os fatores explanatórios causais são externos.)

Restrições representacionais são os tipos de fatores que têm sido invocados pelos gerativistas para explicar os universais gramaticais, conforme observado na seção 1. No quadro da teoria dos Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), eles foram chamados de princípios da Gramática Universal. Por exemplo, os princípios da teoria X-barras ou da Teoria da Ligação têm sido considerados como restrições representacionais, assim como traços universais e hierarquias de categorias funcionais, como a de determinante (p. ex., CINQUE, 1999). A ideia geral é que “os padrões não atestados não surgem porque não podem ser gerados de maneira consistente com a Gramática Universal” (SMITH et al., 2018). As restrições representacionais são geralmente consideradas muito fortes, ou seja, como restrições específicas (e, portanto, diz-se que a Gramática Universal é *restritiva*; cf. também

7 Outro termo para a restrição adaptativo-funcional é *parâmetro de naturalidade* (DRESSLER et al., 1987), e as mudanças adaptativo-funcionais têm sido chamadas de mudanças naturais.

HASPELMATH, 2014)⁸. No entanto, não há uma razão intrínseca para que restrições representacionais não possam ser preferências mais fracas – p. ex., por que não poderia haver uma preferência inata fraca para se colocar elementos em uma categoria de “determinante” (embora essa possibilidade seja quase nunca considerada pelos linguistas). Na pesquisa de Good (2008), as restrições representacionais são tratadas sob o rótulo de “explicações estruturais”, mas esse termo (assim como “explicações internas ao sistema”) deveria ser reservado para afirmações gerais sobre regularidades dos sistemas de uma língua particular.

Restrições mutacionais (ou restrições de mudança) são restrições sobre transições diacrônicas possíveis ou fontes diacrônicas possíveis, que podem ter um efeito sobre distribuições sincrônicas. Por exemplo, se as vogais nasais só surgem de sequências VN, isso explica que todas as línguas com vogais nasais também têm consoantes nasais e que as vogais nasais são mais raras do que as vogais orais no léxico (GREENBERG, 1978). Da mesma forma, se os infixos só surgem por metátese de afixos (=prefixos ou sufixos), isso explica por que eles ocorrem apenas em posição periférica (PLANK, 2007, p. 51). E, se as adposições surgem apenas de nomes em construções possessivas, isso explica o fato de que sua posição se correlaciona com a posição dos nomes nessa construção, conforme observado em 1. A noção de restrições mutacionais não é nova (PLANK, 2007, as chama de “leis diacrônicas”), mas introduzo um novo termo aqui para deixar claro que o fator causal está localizado dentro do processo de mudança, não sendo o caso que a mudança diacrônica meramente realiza um padrão que é conduzido por restrições adaptativo-funcionais (ver a seção 3, abaixo). Pode-se também enquadrar o contraste entre restrições mutacionais e restrições adaptativo-funcionais em termos de fatores orientados para a fonte vs. fatores orientados para o resultado

8 Os linguistas cognitivos também invocam ocasionalmente *restrições representacionais* para explicar universais, embora não sejam referidas como Gramática Universal. Um exemplo disso pode ser a ideia apresentada por Croft (1991) de que todos os tipos de eventos são modelados com base na dinâmica de forças básica de eventos do tipo agente-paciente. Essa restrição não é muito forte, ou seja, trata-se de uma preferência, mas aparentemente uma preferência relacionada a representações cognitivas, e não a preferências comunicativas ou de processamento.

(CRISTOFARO, 2017)⁹, ou pode-se dizer que as restrições mutacionais localizam os fatores causais dentro dos mecanismos de mudança (BYBEE, 2006). Estas são apenas formas alternativas de dizer que as distribuições interlinguísticas resultam de restrições mutacionais.

Por fim, as *restrições de aquisição* são fatores que impactam a aquisição de linguagem e que afetam as distribuições interlinguísticas. Tais restrições são brevemente discutidas por Anderson (2016), mas não parecem desempenhar um grande papel na linguística (no entanto, ver LEVSHINA, 2019, para discussão). Os linguistas gerativos que se preocupam com questões de aprendizagem geralmente assumem que o que pode ser representado também pode ser aprendido, de modo que não há distinção entre restrições representacionais e o que pode ser aprendido. Esse tipo de restrição é mencionado aqui apenas de passagem, por uma questão de completude, mas não desempenhará nenhum papel no que se segue.

3. Duas maneiras em que explicações causais envolvem diacronia

O termo peculiar *restrição mutacional* que adoto aqui pode levantar questões: é necessário usar um novo termo para algo que já é transparente?

A razão pela qual estou usando esse termo aqui é que as possíveis alternativas “restrição diacrônica” ou “explicação diacrônica” não são totalmente transparentes. Em primeiro lugar, explicações diacrônicas podem ser simplesmente explicações de mudanças diacrônicas, mas estamos preocupados aqui com fatores causais que levam a universais. Em segundo lugar, “diacrônico” e “histórico” são termos frequentemente usados de forma intercambiável (cf. o termo “explicação histórica” de Good (2008) para o que chamo de explicações mutacionais). Quando falamos sobre explicações históricas, muitas vezes nos referimos a idiosincrasias contemporâneas que são mais

⁹ Informalmente, em vez de falar sobre “fatores orientados para o resultado”, pode-se dizer também que as restrições adaptativo-funcionais são “forças de atração” que guiam o desenvolvimento variável para um determinado estado preferido.

bem compreendidas quando se conhece suas origens (p. ex., a alternância vocálica em “foot/feet” encontra uma explicação histórica no padrão produtivo anterior de anteposição vocálica condicionada por uma vogal alta na sílaba seguinte). Mas tudo isso é irrelevante no contexto atual, em que estamos preocupados com trajetórias (e fontes) de mudança possíveis e impossíveis.

O termo *restrição mutacional* é necessário principalmente porque existem duas maneiras para explicações causais envolverem a diacronia: as distribuições sincrônicas podem ser *determinadas* diacronicamente ou podem ocorrer pela *realização* diacrônica de resultados preferenciais. O termo *restrição mutacional* destaca o fato de que a mudança é vista como um fator causal aqui, não apenas como a maneira pela qual as distribuições interlinguísticas surgem. Em contraste, quando as tendências universais são explicadas por restrições adaptativo-funcionais, a mudança diacrônica serve apenas para realizar a adaptação. Ela desempenha um papel crucial, porque a adaptação funcional é impossível sem mudança. Nesse sentido, explicações adaptativo-funcionais também são diacrônicas (cf. HASPELMATH, 1999a). No entanto, a mudança adaptativo-funcional não é a causa da adaptação – a causa é a facilitação da comunicação entre o falante e o ouvinte. As restrições mutacionais são situações em que o fator causal reside na própria mudança.

Dois tipos de restrições mutacionais podem ser distinguidos: restrições de fonte e restrições de direcionalidade. A maioria das regularidades diacrônicas discutidas por Cristofaro (2017) diz respeito a restrições sobre fontes possíveis. A restrição de direcionalidade mais conhecida é a irreversibilidade da gramaticalização (HASPELMATH, 1999b, 2004)¹⁰.

Outra razão para evitar os termos “restrição diacrônica” ou “explicação diacrônica” é que eles contrastam com “restrição sincrônica” e “explicação sincrônica”. Mas esses próprios termos são muito

10 As restrições mutacionais também precisam de explicação, é claro. Não abordo esse ponto no presente artigo, pois já está longo e complicado o suficiente. Sua explicação poderia ser “funcional” em algum sentido (a ser mais bem compreendido), mas não pode ser adaptativo-funcional, porque esse tipo de explicação (como entendo aqui) por definição se aplica apenas a sistemas linguísticos, não a mudanças.

problemáticos, uma vez que parecem conceber a explicação em termos não causais. O termo *sincronia* tem uma aplicação clara com referência a um sistema linguístico abstrato e idealizado (o que Saussure chama de *langue*), mas em 2.1 afirmei que as regularidades de uma língua particular devem ser descritas em termos de construções ou regras, e que as restrições causais não podem desempenhar nenhum papel nessa descrição¹¹.

Em vez de *restrição mutacional*, pode-se usar *restrição de mudança* (como no título deste artigo), mas o novo termo *mutacional* é mais saliente (pode ser encontrado mais facilmente em pesquisas automáticas de texto) e, como é mais específico, pode ser usado em novas combinações como *explicação mutacional* (uma explicação em termos de uma restrição mutacional) ou *abordagem mutacional*.

4. Universais não são explicados por trajetórias recorrentes de mudança, apenas por restrições à mudança

Há muito tempo se sabe que existem tipos recorrentes de mudanças na fonologia (lenição de consoantes entre vogais, ditongação de vogais longas, assimilação, etc.) e, nas últimas décadas, também se tornaram proeminentes as mudanças recorrentes na morfossintaxe, especialmente aquelas que se enquadram na ampla categoria da gramaticalização (LEHMANN 2015[1982]; HEINE *et al.*, 1991; BYBEE *et al.*, 1994; e muitos trabalhos relacionados).

Bybee (2006) destaca trajetórias recorrentes de mudança no domínio do tempo-aspecto (perfectivos vindos de anteriores e, em última análise, de construções completivas, resultativas ou de movimento; imperfectivos vindos de progressivos e, em última instância, de construções locativas ou reduplicativas; e futuros vindos de construções volicionais ou de movimento), e faz a afirmação de que “os verdadeiros universais da linguagem são os mecanismos de mudança que

11 É claro que, na prática, os linguistas costumam usar os termos *explicação sincrônica* e *restrição sincrônica*, referindo-se, na verdade, a (i) afirmações gerais muito específicas de uma língua em particular (“explicações descritivas”, 2.1) ou (ii) restrições representacionais. Estas últimas são limitações biológicas, que dificilmente podem ser rotuladas com o termo *sincrônico* no sentido saussuriano.

impulsionam a constante criação e recriação da gramática” (BYBEE, 2006, p. 179-180).

Mas a autora não distingue claramente entre trajetórias recorrentes de mudança e restrições a mudanças possíveis. Não há dúvida de que as mudanças de tempo e aspecto discutidas em seu trabalho são desenvolvimentos generalizados e significativos, mas ninguém sabe o quão difundidas elas são, em comparação com outras mudanças possíveis. Existem muitos marcadores de perfectivo, imperfectivo e futuro cujas origens são desconhecidas, ou marcadores cujas origens não se encaixam em nenhuma das categorias de Bybee. É verdade que a recorrência das mudanças torna praticamente certo que as semelhanças não são acidentais, mas não sabemos o suficiente sobre desenvolvimentos de tempo e aspecto para afirmar com confiança que nenhuma outra origem é possível ou provável, nem mesmo que essas fontes sejam claramente predominantes em comparação com outras possibilidades.

Em um trecho, Bybee afirma que “as trajetórias diacrônicas apresentam padrões interlinguísticos muito mais fortes do que qualquer comparação baseada apenas em gramáticas sincrônicas” (2006, p. 180; ver também BYBEE, 2008, p. 169). Mas as evidências apresentadas não são suficientes para mostrar isso, pelo menos para tempo e aspecto, em que as trajetórias da mudança são altamente diversas, e poucas pessoas ousariam afirmar que certos tipos de mudança são impossíveis ou altamente improváveis.

Para explicar tendências universais, é preciso apelar para algo mais forte do que “trajetórias recorrentes (ou comuns) de mudança”, ou seja, restrições mutacionais, do tipo mencionado anteriormente. Tais restrições permitem explicações causais de distribuições interlinguísticas sincrônicas, da mesma forma que as restrições adaptativo-funcionais. Na mudança fonológica, também discutida por Bybee, algumas trajetórias comuns podem realmente se qualificar como restrições mutacionais: pode ser que mudanças envolvendo [h] sejam altamente uniformes (especialmente [s]/[x] > [h] > Ø), o que indicaria que estamos lidando com uma restrição mutacional, não apenas uma

trajetória recorrente¹². Como tais restrições mutacionais acarretam certas distribuições sincrônicas, elas se qualificam como explicações categóricas; conseqüentemente, se uma distribuição sincrônica pode ser explicada por uma restrição de mudança, ela não é “acidental” (como COLLINS, 2019, qualifica o universal segundo o qual a ordem das adposições se correlaciona com a ordem verbo-objeto)¹³.

Neste ponto, é razoável perguntar como podemos distinguir na prática trajetórias recorrentes e restrições mutacionais. A maneira de distinguir entre regularidades interlinguísticas sincrônicas e padrões recorrentes é reunir amostras representativas de dados globais, juntamente com sua contraparte diacrônica, de modo a estabelecer uma restrição mutacional. Como Collins (2019, p. 54) coloca, “precisamos de grandes bancos de dados de trajetórias de gramaticalização atestadas”. No entanto, isso não é muito prático, uma vez que há poucos casos solidamente atestados de gramaticalização, a maioria de línguas europeias (e algumas asiáticas), e muito do que pensamos saber sobre padrões gerais de mudança é baseado em inferências indiretas e não pode ser submetido a testes estatísticos da mesma forma que podemos proceder com padrões sincrônicos. Assim, na prática, os linguistas confiam em sua experiência geral ao fazer julgamentos ou citam uma série de exemplos para persuadir seus colegas. Esse método é muito menos rigoroso do que o estudo de regularidades sincrônicas, mas não parece ser controverso afirmar que, em geral, ambos os tipos de regularidades diacrônicas existem: restrições mutacionais (em que um resultado particular não tem outra origem possível) e mudanças recorrentes. Isso é tudo o que quero defender neste artigo, uma vez que não faço afirmações fortes a respeito de instâncias particulares (p. ex., se as adposições são forçadas a surgir apenas de nomes possuídos e verbos transitivos, ou se essas são meramente fontes recorrentes).

12 É verdade, é claro, que existem algumas restrições interessantes sobre a mudança morfossintática, especialmente a restrição de que a gramaticalização não pode ser revertida (HASPELMATH, 1999b). No entanto, tais restrições mutacionais não necessariamente dão origem a tendências universais sincrônicas. A gramaticalização em si não resulta em quaisquer tendências universais, e Bybee (2006) aparentemente está correta ao afirmar que a lenição de [s] ou [x] via [h] até \emptyset também não resulta em quaisquer universais sincrônicos.

13 Pode ser que Collins pense que apenas restrições representacionais ou adaptativo-funcionais possam explicar os universais sincrônicos, ou pode ser que ele não considere que as fontes das adposições sejam suficientemente restritas. Veja o parágrafo seguinte para mais informações sobre essa possibilidade.

5. A multiconvergência só pode ser explicada por restrições adaptativo-funcionais

Uma vez que restrições mutacionais são uma fonte possível de universais sincrônicos, pode ser o caso que, de fato, todos os universais sincrônicos resultem de um tipo ou outro de restrição mutacional, e que as restrições adaptativo-funcionais e representacionais não sejam necessárias. Essa é uma posição bastante radical, mas Cristofaro (2017) chega perto de adotá-la.

Talvez a razão mais forte para acreditar que também precisamos de uma explicação adaptativo-funcional é que existem muitos casos de multiconvergência, isto é, situações em que um resultado uniforme ocorre por meio de diversas trajetórias de mudança que produzem um resultado muito semelhante. Por exemplo, observo em Haspelmath (2017) que as construções adpossessivas inalienáveis tendem a ter uma codificação mais curta ou zero, enquanto as construções adpossessivas alienáveis têm codificação explícita ou mais longa, e também observo que esses padrões podem surgir de maneiras diferentes. O padrão inalienável pode ser mais curto devido ao encurtamento especial, ou pode ser mais curto porque apenas o padrão alienável recebeu um novo marcador especial. Kiparsky (2008, p. 37) defende um argumento muito semelhante contra a explicação de Garrett (1990) para a ergatividade cingida em termos mutacionais, observando que “o relato histórico [de Garrett] é insuficientemente geral [...] porque o fenômeno a ser explicado tem várias fontes históricas”.

Curiosamente, dois dos defensores das explicações mutacionais para as tendências universais observam a heterogeneidade das trajetórias. Anderson (2016) está preocupado com os padrões de marcação de caso nos aspectos perfectivo e imperfectivo entre as línguas, e Cristofaro (2017) está preocupada com a assimetria entre singulares nus e plurais explícitos.

A propósito, fontes comuns para um novo perfectivo, de um lado, e para um novo imperfectivo, de outro, convergem para padrões similares de ergatividade cingida, embora não tenham nenhuma relação entre si. (ANDERSON, 2016, p. 23; cf. também ANDERSON, 1977).

Instâncias diferentes da mesma configuração também podem ser resultado de processos muito diferentes. Por exemplo, a erosão fonológica, significando a transferência de um quantificador para um elemento acompanhante, e a gramaticalização de distributivos em marcadores plurais podem dar origem a uma configuração com marcação zero para singular e marcação explícita para plural, mas obviamente não têm nada em comum. (CRISTOFARO, 2017, p. 18–19).

Anderson e Cristofaro estão, portanto, cientes dos padrões de multiconvergência, mas, por alguma razão, não chegam à conclusão de que precisamos de um fator causal adicional para explicar a convergência – até onde posso ver, esse fator pode ser apenas uma restrição adaptativo-funcional¹⁴.

A convergência de diversos processos em um resultado uniforme poderia ser acidental, mas nesse caso não explicaria uma tendência universal, porque uma tendência universal é, por definição, não acidental. Uma tendência universal se mantém diante da análise de mais e mais línguas, enquanto as semelhanças acidentais dos resultados de diversos processos não se repetem caso mais fenômenos sejam considerados. Fazendo uma analogia com uso do termo na área da biologia, na qual “evolução convergente” se refere ao desenvolvimento independente de características semelhantes por razões adaptativas, deveríamos provavelmente evitar o uso do termo “convergência” caso se considere que as semelhanças são acidentais e não serão confirmadas por uma amostra maior. Assim, Anderson e Cristofaro deveriam considerar suas observações em termos de similaridade coincidente ao invés de convergência.

6. Explicações adaptativo-funcionais não precisam especificar trajetórias de mudança

Um ponto de crítica em relação às explicações adaptativo-funcionais é que elas não explicam como a mudança ocorre. Bybee e Cristofaro

¹⁴ Em princípio, também poderia ser uma restrição representacional (ou seja, Gramática Universal), mas como os padrões envolvem universais implicacionais, seria difícil argumentar em favor dessa hipótese. Em geral, universais implicacionais não podem ser facilmente explicados por restrições representacionais.

argumentam que, para que uma explicação funcional das regularidades interlinguísticas seja aceita, é necessário mostrar como a motivação funcional desempenha um papel na maneira como os padrões resultantes surgem.

Concordo que a motivação funcional deva ter um papel no modo como o padrão ocorre, mas não concordo que a maneira pela qual ela influencia a mudança deva ser identificada para que tenhamos uma explicação bem-sucedida. Abaixo estão duas citações relevantes:

[Em] universais linguísticos, fatores causais são mudanças linguísticas que criam estados sincrônicos particulares, e a existência de massiva similaridade entre línguas em estados sincrônicos implica paralelos poderosos na mudança linguística. [...] a validade de um princípio como explicativo só pode ser mantida se puder ser demonstrado que o mesmo princípio que generaliza sobre os dados também desempenha um papel no estabelecimento das convenções descritas pela generalização. (BYBEE, 1988, p. 352)

Essas explicações [funcionais]... foram propostas principalmente com base na distribuição sincrônica dos fenômenos gramaticais relevantes, não nos processos diacrônicos reais que dão origem a essa distribuição em línguas individuais. No que se segue, argumento que muitos desses processos não fornecem evidências para as dependências postuladas entre os fenômenos gramaticais e sugerem maneiras alternativas de olhar para os universais implicacionais em geral. (CRISTOFARO, 2017, p. 10)

O problema com a afirmação de Bybee é que as mudanças são vistas como fatores causais em si: Bybee não parece vislumbrar a possibilidade de uma “força de atração” que aumente a probabilidade de mudança em direção a um determinado tipo de resultado, sem determinar a maneira pela qual a mudança acontece. Além disso, a autora formula o requisito de que se deve ser capaz de *demonstrar* que o princípio adaptativo- funcional desempenha um papel na mudança, mas esse requisito é muito forte. Em geral, não sabemos muito sobre o modo como ocorre a mudança linguística, bem como os motivos pelos quais ela ocorre. A principal evidência para explicações adaptativo- funcionais é a combinação entre o fator causal e o resultado observado. Se há

uma boa combinação – p. ex., se as línguas preferem predominantemente os tipos de ordens de palavras que permitem um parseamento fácil (HAWKINS, 2014), ou se elas tendem a mostrar uma codificação econômica de categorias gramaticais (HASPELMATH, 2008) –, a melhor explicação é em termos adaptativo-funcionais, desde que haja uma forma de as línguas adquirirem essas propriedades. Esse último requisito é sempre atendido, pois não há estados sincrônicos que não possam ter surgido de outros estados. Assim, podemos não saber exatamente como os singulares zero e plurais explícitos em hebraico (p. ex., *sus* "cavalo", *sus-im* "cavalos") podem ter surgido, pois são encontrados da mesma maneira em proto-semita, mas conhecemos várias maneiras pelas quais os plurais podem surgir (CRISTOFARO, 2013), então não há problema em assumir que a motivação funcional da codificação econômica do singular desempenhou um papel no desenvolvimento do contraste.

Cristofaro está correta quando afirma que, quando olhamos para as mudanças que dão origem a distribuições aparentemente motivadas por fatores funcionais, não encontramos (necessariamente) evidências de que as mudanças foram impulsionadas pela necessidade de obedecer às restrições funcionais, porém encontrar tais evidências não é necessário para uma explicação bem-sucedida. A evidência para a motivação funcional não vem da maneira como a mudança aconteceu, mas do ajuste entre a motivação e os resultados observados. Se houver uma tendência universal e ela puder ser explicada por um fator motivador universal, essa explicação deve ser aceita, a menos que uma explicação melhor esteja disponível.

Explicações de regularidades na distribuição mundial de traços culturais muitas vezes também apelam para fatores adaptativo-funcionais em campos adjacentes. Por exemplo, os antropólogos às vezes explicam a religião pela pró-socialidade, ou a monogamia pelos efeitos benéficos para o grupo (por exemplo, PACIOTTI *et al.*, 2011; HENRICH *et al.*, 2012). A questão aqui é se há explicações melhores disponíveis, não se há uma maneira de a religião ou o casamento se desenvolverem. Sabemos pouco sobre como a religião e o casamento surgiram inicialmente ou sobre como geralmente surgem nas sociedades, e é muito difícil estudar os desenvolvimentos diacrônicos. Mas podemos

tentar correlacionar traços estruturais das sociedades humanas com outros traços e fazer inferências sobre possíveis fatores causais. Não se observa nessa literatura nenhuma necessidade em mostrar que os mecanismos pelos quais a religião ou a monogamia surgem devem ser de um tipo particular¹⁵. Basicamente, quando o resultado é preferido, qualquer tipo de mudança pode dar origem a esse resultado, e não precisamos entender a natureza da mudança, tampouco mostrar que a mudança foi motivada pelo resultado.

Outro exemplo marcante na linguística é a redução de palavras frequentes, o que certamente é adaptativo. Mas existem caminhos bastante diversos para a redução. Segundo Zipf (1935), as palavras mais curtas são mais curtas porque passaram por processos de clipagem (*e.g. laboratory > lab* no inglês), e segundo Bybee (2007, p. 12), as palavras curtas são curtas porque “as palavras de alta frequência sofrem alterações redutivas a um ritmo mais rápido do que palavras de baixa frequência [...] o principal mecanismo é a redução fonética gradual”. Mas, na verdade, na maioria dos casos, as palavras mais raras são mais longas porque são (originalmente) elementos complexos, consistindo em múltiplos morfemas – p. ex., *horse* “cavalo” vs. *hippopotamus* “hipopótamo”, *car* “carro” vs. *cabriolet* “cabriolé”, *church* “igreja” vs. *cathedral* “catedral”. O encurtamento drástico de palavras mais longas parece ocorrer principalmente na era moderna, com seu grande número de inovações técnicas e burocráticas; no entanto, nesse cenário, o processo de clipagem é apenas uma das muitas possibilidades – p. ex., Ronneberger-Sibold (2014) discute várias “técnicas de abreviação” bastante diversas em alemão. O que une todos esses processos é apenas uma característica: os resultados das mudanças, que são adaptados funcionalmente.

Quando Cristofaro (2014, p. 297) escreve que “qualquer modelo dos princípios que conduzem ao uso de construções particulares [...] deveria levar em consideração o desenvolvimento diacrônico dessas

15 O mesmo é verdadeiro para as explicações adaptativas na biologia evolutiva: o fato de que as asas são adaptativas pode ser inferido a partir do modo como as asas são usadas pelos animais, e não esperamos que as asas surjam de maneira uniforme (asas de pássaros, morcegos e insetos têm diferentes origens e surgiram por diversas trajetórias de mudança, cuja natureza não é relevante para a explicação adaptativa).

construções, em vez de considerar apenas a distribuição sincrônica”, certamente eu concordo, porque acho que os desenvolvimentos diacrônicos podem elucidar a adaptação funcional. Um estudo diacrônico minucioso pode nos dizer se alguma restrição mutacional desempenha um papel em determinada construção. Mas quando há forte evidência para uma tendência universal e há uma boa explicação adaptativo-funcional disponível, a evidência diacrônica não é estritamente necessária.

7. Uma escala de custo das restrições

O que devemos fazer quando há várias explicações possíveis, usando diferentes tipos de fatores causais? Por exemplo, o que fazemos quando as correlações de ordem de palavras podem ser explicadas por adaptação funcional (eficiência de processamento, HAWKINS, 2014) ou por restrições mutacionais? Ou quando as divisões de marcação de Caso podem ser explicadas pela Gramática Universal (KIPARSKY, 2008) ou pela eficiência da codificação?

A resposta é que existe uma *escala de custos* das restrições:

(3) menos custosa < _____ > mais custosa
restrição mutacional > restrição adaptativo-funcional > restrição representacional

O tipo de explicação “menos custosa” é aquele baseado na mudança, porque a mudança linguística pode ser observada e, se descobirmos que certas mudanças simplesmente não ocorrem (por qualquer motivo), não precisamos fazer afirmações mais abrangentes. Assim, Bybee (2010, p. 111) discute as correlações greenbergianas de ordens de palavras e observa que “a gramaticalização nos dá as ordens corretas de graça” – uma formulação que reflete a afirmação de que as restrições mutacionais não envolvem nenhum “custo” adicional¹⁶.

O próximo tipo de explicação na escala apela para restrições adaptativo-funcionais. Essas são mais custosas porque não podemos

16 Cf. também a argumentação semelhante em Kiparsky (2008, p. 33), em relação a um fenômeno diferente (envolvendo reflexivos): “Isso é realmente tudo o que precisa ser dito. [...] A explicação histórica cobre os dados perfeitamente.” Concordo plenamente com Bybee e Kiparsky a esse respeito.

observar seus efeitos diretamente e temos que confiar fortemente na inferência. Mas elas são menos dispendiosas do que as restrições representacionais, porque são muito mais gerais, aplicando-se também em outros domínios do processamento cognitivo e da comunicação, muitas vezes também em animais não-humanos. Novamente, isso não é particularmente controverso: em seu capítulo sobre Gramática Universal, Jackendoff (2002, p. 79) diz que “devemos ser conservadores a respeito de quanta estrutura linguística atribuímos a uma GU inata. Devemos acolher explicações de universais linguísticos em bases cognitivas mais gerais”.

É somente quando observamos uma regularidade interlinguística que não pode ser explicada nem por restrições mutacionais nem por restrições adaptativo-funcionais que precisamos apelar para as restrições representacionais. Essas envolvem o mecanismo mais específico (e, portanto, mais custosos), que só deve ser invocado como um último recurso.

8. Conclusão

Neste artigo, argumentei que as regularidades interlinguísticas podem ser explicadas por restrições mutacionais ou por restrições adaptativo-funcionais (ou talvez por restrições representacionais, como na gramática gerativa). Ambos os tipos de explicações envolvem diacronia, mas de maneiras diferentes: as restrições mutacionais são restrições sobre possíveis fontes ou trajetórias de mudança, enquanto as restrições adaptativo-funcionais influenciam os resultados das mudanças. Para explicar uma tendência universal, precisamos apelar para restrições mutacionais; apenas observar um caminho frequente de mudança não é suficiente. Podemos ter certeza de que uma regularidade interlinguística se deve a uma restrição adaptativo-funcional e não a uma restrição mutacionais se houver diversas trajetórias de mudança que convergem em um único resultado. A restrição adaptativo-funcional deve influenciar a mudança linguística de tal forma que a mudança em uma direção particular se torne mais provável, mas isso não precisa ser visível na própria mudança. No entanto, quando temos boas razões para pensar que existe uma

restrição mutacional, ela tem precedência sobre as explicações adaptativo-funcionais e representacionais

Assim, a resposta à pergunta do título deste artigo (“As regularidades interlinguísticas podem ser explicadas por restrições à mudança?”) é a seguinte: sim, algumas regularidades aparentemente podem ser explicadas dessa forma, mas claramente não todas elas. As restrições adaptativo-funcionais seguem tendo um papel relevante na explicação dos universais da linguagem.

Agradecimentos:

O apoio do European Research Council (ERC Advanced Grant 670985, Grammatical Universals) é reconhecido com gratidão.

Referências

ANDERSON, Stephen R. On mechanisms by which languages become ergative. In: LI, Charles N. (ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 317–332.

ANDERSON, Stephen R. Morphological universals and diachrony. In: BOOIJ, Geert; VAN MARLE, Jaap (eds.). *Yearbook of Morphology 2004*. Dordrecht: Springer, 2005. p. 1–17. DOI: 10.1007/1-4020-2900-4_1.

ANDERSON, Stephen R. The logical structure of linguistic theory. *Language*, v. 84, n. 4, p. 795–814, 2008. DOI: 10.1353/lan.0.0075.

ANDERSON, Stephen R. Synchronic versus diachronic explanation and the nature of the Language Faculty. *Annual Review of Linguistics*, v. 2, n. 1, p. 11–31, 2016. DOI: 10.1146/annurev-linguistics-011415-040735.

ARISTAR, Anthony R. On diachronic sources and synchronic pattern: An investigation into the origin of linguistic universals. *Language*, v. 67, n. 1, p. 1–33, 1991.

BICKEL, Balthasar. Distributional biases in language families. In: BICKEL, Balthasar et al. (eds.). *Language typology and historical contingency*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 415–444. DOI: 10.5167/uzh-86870.

BICKEL, Balthasar et al. The neurophysiology of language processing shapes the evolution of grammar: Evidence from case marking. *PLoS ONE*, v. 10, n. 8, e0132819, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0132819.

BLEVINS, Juliette. *Evolutionary phonology: The emergence of sound patterns*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. DOI: 10.1017/CBO9780511486357.

BLEVINS, Juliette. A theoretical synopsis of Evolutionary Phonology. *Theoretical Linguistics*, v. 32, n. 2, p. 117–166, 2006. DOI: 10.1515/TL.2006.009.

BYBEE, Joan L. The diachronic dimension in explanation. In: HAWKINS, John A. (ed.). *Explaining language universals*. Oxford: Blackwell, 1988. p. 350–379.

BYBEE, Joan L. Language change and universals. In: MAIRAL, Ricardo; GIL, Juana (eds.). *Linguistic universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 179–194. DOI: 10.1017/CBO9780511618215.009.

BYBEE, Joan L. Introduction. In: BYBEE, Joan L. (ed.). *Frequency of use and the organization of language*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 5–22. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780195301571.001.0001.

BYBEE, Joan L. Formal universals as emergent phenomena: The origins of structure preservation. In: GOOD, Jeff (ed.). *Linguistic universals and language change*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 108–121. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199298495.003.0005.

BYBEE, Joan L. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. DOI: 10.1017/CBO9780511750526.011.

BYBEE, Joan L.; PERKINS, Revere D.; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CHOMSKY, Noam A. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and functional heads: A cross-linguistic approach*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1999.

COLLINS, Jeremy. Some language universals are historical accidents. In: SCHMIDTKE-BODE, Karsten et al. (eds.). *Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence*. Berlin: Language Science Press, 2019. p. 47–61. DOI: 10.5281/zenodo.2583808.

COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology: Syntax and morphology*. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

CREISSELS, Denis. Direct and indirect explanations of typological regularities: The case of alignment variations. *Folia Linguistica*, v. 42,

n. 1, p. 1–38, 2008. DOI: 10.1515/FLIN.2008.1.

CREISSELS, Denis. Functive phrases in typological and diachronic perspective. *Studies in Language*, v. 38, n. 3, p. 605–647, 2014. DOI: 10.1075/sl.38.3.07cre.

CRISTOFARO, Sonia. Cognitive explanations, distributional evidence, and diachrony. *Studies in Language*, v. 36, n. 3, p. 645–670, 2012. DOI: 10.1075/sl.36.3.07cri.

CRISTOFARO, Sonia. The referential hierarchy: Reviewing the evidence in diachronic perspective. In: BAKKER, Dik; HASPELMATH, Martin (eds.). *Languages across boundaries: Studies in memory of Anna Siewierska*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2013. p. 69–93. DOI: 10.1515/9783110331127.69.

CRISTOFARO, Sonia. Competing motivation models and diachrony: What evidence for what motivations? In: MacWHINNEY, Brian; MALCHUKOV, Andrej L.; MORAVCSIK, Edith A. (eds.). *Competing motivations in grammar and usage*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 282–298. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780198709848.001.0001.

CRISTOFARO, Sonia. Implicational universals and dependencies. In: ENFIELD, Nick J. (ed.). *Dependencies in language: On the causal ontology of linguistic systems*. Berlin: Language Science Press, 2017. p. 9–22. DOI: 10.5281/zenodo.573777.

CROFT, William. *Syntactic categories and grammatical relations: The cognitive organization of information*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

DE BOER, Bart. *The origins of vowel systems*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DIK, Simon C. *The theory of functional grammar*. Part 1: *The structure of the clause*. Ed. Kees Hengeveld. 2nd ed. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. DOI: 10.1017/CBO9780511611896.

DRESSLER, Wolfgang U.; MAYERTHALER, Willi; PANAGL, Oswald;

WURZEL, Wolfgang U. *Leitmotifs in natural morphology*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1987. DOI: 10.1075/slcs.10.

DRYER, Matthew S. The Greenbergian word order correlations. *Language*, v. 68, n. 1, p. 81-138, 1992. DOI: 10.1353/lan.1992.0028.

DRYER, Matthew S. Grammaticalization accounts of word order correlations. In: SCHMIDTKE-BODE, Karsten et al. (eds.). *Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence*. Berlin: Language Science Press, 2019. p. 63-95. DOI: 10.5281/zenodo.2583810.

FOLEY, William A.; VAN VALIN, Robert D. Jr. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GARRETT, Andrew. The origin of NP split ergativity. *Language*, v. 66, n. 2, p. 261-296, 1990. DOI: 10.2307/414887.

GILDEA, Spike; ZÚÑIGA, Fernando. Referential hierarchies: A new look at some historical and typological patterns. *Linguistics*, v. 54, n. 3, p. 483-529, 2016. DOI: 10.1515/ling-2016-0007.

GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979. DOI: 10.1075/z.213. GOOD, Jeff. Introduction. In: GOOD, Jeff (ed.). *Linguistic universals and language change*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 1-19. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199298495.003.0001.

GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, Joseph H. (ed.). *Universals of language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1963. p. 58-90.

GREENBERG, Joseph H. Some methods of dynamic comparison in linguistics. In: PUHVEL, Jan (ed.). *Substance and structure of language*, 147-203. Berkeley: University of California Press, 1969 GREENBERG, Joseph H. Diachrony, synchrony and language universals. In: GREENBERG, Joseph H.; FERGUSON, Charles A.; MORAVCSIK, Edith A. (eds.). *Universals of human language I: Method and theory*. Stanford: Stanford University Press, 1978. p. 61-92.

HASPELMATH, Martin. Optimality and diachronic adaptation.

Zeitschrift für Sprachwissenschaft, v. 18, n. 2, p. 180-205, 1999a. DOI: 10.1515/zfsw.1999.18.2.180.

HASPELMATH, Martin. *Why is grammaticalization irreversible? Linguistics*, v. 37, n. 6, p. 1043-1068, 1999b. DOI: 10.1515/ling.37.6.1043.

HASPELMATH, Martin. On directionality in language change with particular reference to grammaticalization. In: FISCHER, Olga; NORDE, Muriel; PERRIDON, Harry (eds.). *Up and down the cline: The nature of grammaticalization*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2004. p. 17-44. DOI:10.1075/tsl.59.03has.

HASPELMATH, Martin. Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. *Cognitive Linguistics*, v. 19, n. 1, p. 1-33, 2008. DOI: 10.1515/COG.2008.001.

HASPELMATH, Martin. Comparative syntax. In: CARNIE, Andrew; SATO, Yosuke; SIDDIQI, Dan (eds.). *The Routledge handbook of syntax*. London: Routledge, 2014. p. 490-508. DOI: 10.4324/9781315796604.ch24.

HASPELMATH, Martin. Explaining alienability contrasts in adpossession constructions: Predictability vs. iconicity. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, v. 36, n. 2, 2017. DOI: 10.1515/zfs-2017-0009.

HAWKINS, John A. *Cross-linguistic variation and efficiency*. Oxford: Oxford University Press, 2014. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199664993.001.0001.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HENRICH, Joseph; BOYD, Robert; RICHERSON, Peter J. The puzzle of monogamous marriage. *Phil. Trans. R. Soc. B*, v. 367, n. 1589, p. 657-669, 2012. DOI: 10.1098/rstb.2011.0290.

JACKENDOFF, Ray S. *Foundations of language*. Oxford: Oxford University Press, 2002. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780198270126.001.0001.

KEENAN, Edward L.; COMRIE, Bernard. Noun phrase accessibility and

universal grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 8, n. 1

LEVSHINA, Natalia. Linguistic Frankenstein, or How to test universal constraints without real languages. In: SCHMIDTKE-BODE, Karsten; LEVSHINA, Natalia; MICHAELIS, Susanne Maria; SERŽANT, Ilja A. (eds.). *Explanation in typology: Diachronic sources, functional motivations and the nature of the evidence*. Berlin: Language Science Press, 2019. p. 203-221. DOI: 10.5281/zenodo.2583820.

MALCHUKOV, Andrej L. Animacy and asymmetries in differential case marking. *Lingua*, v. 118, n. 2, p. 203-221, 2008. DOI: 10.1016/j.lingua.2007.02.005.

NEUWMEYER, Frederick J. *Language form and language function*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

PACIOTTI, Brian et al. Are religious individuals more generous, trusting, and cooperative? An experimental test of the effect of religion on prosociality. In: OBADIA, Lionel; WOOD, Donald C. (eds.). *The economics of religion: Anthropological approaches*. Bardsford: Emerald Group Publishing Limited, 2011. p. 267-305. DOI: 10.1108/S0190-1281(2011)0000031014.

PLANK, Frans. Extent and limits of linguistic diversity as the remit of typology – but through constraints on what is diversity limited? *Linguistic Typology*, v. 11, n. 1, p. 43-68, 2007. DOI: 10.1515/LINGTY.2007.005.

RONNEBERGER-SIBOLD, Elke. Tuning morphosemantic transparency by shortening. In: RAINER, Franz et al. (eds.). *Morphology and meaning: Selected papers from the 15th International Morphology Meeting*, Vienna, February 2012. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 275-287. DOI: 10.1075/cilt.327.19ron.

SAPIR, Edward. *Language: An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt Brace, 1921.

SCHLEICHER, August. *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht*. Bonn: H. B. König, 1850. DOI: 10.1075/acil.4.

SMITH, Peter W. et al. Case and number suppletion in pronouns. *Natural Language & Linguistic Theory*, First Online, 2018. DOI:

10.1007/s11049-018-9425-0.

STASSEN, Leon. *Comparison and universal grammar*. Oxford, New York: Blackwell, 1985. TIMBERLAKE, Alan. Review of “G. C. Corbett: Number (2000)” and of “G. Senft (ed.): Systems of nominal classification (2000)”. *Journal of Linguistics*, v. 29, p. 189-195, 2003. DOI: 10.1017/S002222670225197X.

TOMLIN, Russell S. *Basic word order: Functional principles*. London: Croom Helm, 1986. DOI: 10.4324/9781315857466.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, v. 185, p. 1124-1131, 1974. DOI: 10.1126/science.185.4157.1124.

VAFAEIAN, Ghazaleh. Typology of nominal and adjectival suppletion. *Sprachtypologie und Universalienforschung*, v. 66, n. 2, p. 112-140, 2013. DOI: 10.1524/stuf.2013.0007.

VON SCHLEGEL, Friedrich. *Ueber die Sprache und Weisheit der Indier: Ein Beitrag zur Begründung der Alterthumskunde*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1808. DOI: 10.1017/CBO9781107049444.

YU, Alan C. L. *A natural history of infixation*. Oxford: Oxford University Press, 2007. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780199279388.001.0001.

ZIPF, George K. *The psycho-biology of language: An introduction to dynamic philology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1935.



**Diferentes explicações
na gramática
são mutuamente
compatíveis:
explicações estruturais,
evolutivas e
biocognitivas**

2

Diferentes explicações na gramática são mutuamente compatíveis: explicações estruturais, evolutivas e biocognitivas¹⁷

Martin Haspelmath

1. Introdução

Neste artigo programático informal, explico por que penso que não há uma grave razão para haver divisões ideológicas no estudo dos padrões gramaticais das línguas humanas: não precisamos ter “compromissos” ou “princípios” (por exemplo, LAKOFF, 1991, GOLDBERG, 2003); não precisamos decidir “do que trata a linguística” (por exemplo, HORNSTEIN, 2019); não precisamos “subscrever” a um modelo e defendê-lo; e não precisamos perpetuar terminologias divergentes. Todas essas noções e práticas problemáticas são uma realidade na linguística contemporânea, mas não são necessárias. Eu gostaria de sugerir que diferentes escolhas metodológicas (“abordagens”) são mais compatíveis entre si do que muitos podem pensar. Para os fins deste texto, distingo três tipos de explicações, que são brevemente caracterizadas em (1), (2) e (3).

17 Capítulo traduzido por Gabriel de Ávila Othero. Título original: Different explanations in grammar are mutually compatible: Structural, evolutionary and biocognitive. Este capítulo se baseia em uma apresentação de 2021 para o Centro de Ciências Linguísticas da Universidade Normal de Pequim. O *handout* original da palestra foi publicado por Haspelmath em <https://zenodo.org/record/4729585>, e o vídeo da palestra está disponível em Bilibili (<https://www.bilibili.com/video/BV1LU4y177G6/>).

(1) Explicações estruturais:

Sistemas linguísticos são mais organizados do que se pode pensar à primeira vista, e muitas vezes podemos reduzir a variedade aparente a regularidades mais profundas (por exemplo: MATTHEWS, 2001).

(2) Explicações evolutivas:

Na mudança diacrônica, os falantes frequentemente selecionam variantes que aumentam a adequação ou a utilidade de seu sistema linguístico, de modo que os sistemas linguísticos são (em larga medida) o produto da adaptação evolutiva (por exemplo: GIVÓN, 2010).

(3) Explicações biocognitivas:

Sistemas linguísticos são limitados por serem adquiridos por seres humanos com suas propriedades biológicas particulares. Nem toda língua logicamente possível é de fato atestada, e as restrições biocognitivas inatas (“GU”) podem explicar os limites observados na diversidade mundial (por exemplo: CHOMSKY & LASNIK, 1993).

Da mesma forma, podemos querer distinguir abordagens concorrentes para estudar a linguagem: (i) a linguística estrutural, (ii) a linguística funcional-adaptativa e (iii) a biolinguística – e, de fato, “funcionalismo” e “gerativismo” são frequentemente tratados como escolas concorrentes de pensamento (ver, por exemplo, THOMAS, 2020).

No entanto, defendo aqui que essas diferentes abordagens não devem ser pensadas como “escolas” ou “ideologias” concorrentes; antes, devem ser tratadas como complementares (potencial e idealmente). A noção de competição é útil para hipóteses concorrentes (ou explicações concorrentes) e talvez para métodos concorrentes (embora os métodos também sejam, muitas vezes, complementares), mas não para ideologias concorrentes (muito menos “grupos” concorrentes, como os linguistas às vezes chamam as diferentes subcomunidades de pesquisadores; por exemplo, BOŠKOVIĆ, 2022). Concentro-me

aqui nas explicações porque minha principal preocupação é com a linguística teórica (ou explicativa), e não com questões aplicadas. Não apenas afirmações mais amplas e profundas sobre a linguagem humana podem ser consideradas explicativas, mas cada análise de um padrão linguístico de uma língua específica também é um tipo de explicação (ver HASPELMATH, 2021b).

Nas seções 2, 3 e 4 deste artigo, dou exemplos concretos de diferentes tipos de explicações e, em seguida, na seção 5, argumento por que eles não são mutuamente incompatíveis. Um tópico empírico recorrente no texto será o fenômeno saliente da marcação diferencial do objeto (ver seção 6). Na seção 7, destaco a ampla fusão das linguísticas estrutural e biocognitiva, antes de concluir o texto, na última seção.

2. Explicações estruturais

As explicações estruturais reduzem a aparente variedade de uma língua específica a regularidades mais profundas (ou, em outras palavras, a generalizações mais abrangentes). Meus exemplos aqui vêm de sistemas de vogais (seção 2.1), ordem de palavras em alemão (seção 2.2) e marcação diferencial do objeto na língua sakha (seção 2.3).

2.1 Exemplo: sistemas de vogais

Como se sabe, o tipo de sistema vocálico mais comum nas línguas do mundo é aquele que aparece na Figura 1.

i	u
e	o
a	

Figura 1: O sistema vocálico mais comum nas línguas

Esse sistema pode ser reduzido a três características binárias básicas: [±alto], [±baixo], [±posterior], como vemos abaixo:

- i [+alto, -baixo, -posterior]
- u [+alto, -baixo, +posterior]
- e [-alto, -baixo, -posterior]
- o [-alto, -baixo, +posterior]
- a [-alto, +baixo, + posterior]

Esse tipo de análise fonológica tem servido de padrão nas últimas décadas e tem suas raízes na fonologia estruturalista (TRUBETZKOY, 1939).

2.2 Ordem de palavras em alemão

Um bom exemplo de uma análise estrutural perspicaz sobre sintaxe vem do alemão, cujas opções de ordem de palavras são confusas à primeira vista. Considere os exemplos de (1) a (5).

45

(1) *Katja **singt** ein Lied.*

Katia canta uma música

(2) *Katja **hat** ein Lied **gesungen**.*

Katia tem uma música cantado

(3) ***Wenn** Katja ein Lied **singt**, (...)*

Quando Katia uma música canta

(4) ***Wenn** Katja ein Lied **gesungen hat**, (...)*

Quando Katia uma música cantado tem

(5) *Heute **singt** Katja ein Lied.*

Hoje canta Katia uma música

Apesar da aparente variabilidade, a ordem é bastante rígida e pode ser descrita seguindo o modelo abstrato na Figura 2.

parte esquerda – P1 – parte central – verbo não finito – P2

Figura 2: O modelo da ordem de palavras em alemão

Com esse modelo abstrato, o número de regras de que precisamos pode ser simplificado: argumentos (como *Katja*) ou advérbios (como *heute*) podem ocorrer na parte esquerda ou na parte central; subordinadores ocorrem em P1 e impossibilitam a ocorrência da parte esquerda; e o verbo finito (*singt*, *hat*) ocorre em P1, a menos que esse campo esteja preenchido por um subordinador, como em (3) e (4). Caso contrário, o verbo finito ocorre em P2, como em (1), (2) e (5). (Esse “modelo” remonta ao trabalho estruturalista sobre o alemão na década de 1930)¹⁸.

2.3 Exemplo: marcação diferencial do objeto em sakha

Em sakha (uma língua túrquica), o objeto paciente é marcado com o Caso acusativo (pelo sufixo *-y*), mas apenas quando ele é definido (Baker, 2015), como vemos em (6). A marcação de Caso do objeto corresponde a uma diferença de ordem de palavras: um objeto definido (e marcado por acusativo) precede um advérbio, como vemos em (7a). Se o objeto não portar o sufixo acusativo *-y*, o advérbio *türgennik* (“rapidamente”) deve preceder o objeto (7b).

(6) a. Masha **salamaat-y** sie-te.

Masha mingau-acc comer-pas.3sg

"Masha comeu o mingau"

b. Masha **salamaat** sie-te.

Masha mingau comer-pas.3sg

"Masha comeu mingau"

¹⁸ Para uma breve visão geral da ordem das palavras em alemão, veja https://en.wikipedia.org/wiki/German_sentence_structure.

- (7) a. Masha salamaat-y türgennik sie-te.
 Masha mingau-acc rapidamente comer-pas.3sg
 "Masha comeu o mingau rapidamente"
- b. Masha türgennik **salamaat** sie-te.
 Masha rapidamente **mingau** comer-pas.3sg
 "Masha comeu mingau rapidamente"
 (*salamaat türgennik siete)

Baker (2015, p. 126) explica essa situação da seguinte forma: o domínio para a atribuição de Caso acusativo é o TP, e quando o objeto não é movido para fora do VP em (7a), não é acessível para atribuição de Caso. Isso é ilustrado na Figura 3 (do livro de Baker). Esse tipo de análise pode ser visto como uma forma "mais moderna" de descrever a sintaxe do que o modelo do alemão que vimos acima, mas, em sua essência, é um tipo de explicação estrutural que faz generalizações sobre certos fatos pela proposição de um padrão abstrato que não está aparente à primeira vista; é algo que requer a criação de conceitos abstratos e generalizações maiores.

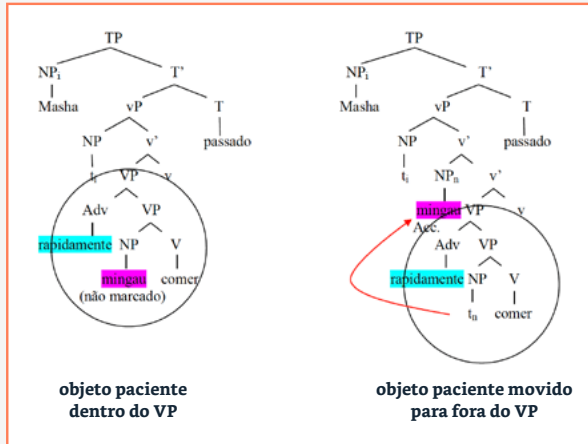


Figura 3: Árvores sintáticas de (7b) e (7a).

3. Explicações evolutivas

Explicações evolutivas afirmam que os sistemas linguísticos são (em uma extensão significativa) o produto da adaptação evolutiva. Vejamos novamente os sistemas vocálicos e a marcação diferencial de objetos.

3.1 Exemplo: sistemas vocálicos

Sistemas vocálicos triangulares simétricos podem ser explicados como sendo sistemas que fazem um uso ideal do espaço vocálico (teoria da dispersão: LILJENCRANTS & LINDBLOM, 1972; GORDON, 2016). Além disso, sistemas vocálicos são constantemente recriados por meio de mudanças diacrônicas, como é ilustrado pelas mudanças do latim para o francês:

	Latim	Francês	
u > y	mūrus	[myr] <i>mur</i>	"muro"
a > ε	carus	[ʃεR] <i>cher</i>	"caro"
e > a	tectum	[twa] <i>toit</i>	"teto"
o > u	collum	[ku] <i>cou</i>	"pescoço"
e > i	lēctum	[li] <i>lit</i>	"ler"

Essas mudanças tendem a ser o tipo de mudança que produz um espaço vocálico bem disperso (cf. MARTINET 1955). Em outras palavras, as mudanças são adaptativas, embora não se possa dizer que tenham uma direcionalidade inerente.

3.2 Exemplo: marcação diferencial do objeto

A marcação de objetos definidos ou animados pode ser explicada como sendo um uso otimizado da marcação de determinados papéis, porque os tipos de nominais menos prováveis de serem objetos são

marcados (BOSSONG, 1991). As mudanças são de um tipo que produz tais sistemas. Por exemplo:

Latim <i>ad</i> "a"	> Espanhol <i>a</i>
Latim <i>per</i> "por"	> Romeno <i>pe</i>
Russo <i>-a</i> (genitivo)	> <i>-a</i> (acusativo)
Alemão <i>-en</i> (marcador de radical)	> <i>-en</i> (acusativo), e.g. <i>den Linguist-en</i>
Mandarim <i>bǎ</i> 把 "pegar"	> <i>bǎ</i> (preposição acusativa)"

Mais uma vez, podemos dizer que as mudanças são adaptativas. As “explicações evolutivas” também têm sido chamadas de “explicações funcionais”, mas prefiro “evolutivas” ou “adaptativas”, porque operam no nível da mudança linguística (assim como a evolução biológica). Não há afirmações sobre a “funcionalidade” sincrônica de línguas particulares: sincronicamente, as línguas geralmente mostram características não funcionais, ou disfuncionais. Os fatores adaptativos funcionais explicam tendências gerais, não necessariamente características específicas de uma determinada língua.

4. Explicações biocognitivas

Restrições biocognitivas inatas podem explicar os limites observados na diversidade mundial. Mais especificamente, diz-se que as línguas são limitadas por universais formais (arquiteturas de gramática e tipos de regras) e universais substantivos (traços e categorias específicas; CHOMSKY, 1965). Essas estruturas biocognitivas inatas têm sido frequentemente chamadas de “Gramática Universal” (por exemplo, HOLMBERG, 2017) e estão particularmente associadas à abordagem gerativa. Explicações biocognitivas desse tipo podem novamente ser ilustradas pelos três tipos de fenômenos.

4.1 Exemplo: sistemas vocálicos

Sistemas vocálicos, assim como outros padrões fonológicos, são possivelmente limitados por traços fonológicos universais, como proposto por Chomsky & Halle (1968). Sob esse ponto de vista, todos os sistemas fonológicos são compostos por um conjunto pequeno de

traços fonológicos fornecidos de maneira inata, como vemos na seguinte citação (grifos meus):

Que deva existir um rico sistema de propriedades *a priori* - de universais linguísticos essenciais - é algo bastante óbvio... A teoria linguística geral pode propor, como universais substantivos, que os itens lexicais de qualquer língua sejam atribuídos a categorias fixas como substantivo, verbo e adjetivo, e que transcrições fonéticas devam fazer uso de **um conjunto específico e fixo de traços fonéticos**... Estaremos preocupados com a teoria da “fonética universal”, aquela parte da linguística geral que especifica a classe de possíveis representações fonéticas (CHOMSKY & HALLE, 1968, p. 4).

Para a fonologia, existem conjuntos concretos de traços inatos propostos, e, de fato, muitos manuais de fonologia apresentam tais conjuntos de traços. Não há acordo universal sobre os traços, mas as propostas de traços substantivos inatos são muito mais concretas do que qualquer uma das propostas em sintaxe.

4.2 Exemplo: marcação diferencial do objeto

50

A marcação de Caso em objetos é possivelmente limitada por um conjunto substantivo de regras de atribuição de Caso universalmente possíveis, como na teoria do “Caso dependente”, de Baker (2015). (As formulações das regras em (7) estão muito simplificadas; cf. minha discussão em HASPELMATH, 2018).

- (8) a. Caso alto em TP (oração) é ergativo.
- b. Caso baixo em TP (oração) é acusativo.
- c. Caso alto em VP é dativo.
- d. Caso alto em NP é genitivo (não há caso baixo em NP).
- e. Caso não marcado é nominativo-absolutivo.

A língua sakha tem a regra (8b) e, juntamente com a operação de movimento vista na Figura 3, isso explica as estruturas do sakha e as tendências cruzadas entre as línguas.

4.3 Exemplo: ordem de palavras em alemão

A explicação gerativa (ou biocognitiva) das ocorrências de ordem de palavras em alemão é ilustrada na Figura 4. A ordem de palavras é possivelmente limitada por hierarquias funcionais universais (CP – IP – VP) e por restrições de movimento (cf. HAIDER, 2010). Então, podemos dizer que a parte esquerda é, na verdade, o especificador de CP e que o verbo finito está na posição C (de “complementizador”). Essa última afirmação é um tanto peculiar (porque C é uma categoria, não uma “posição” abstrata), mas essa análise tem sido amplamente aceita. A esperança é, portanto, que o sistema geral “CP – IP – VP” seja inato e, por isso, explique tanto a ordem de palavras em alemão como outros padrões em outras línguas.

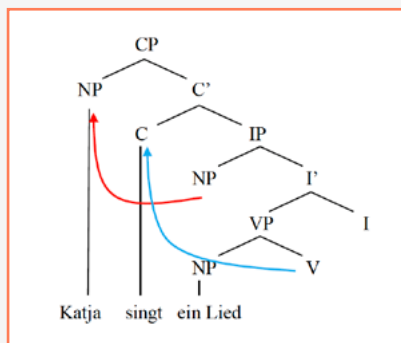


Figura 4: Uma análise da ordem de palavras em alemão via movimento.

5. Por que esses três tipos de explicações não são incompatíveis

Após ilustrar esses três tipos de explicações (utilizando três tipos de fenômenos), vou agora explicar por que não os considero mutuamente incompatíveis. O que quero dizer com isso é que algumas explicações podem ser válidas para certos fenômenos, enquanto outras podem ser aplicáveis a outros fenômenos, ou pode até ser o caso que um fenômeno possa ter várias explicações simultaneamente. Essa última situação seria difícil de testar, mas não deve ser excluída.

5.1 Estrutural e biocognitiva

Em gramática gerativa, ambos os tipos de explicação são investigados. Grande parte da notação da gramática gerativa foi herdada da tradição estruturalista anterior (por exemplo, TRUBETZKOY, 1939, HARRIS, 1951), e generalizações no nível das línguas específicas também são altamente valorizadas na comunidade gerativa. O que Chomsky (1965) acrescentou foi a ideia de que os elementos estruturais são parte do projeto inato da gramática (a “Gramática Universal”); então, a principal ideia estruturalista e a abordagem gerativa são evidentemente compatíveis, mas, ao mesmo tempo, são logicamente independentes uma da outra, como ficou claro ao longo das duas últimas décadas, quando muitos linguistas gerativos deixaram de se comprometer com um conhecimento gramatical inato rico – especialmente desde Chomsky (2005), que revogou sua posição anterior e não afirma mais que os elementos estruturais sejam inatos (cf. FITCH, 2016, HASPELMATH, 2021b, seção 5.1).

5.2 Estrutural e evolutiva

A descrição estrutural não é apenas compatível com a explicação evolutiva – elas são, na verdade, complementares. Precisamos da descrição antes de podermos passar para a explicação evolutiva. Considere, mais uma vez, os sistemas de vogais: um sistema de vogais como /i e a o u/ pode ser reduzido a três traços binários: [\pm alto], [\pm baixo], [\pm posterior], como observei na seção 2.1. Pode-se propor uma descrição elegante com traços binários e, ao mesmo tempo, avançar o entendimento do fenômeno com uma explicação evolutiva. O mesmo se aplica à marcação diferencial do objeto (cf. seção 2.3), que também representa uma tendência amplamente interlinguística. Contudo, não conheço nenhuma explicação evolutiva para a ordem das palavras em alemão. Esse é simplesmente um dos muitos padrões aleatórios que as línguas exibem.

Uma explicação estrutural responde à pergunta: *por que os falantes falam da maneira que falam?* (Resposta: porque eles internalizaram um determinado sistema linguístico). Uma explicação evolutiva responde à pergunta *por que os sistemas gramaticais são do jeito que são?*

(Resposta: porque certos sistemas são ótimos e a mudança adaptativa favorece sistemas ótimos). Essas são perguntas em níveis diferentes e complementares, e nenhuma é suficiente por si só.

Além do mais, ambas as questões são explicativas (ou teóricas): a primeira nos leva a propor teorias particulares (teorias-p), e a segunda nos leva a teorias gerais (teorias-g)¹⁹. Cada descrição gramatical é uma teoria da língua (“Uma gramática da língua L é essencialmente uma teoria de L”; CHOMSKY, 1957, p. 49). Assim, não faz sentido contrastar linguística *teórica* com linguística *descritiva* – a linguística descritiva (que descreve as estruturas linguísticas) é geralmente um empreendimento teórico (a menos que tenha objetivos aplicados).

5.3 Evolutiva e biocognitiva

Por fim, sustento que as explicações funcional-evolutivas e biocognitivas são compatíveis. Muitos autores entendem as abordagens adotadas por diferentes linguistas em termos de “funcionalismo” *versus* “formalismo” (NEWMAYER, 1998, THOMAS, 2020, por exemplo) e, de fato, observamos comunidades quase desconexas de estudiosos, que organizam conferências distintas, periódicos próprios, etc. No entanto, eu gostaria de argumentar que esses grupos estão divididos especialmente por força do hábito: por causa de notações e estilos científicos diferentes, bem como por “palpites” diferentes sobre qual seria a metodologia mais promissora no estudo da linguagem.

As abordagens dos dois grupos de linguistas seriam conceitualmente incompatíveis se elas estivessem comprometidas com posições radicais. Por exemplo, se os “funcionalistas” insistissem que todos os aspectos gerais das estruturas linguísticas pudessem ser explicados por forças adaptativas funcionais e que a diferença entre seres humanos e outras espécies não tem nenhuma relação com capacidades de domínio específicas. Ou, por outro lado, se os “gerativistas” pressupusessem que todos os aspectos gerais das estruturas linguísticas pudessem ser explicados pelo conhecimento gramatical inato e que as forças adaptativas funcionais não desempenhassem nenhum papel nas estruturas da linguagem.

¹⁹ Essas abreviaturas foram introduzidas em Haspelmath (2021b).

Obviamente, essas são caricaturas levadas ao extremo. Na realidade, a maioria dos funcionalistas aceita que estamos muito longe de explicar tudo em termos adaptativo-funcionais (e muitos também usam formalismos complexos). Além disso, os gerativistas aceitam que algumas propriedades estruturais das línguas são funcionalmente motivadas (e muitos até pensam que muito pouco seja, de fato, inato – cf. CHOMSKY, 2005). Assim, em cada domínio, é uma questão empírica apresentar a melhor explicação, se conhecimento inato ou forças adaptativas funcionais.

Na verdade, encontramos complementaridades muito semelhantes na biologia e na linguística. Em biologia, algumas propriedades dos organismos são explicadas pela composição do DNA (sua descoberta foi um avanço importantíssimo), mas isso não tornou supérfluas as explicações evolutivas adaptativas: os organismos são limitados tanto pelo DNA quanto pela adaptação evolutiva.

Em linguística, algumas propriedades das línguas podem muito bem ser explicadas pelo conhecimento inato (GU), mas isso não tornaria supérfluas as explicações evolutivas adaptativas. Muito provavelmente, as línguas são limitadas tanto pela GU quanto pela adaptação funcional. Só descobriremos se considerarmos as duas explicações de forma simultânea.

6. Afirmações concorrentes: a marcação de objeto diferencial novamente

Eu disse anteriormente que não deveria haver ideologias ou “campos” concorrentes (porque somos todos cientistas), mas é claro que pode haver afirmações concorrentes (= hipóteses concorrentes). Por exemplo, existem (pelo menos) duas possibilidades concorrentes para explicar as tendências gerais dos padrões diferenciais de marcação do objeto, como aqueles em (9) a (11).

(9) Sakha (Baker, 2015)

- a. Masha **salamaat-y** sie-te.
Masha pudim-**acc** comer-pas.3sg
"Masha comeu o pudim"
- b. Masha **salamaat** sie-te.
Masha pudim comer-pas.3sg
"Masha comeu pudim"

(10) Mandarin

- a. 我把饺子吃了。
Wǒ **bǎ jiǎozi** chī-le.
eu acc bolinho comer-perf.
"Eu comi os bolinhos"
- b. 我吃饺子了
Wǒ chī-le **jiǎozi**.
Eu comer-perf bolinho
"Eu comi bolinhos"

(11) Espanhol

- a. Vi **a la niña**.
Vi a.prep a.art menina
Eu vi a menina
- b. Vi **la casa**.
Vi a.art casa
Eu vi a casa

Uma hipótese funcional-adaptativa afirma que a marcação do objeto ocorre quando é mais necessária, ou seja, com nominais definidos e/ou animados (que são menos prováveis de ocupar a posição do objeto)²⁰. Uma explicação biocognitiva (a teoria do "Caso dependente" de Baker, mencionada acima) afirma que o Caso acusativo é atribuído quando o

²⁰ Essa explicação foi formulada por Bossong (1991), com base em trabalhos anteriores. Para uma descrição mais completa das divisões de codificação de argumentos, cf. Haspelmath (2021a).

NP objeto está “próximo o suficiente” (de uma maneira específica) do NP sujeito. Assim, em sakha e em mandarim, o objeto se move para fora do sintagma verbal e, portanto, fica “mais próximo” do NP sujeito, para que possa receber Caso. A explicação funcional-adaptativa tem, na verdade, um escopo muito mais amplo e nos permite compreender a descoberta universal em (12) (cf. HASPELMATH, 2021a).

(12) Universal da marcação diferencial do objeto

Se uma língua tem uma divisão assimétrica na marcação de objetos, que dependa de alguma escala de proeminência, então o marcador especial ocorre no argumento-P referencialmente proeminente.

Isso se aplica a seis diferentes escalas de proeminência (animado > inanimado, definido > indefinido, 1^a/2^a > 3^a pessoas, etc.) e é baseado na observação geral de que, no uso da língua, argumentos referencialmente proeminentes tendem a ser agentes, enquanto argumentos não proeminentes tendem a ser pacientes.

A explicação biocognitiva (gerativa) (BAKER, 2015) também tem um escopo mais amplo porque nos permite entender por que nominais definidos apresentam Caso acusativo diferencial quando aparecem em uma posição diferente de nominais indefinidos (veja os dados do sakha, em (6) e (7), e do mandarim, em (10)). No entanto, existem várias maneiras pelas quais essa teoria é mais limitada: (i) Baker (2015) não estende sua explicação aos dados do mandarim – ele quer limitá-la à “marcação de Casos”, e não a todos os tipos de marcadores que sinalizam nominais (por razões que não me são claras); (ii) quando a marcação diferencial é condicionada pela animacidade (como em espanhol), a explicação biocognitiva de Baker parece não fazer nenhuma previsão; (iii) mesmo quando a marcação diferencial do objeto é condicionada pela definitude, ela pode não estar associada a uma clara diferença posicional, como em hebraico:

(13) Hebraico

- a. David *kara et ha-sefer*.
Davi ler acc o-livro
Davi leu o livro

b. David *kara sefer*.

Davi ler livro

"Davi leu um livro"

Concluo que a explicação funcional-evolutiva tem uma cobertura empírica muito melhor do que a explicação gerativo-biocognitiva. Além disso, a primeira apela para fatores explicativos altamente gerais, uma vez que a eficiência da codificação ("a marcação ocorre onde é mais necessária") é meramente um caso especial de eficiência da ação (desenvolvo essa ideia em HASPELMATH, 2021c).

Em geral, do meu ponto de vista, as explicações funcionais adaptativas geralmente parecem melhores, e muitas vezes me pergunto: por que os linguistas continuam procurando explicações biocognitivas do tipo gerativo? Depois de muito pensar nisso, gostaria de sugerir aqui uma resposta para essa pergunta: porque eles não distinguem adequadamente entre linguística estrutural e linguística biocognitiva. O problema não é que eles rejeitem explicações funcionais adaptativas por razões ideológicas – o problema é que eles não distinguem claramente entre explicações estruturais (linguística-p) e explicações gerais (linguística-g) do tipo biocognitivo. Desenvolvo isso na próxima seção.

57

7. A fusão da linguística estrutural e biocognitiva

Recapitulando de forma simplificada: eu afirmei acima que (i) as explicações estruturais explicam o comportamento do falante ("descrição linguística"); (ii) as explicações evolutivas explicam tendências gerais ("por que as línguas são como são?"); e (iii) as explicações biocognitivas explicam as diferenças entre as espécies ("por que os chimpanzés não falam?").

Essas diferenças parecem estar bem claras, mas muitos linguistas combinam explicações estruturais e biocognitivas, presumindo que as explicações estruturais devem fazer uso de "blocos de construção" universais. Por exemplo, Aissen (2003, p. 439) diz o seguinte, em seu famoso artigo sobre marcação diferencial de objetos:

A Teoria da Otimidade (TO) fornece uma maneira, acredito, de reconciliar o impulso subjacente da gramática gerativa de modelar a sintaxe de maneira precisa e rigorosa com uma concepção de marcação diferencial do objeto (DOM) baseada em escalas de proeminência. O objetivo do presente artigo é desenvolver uma abordagem desse fenômeno, dentro da TO, que seja formal e ao mesmo tempo expresse o entendimento tipológico-funcional da DOM.

O que Aissen quer dizer com (i) “modelar a sintaxe”, (ii) “de maneira precisa e rigorosa” e (iii) com uma “abordagem formal”? Ela se concentra em fornecer um “modelo formal” que seja o mesmo para todas as línguas, ou seja, o tipo de notação que costuma ser ensinada em manuais de sintaxe. Mas esse modelo pode ser o mesmo para todas as línguas somente se for considerado inato e, se for inato, também fornecerá uma explicação para alguns dos limites das línguas (o modelo de Princípios e Parâmetros, cf. ROBERTS, 1996; BAKER, 2001; LEDGEWAY & ROBERTS, 2017).

Podemos ver isso muito claramente na notação formulada por Aissen, no modelo da TO, que está expressa na Figura 6 (e é altamente técnica, mas somente afirma que o marcador acusativo *et*, já visto em (13), ocorre apenas com objetos definidos, e não com objetos que são meramente específicos, ou mesmo inespecíficos, o que é indicado pelo asterisco na terceira coluna).

Role: Patient Def: Specific, Indefinite	OJ/DEF & *Ø _C	*STRUCC	Oj/Spec & *Ø _C	*OJ/NSPEC & *Ø _C
GF: OJ Def: Specific, Indefinite Case: Acc		*!		
☞ GF: OJ Def: Specific, Indefinite Case:			*	

Figura 5: O *tableau* de Aissen (2003) para o hebraico.

A notação consiste em restrições, ranqueamentos de restrições, candidatos e violações de restrições – e todas as restrições e muitos dos ranqueamentos das restrições são considerados inatos. Isso torna possível tanto descrever todas as línguas dentro do mesmo modelo, como oferecer esse modelo como uma explicação (porque parte dos ranqueamentos entre as restrições é inata).

No entanto, embora a abordagem de Aissen seja típica da prática difundida na comunidade gerativa, há boas razões pelas quais não se pode (ou não se deve) combinar dessa maneira modelos estruturais e afirmações sobre o inatismo. Em primeiro lugar, é biologicamente implausível que estruturas descritivas ricas sejam inatas (CHOMSKY, 2005; BERWICK & CHOMSKY, 2016). Em segundo lugar, Aissen (2003) quer “captar” *os insights* de explicações de eficiência, mas em sua abordagem mista, não há ligação entre economia/eficiência e os ranqueamentos invariáveis das restrições (discuti isso brevemente na seção 4.5 de HASPELMATH, 2008). Em terceiro lugar, embora línguas diferentes geralmente mostrem semelhanças intrigantes, também há, muitas vezes, diversas diferenças nos detalhes (por exemplo, “definitude” é sutilmente diferente em sakha, mandarim e hebraico). Essas diferenças também precisam ser descritas, e as categorias gerais pouco detalhadas não são suficientes para isso. Precisamos de detalhes minuciosos, específicos de cada língua, o que torna os *tableaux* otimalistas redundantes. Finalmente, em quarto lugar, as explicações evolutivo- funcionais geralmente têm uma gama de efeitos díspares; por exemplo, a eficiência da codificação de argumentos afeta objetos, sujeitos, recipientes, pacientes e uma gama de diferentes escalas de proeminência (Haspelmath, 2021a). Isso não pode ser captado por uma única estrutura inata.

Considerações finais

Todos concordamos que os linguistas devem descrever (ou “modelar”) as estruturas das línguas de uma “maneira precisa e rigorosa”. Nesse sentido, somos todos estruturalistas²¹. E, a menos que nos concentremos em objetivos aplicados, somos todos linguistas teóricos (HASPELMATH, 2021b).

Além disso, todos concordamos que métodos formais de diferentes

21 Veja também esta postagem: <https://dlc.hypotheses.org/2356>.

tipos costumam ser úteis para a linguística. Contudo, devido a um complicado processo sociológico, o termo formal tornou-se associado à linguística gerativa chomskiana²². Finalmente, todos concordamos que (i) alguns aspectos das estruturas das línguas se devem à eficiência (por exemplo, abreviações como “IMP” para “Instituto Max Planck”) e (ii) as mentes humanas e as mentes dos chimpanzés diferem de maneiras tais que somente os humanos dispõem da capacidade de linguagem.

Por isso, realmente todos concordamos que precisamos (i) de explicações estruturais (modelos formais de sintaxe); (ii) de explicações evolutivas (explicações adaptativas de efeitos de eficiência); e (iii) de explicações biocognitivas (explicações sobre as diferenças entre as espécies). E esses três tipos de explicações devem ser mutuamente compatíveis. Então, há alguma base para uma diferença ideológica entre um funcionalista e um gerativista? Não vejo que tal base exista; então, penso que a diferença consiste primordialmente em tradições acadêmicas distintas, assim como em “palpites” metodológicos distintos. O palpite do funcionalista é que a natureza exata da descrição formal provavelmente não é muito importante para a compreensão da gramática. O palpite gerativista é que as considerações de eficiência funcional provavelmente não são muito importantes para a compreensão da gramática.

Para a marcação diferencial do objeto, tenho argumentado que a eficiência funcional é muito importante, porque explica muitas tendências em diferentes línguas (HASPELMATH, 2021a). Entretanto, não tenho quaisquer “compromissos” ou “princípios” específicos (LAKOFF, 1991); tampouco “subscrevo” a qualquer modelo em particular (HASPELMATH, 2010) ou afirmo que “a linguística trata de línguas” (COMRIE, 1978) ao invés de tratar da cognição universal (HORNSTEIN, 2019). A linguística diz respeito às línguas e à cognição universal – e muito mais.

Uma vez que os pesquisadores são humanos e que os humanos vivem seguindo suas tradições, provavelmente continuaremos a trabalhar dentro de tradições e em comunidades sociais. No entanto, não devemos confundir nossas comunidades e nossos palpites metodológicos com ideologias que sejam mutuamente incompatíveis.

22 Veja também esta postagem: <https://dlc.hypotheses.org/1698>.

Referências

AISSEN, Judith. Differential object marking: Iconicity vs. economy. *Natural Language & Linguistic Theory* 21(3). 435–483, 2003.

BAKER, Mark C. *The atoms of language*. New York: Basic Books, 2001.

BAKER, Mark C. *Case: Its principles and parameters*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BERWICK, Robert C.; CHOMSKY, Noam. *Why only us: Language and evolution*. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.

BOŠKOVIĆ, Željko. Formalism and, not vs, functionalism. *Lingbuzz*. (<https://ling.auf.net/lingbuzz/006337>), 2022.

BOSSONG, Georg. Differential object marking in Romance and beyond. In: KIBBEE, Douglas; WANNER, Dieter (eds.). *New analyses in Romance linguistics*, 143–170. Amsterdam: Benjamins, 1991. (https://www.rose.uzh.ch/dam/jcr:fffff-c23e-37d9-0000-00006e1a9200/Bossong_80.pdf)

CHOMSKY, Noam; LASNIK, Howard. The theory of Principles and Parameters. In: JACOBS, Joachim et al. (eds.), *Syntax*, vol. 1, 506–569. Berlin: Walter de Gruyter, 1993.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row, 1968.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry* 36(1). 1–22, 2005. (doi:10.1162/0024389052993655)

COMRIE, Bernard. Linguistics is about languages. *Studies in the Linguistic Sciences* 8(2). 221–236, 1978.

FITCH, W. Tecumseh. Reinventing linguistics – again (Review article of “What kind of creatures are we?”, by Noam Chomsky). *Inference*:

International Review of Science 2(3), 2016. (<https://inference-review.com/article/reinventing-linguistics-again>)

GIVÓN, T. The adaptive approach to grammar. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (eds.). *The Oxford handbook of linguistic analysis*, 27–49. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GOLDBERG, Adele E. Constructions: A new theoretical approach to language. *Trends in Cognitive Sciences* 7(5). 219–224, 2003.

GORDON, Matthew Kelly. *Phonological typology*. Oxford: Oxford University Press, 2016. HAIDER, Hubert. *The syntax of German*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HARRIS, Zellig S. *Methods in structural linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

HASPELMATH, Martin. Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. *Cognitive Linguistics* 19(1). 1–33, 2008.

HASPELMATH, Martin. Framework-free grammatical theory. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*, 341–365. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HASPELMATH, Martin. Review of “Baker, Mark. 2015. *Case*.” *Studies in Language* 42(2). 474–486, 2018. (doi:<https://doi.org/10.1075/sl.16059.has>)

HASPELMATH, Martin. Explaining grammatical coding asymmetries: Form-frequency correspondences and predictability. *Journal of Linguistics* 57(3). 605–633, 2021. (doi:10.1017/S0022226720000535)

HASPELMATH, Martin. Role-reference associations and the explanation of argument coding splits. *Linguistics* 59(1). 123–174, 2021a. (doi:10.1515/ling-2020-0252)

HASPELMATH, Martin. General linguistics must be based on universals (or nonconventional aspects of language). *Theoretical Linguistics (to appear)*, 2021b. (<https://ling.auf.net/lingbuzz/005158>)

HOLMBERG, Anders. Universal grammar. In: LEDGEWAY, Adam; ROBERTS, Ian G. (eds.), *The Cambridge handbook of historical syntax*, 275–300. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HORNSTEIN, Norbert. The stupendous success of the Minimalist Program. In: KERTÉSZ, András; MORAVCSIK, Edith; RÁKOSI, Csilla (eds.). *Current approaches to syntax: A comparative handbook*. Berlin: De Gruyter, 2019.

LAKOFF, George. Cognitive versus generative linguistics: How commitments influence results. *Language and Communication* 11(1/2), 1991

LEDGEWAY, Adam; ROBERTS, Ian. Principles and Parameters. In: LEDGEWAY, Adam; ROBERTS, Ian G. (eds.). *The Cambridge handbook of historical syntax*, 581–628. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

LILJENCRAANTS, Johan; LINDBLOM, Björn. Numerical simulation of vowel quality systems: The role of perceptual contrast. *Language* 48(4). 839–862, 1972.

MARTINET, André. *Économie des changements phonétiques: traité de phonologie diachronique*. Berne: A. Francke, 1955.

MATTHEWS, Peter. *A short history of structural linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NEWMeyer, Frederick J. *Language form and language function*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998. ROBERTS, Ian. *Comparative syntax*. London: Edward Arnold, 1996.

THOMAS, Margaret. *Formalism and functionalism in linguistics: The engineer and the collector*. New York: Routledge, 2020.

TRUBETZKOY, Nikolai. *Grundzüge der Phonologie* (Travaux du Cercle Linguistique de Prague 7). Prague: Cercle Linguistique de Prague, 1939.





**O morfe
como forma
linguística
mínima**

O morfe como forma linguística mínima²³



Martin Haspelmath

1. O morfe: um termo básico da morfossintaxe geral

65

Neste breve texto, apresento uma proposta terminológica para a linguística geral: conforme (1) abaixo, o termo *morfe* deve ser definido como uma forma linguística mínima (ou seja, um pareamento mínimo entre um conteúdo sintático-semântico e uma sequência de segmentos fonológicos). Isso se deve à necessidade de um termo adequado para se referir a esse conceito, que é fundamental para diferentes áreas da linguística. O termo *morfe* pode servir como base para as definições de *afixo*, *prefixo*, *sufixo*, *raiz* e outros termos usados com frequência; por isso, é um termo básico muito importante.

(1) Um morfe é uma forma linguística mínima.

Todos os linguistas estão familiarizados com o termo *morfema*, o qual é usado algumas vezes (ou mesmo frequentemente) com o sentido de forma mínima. No entanto, o termo *morfema* tem outros dois sentidos proeminentes que são bastante distintos, não sendo

²³ Capítulo traduzido por Pablo Nunes Ribeiro. Título original: *The morph as a minimal linguistic form*. Este texto foi publicado originalmente na edição n. 30 do periódico *Morphology*, em 2020.

adequado, portanto, como um termo inequívoco para se referir a uma forma mínima (ver seção 3).

Ressalto que este artigo pretende fazer uma contribuição metodológica e não faz maiores reivindicações nem sobre como determinados padrões morfossintáticos devem ser descritos, nem sobre como poderiam ser explicados. Apenas pressuponho que alguns termos técnicos básicos devem ser usados de maneira consistente, assim como um conjunto de sons básicos é representado de forma consistente por símbolos IPA em toda a área. Implicitamente, esse pressuposto é amplamente compartilhado, pois muitos autores utilizam termos técnicos sem defini-los, e isso não funcionaria satisfatoriamente para fins científicos a menos que alguns termos básicos fossem compreendidos de maneira uniforme por todos. (Embora se considere que seja mais difícil alcançar uma terminologia consistente na área de morfossintaxe do que um uso consistente de símbolos na fonologia segmental, não há razão intrínseca para isso; ver HASPELMATH, 2020.)

Certamente, muitos fenômenos em línguas específicas são peculiares e requerem termos especiais (p. ex., “declinação fraca” em alemão, “mutação branda” em galês ou “ordem conjunta” em algonquiano). Neste artigo, abordo termos e conceitos de linguística geral que, em princípio, podem ser aplicados a qualquer língua e são indispensáveis para fins comparativos. Portanto, as definições de termos gerais não devem fazer qualquer referência a fenômenos específicos de uma determinada língua.

2. Exemplos de morfes

Antes de discutir outros termos e a tradição de pesquisa na área, consideremos alguns exemplos de morfes, bem como exemplos do uso do termo básico *morfe* nas definições de outros termos importantes. Exemplos de morfes são apresentados em (2)-(4) (com glosas entre colchetes), em que alguns dos morfes estão ligados a morfes adjacentes por hifens (refletindo a ortografia convencional de vários morfes adjacentes como uma única palavra).

(2) Inglês

cat-s [gato-PL]

play-ed [jogar-PRET]

(3) Japonês

neko [gato]

kan-da [morder-PRET]

(4) Quechua de Yauyos (SHIMELMAN, 2017: 34-35)

allqu-kuna [cachorro-PL]

yatra-rqa [viver-PRET]

Exemplos de termos técnicos definidos com base na noção de “morfe” são *raiz* e *afixo*. São apresentadas duas possíveis definições em (5) e (6). Nos exemplos em (2)-(4), as raízes são destacadas por sublinhado, enquanto os afixos não recebem essa marcação.²⁴

(5) Uma raiz é um *morfe* que denota uma coisa, uma ação ou uma propriedade.

(6) Um afixo é um morfe preso que não é uma raiz e que não pode ocorrer em raízes de diferentes classes de raiz.

As definições que proponho para raiz e afixo podem levantar objeções, porém não serão defendidas nesse momento (ver HASPELMATH, 2012, para a definição de raiz). Assumo que o aspecto menos controverso dessas definições seja que afixos e raízes são tipos de formas mínimas, ou seja, tipos de morfes²⁵. Este é o ponto mais importante para o presente artigo: precisamos do termo *morfe* para definir outros

24 Os morfes em (2)-(4) são todos raízes ou afixos, mas as línguas também podem ter morfes que não são raízes nem afixos, frequentemente chamados de “partículas” ou “clíticos”. Também se enquadram nesse grupo alguns elementos chamados de “determinantes”, “adposições” ou “auxiliares”. Não há um termo geral amplamente usado para se referir a morfes que não são raízes nem afixos.

25 Os leitores céticos em relação às definições em (5) e (6) estão convidados a propor definições melhores. Depois de examinar um grande número de tentativas de definição ao longo de duas décadas, minha conclusão preliminar é a de que essas são as melhores definições disponíveis (para mais discussão sobre o termo *afixo*, consulte HASPELMATH, 2021).

termos que utilizamos frequentemente e que devem ter um significado consistente em toda a disciplina.

Na literatura, raízes e afixos são comumente tratados como tipos de 'morfemas', como ilustrado pelas citações em (7):

(7) a. um afixo é um “morfema preso que não pode funcionar como uma palavra isoladamente” (BOOIJ, 2005: 9).

b. “Morfemas presos são geralmente classificados em raízes e afixos. Raízes transmitem significado lexical e afixos fornecem especificações adicionais” (AIKHENVALD, 2007: 38).

c. “um afixo é um morfema que é anexado a um radical de uma palavra para formar uma nova palavra ou forma de palavra” (WIKIPEDIA em 2020, no verbete “afixo”).²⁶

Parece que nessas definições, quando os autores dizem “morfema”, eles se referem a uma forma mínima – ou seja, o que proponho chamar de morfe. No entanto, o termo “morfema” apresenta pelo menos três significados diferentes na literatura atual; assim, não é adequado para denotar a forma mínima necessária para definir raízes e afixos. Na próxima seção, discutirei esses significados.

Deve-se ressaltar que a proposta de usar o termo *morfe* neste sentido não é totalmente nova e, de fato, o termo tem mais de 70 anos (ver nota 6). Contudo, nas últimas cinco décadas, raramente esse termo tem sido usado no sentido pretendido, tornando-se relevante trazer à memória dos linguistas um termo útil que pode proporcionar definições claras e simples de outros termos frequentemente empregados.

3. O termo “morfema”

O termo *morfe* foi cunhado por Jan Baudouin de Courtenay em 1880 e tornou-se amplamente conhecido pelo seu uso no livro *Language* (1933), de Bloomfield. No entanto, seu uso não tem sido consistente ao longo dos anos, como já apontava Mugdan (1986) para

²⁶ <https://en.wikipedia.org/wiki/Affix>, acesso em 14/04/2020.

os primeiros cem anos de existência do termo²⁷, uma situação que não melhorou desde então. Carstairs-McCarthy (2005: 22) sugere que talvez “o termo “morfema” tenha prejudicado mais do que ajudado nossa compreensão de como a morfologia funciona”. O termo tem sido usado em um dos três sentidos em (8), que muitas vezes não são devidamente distinguidos.

(8) a. morfema 1:

uma forma mínima (= um morfe)

b. morfema 2:

um conjunto de formas mínimas com conteúdo sintático-semântico idêntico (= um conjunto de formas mínimas homossêmicas, ver nota 4)

c. morfema 3:

um elemento mínimo de representação (morfo-)sintática

O primeiro sentido pode ser encontrado em definições de tipos de morfemes, como afixo e raiz (como visto na seção anterior), mas também é amplamente encontrado em outras áreas da linguística. Quando um linguista precisa se referir a uma forma mínima fora da teorização morfológica, é muito provável que a chame de morfema. Assim, o primeiro sentido poderia ser descrito como o sentido não-técnico (ou coloquial) do termo.

O segundo sentido é bastante proeminente na literatura que lida especificamente com a morfologia, e frequentemente aparece nas discussões sobre “alomorfes”:

(9) a. “Alomorfa é o fenômeno no qual um morfema pode ter mais de uma forma.” (BOOIJ, 2005: 31)

b. “Formas variantes do mesmo morfema são chamadas de alomorfes.” (KROEGER, 2005: 289)

27 Matthews (1991: 120) chega a uma conclusão semelhante (salvo melhor juízo, independentemente do artigo de Mugdan, que ele não cita): “O termo ‘morfema’ tem uma história complexa e nem sempre é claro em que sentido está sendo usado... O uso atual é confuso.”.

Por exemplo, Kroeger (2005: 288-289) lista os seguintes pares de “alomorfes”:

- | | | |
|-----------------|-----------------|---------------|
| (10) a. Coreano | <i>cekkun-i</i> | "inimigo-NOM" |
| | <i>oppa-ka</i> | "irmão-NOM" |
| b. Inglês | <i>liv-ed</i> | "viver-PART" |
| | <i>tak-en</i> | "pegar-PART" |

Cada um desses exemplos mostra dois afixos diferentes que têm o mesmo conteúdo sintático-semântico (o mesmo significado gramatical ou os mesmos traços morfossintáticos; podemos dizer também que são homossêmicos)²⁸. Kroeger os trata como “alomorfes” do mesmo morfema, e este uso não é incomum (ver seção 8 abaixo). Nesse sentido, o morfema é, portanto, uma entidade abstrata: não é uma forma, mas um conjunto de formas mínimas (em outras palavras, um conjunto de morfes) (essa definição baseada em conjuntos é utilizada por HOCKETT, 1947: 322, e também é muito clara na discussão detalhada fornecida por MEL'ČUK, 2006: 384–397).

Ao usar-se o termo neste segundo sentido, não se pode mais dizer de maneira adequada que um morfema tem uma certa forma (p. ex., “o morfema -i”), ou que algum significado é expresso por um morfema, ou que uma palavra é dividida em morfemas, ou que vários morfemas ocorrem em uma determinada ordem, porque o morfema nesse sentido não é uma forma concreta. É claro que os linguistas dizem essas coisas o tempo todo, mas quando o fazem, eles necessariamente usam “morfema” no sentido 1 (ou seja, no sentido de “morfe”). Contudo esse sentido é incompatível com o sentido 2, e não é coerente dizer ao mesmo tempo que um morfema tem uma forma concreta e que tem vários “alomorfes” diferentes (como *-en/-ed* em inglês, cf. (10b)). Assim,

28 O termo *homossemia* foi proposto por Harley (2006: 146) para se referir à identidade total de significado ou conteúdo sintático-semântico (em contraste com o termo sinonímia, que é normalmente usado para pares de palavras semanticamente semelhantes, como grande/amplo ou parar/cessar, que não estão em distribuição complementar).

é preciso escolher entre um dos significados caso se queira usar uma terminologia consistente.²⁹

Uma vez que o conteúdo sintático-semântico que é compartilhado pelas formas é idêntico, alguns autores consideram esse conteúdo em si como o morfema, conforme a seguinte citação:

Claramente, a forma de pretérito *loved* consiste em dois morfemas, o radical do verbo *love* e um morfema gramatical que podemos chamar de *Pretérito*, e não é muito difícil distingui-los. No entanto, a forma de pretérito *took* também deve consistir em dois morfemas, o radical do verbo *take* e o morfema *Pretérito*, porém desta vez não é possível traçar uma distinção clara entre eles: os dois morfemas estão unidos em uma única forma, e precisamos apelar para um nível mais abstrato de representação para mostrar que *took* é realmente *take* mais *Pretérito*. (TRASK, 1999)

Tais “morfemas abstratos” (“elementos mínimos de representação (morfo-) sintática”, sentido 3 acima) tornaram-se proeminentes recentemente na tradição da Morfologia Distribuída (MD), seguindo Halle e Marantz (1993) – o livro geral de Embick (2015) sobre MD é intitulado *The Morpheme*. Como Mugdan (1986: 36) observa, a noção de morfema abstrato na verdade remonta à década de 1960 (p. ex., BIERWISCH, 1967; CHOMSKY, 1965). Nas décadas de 1960 e 1970, eles eram frequentemente chamados de “formativos”, mas esse termo parece ter caído em desuso.

Para resumir, as tradições que usam o termo “morfema” podem tratar as duas formas plurais do inglês *book-s* (“livros”) e *ox-en* (“bois”) de três maneiras diferentes: podem dizer (i) que *-s* e *-en* são dois morfemas diferentes (mas homossêmicos), expressando significado plural (sentido 1); (ii) que *-s* e *-en* são membros do mesmo morfema do inglês

29 O problema da inconsistência também estava presente no uso inicial do termo “morfema” por Baudouin de Courtenay e por Bloomfield (conforme observado por MUGDAN, 1986). Foi resolvido na tradição Bloomfieldiana pela introdução por Hockett (1947) da distinção entre “morfema” (para o conjunto de formas, significado 2) e “morfe” (para a forma mínima, significado 1) (uma proposta anterior foi a de “alternante de morfema” de HARRIS, 1942). Por alguma razão, essa distinção não foi retomada pela maior parte da literatura desde a década de 1970, embora ainda seja encontrada em Matthews (1974, 1991) e Mel'čuk (2006). Também ocorre ocasionalmente em trabalhos mais recentes (p. ex., SPENCER, 2013: 238; BLEVINS, 2016: 25; CRYSMANN e BONAMI, 2016; HARRIS, 2017: 20), embora raramente de maneira sistemática.

(sentido 2; designado {Plural}, ou {-s, -en}, usando chaves para representar conjuntos); ou (iii) que existe um morfema abstrato [PLURAL] que pode ser realizado por diferentes expoentes (-s e -en) (sentido 3).

Devido a essa multiplicidade de significados do termo “morfema”, não creio que possa ser resgatado para uso futuro em contextos técnicos. Sem dúvida, continuará a ser usado coloquialmente (principalmente no sentido 1), mas parece melhor evitá-lo no uso técnico para que haja uma compreensão mais ampla. Em seu sentido coloquial, pode ser facilmente substituído por *morfe* por autores que valorizam a precisão e um público leitor amplo.

Começamos na seção 2 com definições dos termos *afixo* (que é fundamental para a definição de *sufixo* e *prefixo*) e *raiz*. É importante ter definições simples para esses conceitos, porque os termos *sufixo* e *prefixo* são amplamente utilizados e, de fato, minha motivação original para escrever este artigo foi uma insatisfação com muitas das definições desses termos comumente empregados na literatura.

Poderíamos definir um afixo como um tipo de “morfema” no sentido 2 ou 3 em (8)? Parece claro que a resposta é não, porque não gostaríamos de dizer que existe um “sufixo -i/-ka no coreano”, insinuando que -i é o mesmo sufixo de -ka, ou que o inglês tem “um sufixo -en/-ed” (enquanto PODEMOS dizer que -i e -ka PERTENCEM ao mesmo morfema {Nominativo}, no sentido 2, ou que eles realizam o mesmo morfema abstrato [NOM], no sentido 3)³⁰. Assim, afixos e raízes são geralmente entendidos como tipos especiais de morfemes, não como “morfemas” (a menos que se use este termo no sentido 1, para se referir a morfemes).

4. Mais sobre formas (ou expressões, ou signos)

A definição de morfe apresentada acima contém o termo *forma* (“um morfe é uma forma linguística mínima”), que não é particularmente notável (porque os linguistas falam sobre formas o tempo todo), mas que ainda assim merece alguma discussão.

³⁰ Da mesma maneira, usando o termo “alomorfe” (ver seção 8), não diríamos que -i e -ka no coreano são “alomorfes do mesmo sufixo”.

Uma forma é um pareamento recorrente entre um conteúdo semântico e uma configuração³¹ segmental: “Toda língua consiste em um conjunto de signos, formas linguísticas. Cada forma linguística é uma combinação fixa de unidades distintivas de signos, os fonemas... Assumimos que cada forma linguística tem um significado constante e definido” (BLOOMFIELD, 1933: 158)³². Os elementos em (11) são formas da língua inglesa.

- | | |
|---|--------------------------------|
| (11) a. <i>The cats are not on the mat.</i> | "Os gatos não estão no tapete" |
| b. <i>I'm hungry.</i> | "Eu estou com fome" |
| | (BLOOMFIELD, 1933: 158) |
| c. <i>the cat</i> | "o gato" |
| d. <i>cats</i> | "gatos" |
| e. <i>-s</i> | "{Plural}" |

Fragmentos de sentença como “*not on the*” não são formas porque não possuem um significado coerente, mas todas as sentenças, orações, sintagmas, palavras e morfes também são formas.

É dessa maneira que os linguistas falam o tempo todo, embora raramente reflitam sobre o termo fundamental *forma*. Um termo sinônimo alternativo seria *expressão*³³. Pode-se também usar o termo *signo* para um pareamento de conteúdo e configuração segmental, embora poucos linguistas o façam no dia a dia (pode-se falar sobre “nominais, prefixos de pessoa e outras formas/expressões de objeto”, mas não se diria “signos de objeto” neste contexto)³⁴.

Além da configuração segmental, a configuração suprasegmental (tom, intensidade, duração) também é importante em todas as

31 N. do T.: No original, o autor utiliza o termo *shape* para se referir à forma fonético-fonológica das expressões, evitando esse uso homônimo do termo “*forma*” (ver nota 34).

32 N. do T.: Tendo em vista o contexto da discussão nesse parágrafo, optamos por traduzir o termo *signal*, originalmente usado por Bloomfield, pelo termo consagrado *signo*.

33 Certamente, o termo *expressão* é muito mais usado para formas/expressões mais longas (talvez compreendendo várias palavras), enquanto o termo *forma* tende a ser usado em particular para formas de palavras (por exemplo, (11d)). Mas não tenho conhecimento de nenhuma definição desses termos que os restrinja dessa maneira.

34 Observe que o termo básico *forma* é homônimo de outro termo básico: *forma* em contrastes como “significado/conteúdo vs. forma”. Se o contexto não deixa claro, então é melhor opor significado/conteúdo e configuração, como é feito no texto.

línguas. Um conteúdo sintático- semântico também pode ser expresso por apofonia vocálica ou mutação consonantal, por apotonia³⁵ ou por reduplicação, conforme ilustrado pelos pares em (12).

- (12) a. Inglês *foot* "pé" – *feet* "pés"
b. Galês *plant* "crianças" – *blant* "crianças!" (forma de tratamento)
c. Grego antigo *erootoomen* "nós perguntamos" – *eerootoomen* "nós perguntávamos"
d. Latim *currit* "corre" – *cu~currit* "correu"
e. Beria *húru* "sela" – *hūrú* "selas"³⁶

Pares de formas não concatenativas como estes têm sido frequentemente destacados para demonstrar que uma visão estritamente concatenativa da morfologia é insuficiente (p. ex., HOCKETT, 1947; ANDERSON, 2015: seção 1.4). No entanto, tais casos não têm nenhuma consequência para a definição dos termos *forma* e *morfe*. Mutações vocálicas e consonantais, mudanças suprasegmentais e reduplicações são normalmente consideradas PROCESSOS, não FORMAS – e, portanto, não são consideradas morfes. Além disso, os morfólogos frequentemente dizem que um “morfema” pode ser realizado por zero, mas, novamente, deve ficar claro que uma forma não pode ser zero (porque é um pareamento de uma configuração segmental e um significado). Dessa maneira, morfes (como formas) devem ser segmentais³⁷.

Os morfes também devem ser contínuos, pois, caso contrário, não haveria limites para os tipos de “morfes descontínuos” que poderiam ser postulados (p. ex., o que impediria alguém de dizer que “*have ...-en*” é um único morfe descontínuo de perfectivo em inglês?). Assim, um “circunfixo” é na verdade uma construção que contém tanto um prefixo quanto um sufixo (em vez de um único afixo). De

35 N. do T.: no original, o termo utilizado é *apotony*.

36 Jakobi et al. (2004: 108); Beria é uma língua saariana.

37 Outro termo que utilizados às vezes nessa associação é “unidade”, como quando se diz que um morfe(ma) é “a menor unidade significativa”. No entanto, este é um termo extremamente vago (como “elemento”), e não está claro o que se enquadra nele (talvez todos os tipos de processos e zeros).

maneira semelhante, a parte não infixada de um infixo não pode ser um morfe.³⁸

O termo *morfologia* pode sugerir que o termo *morfe* deva ser usado em um sentido mais amplo, incluindo mais do que formas segmentais. Entretanto, ninguém sugeriu que a morfologia deva ser definida como o estudo dos morfes. Originalmente, a morfologia foi definida como o estudo das formas linguísticas, mas à medida que a sintaxe se tornou mais proeminente, a morfologia passou a se restringir a “formas de palavras” (embora seja difícil distinguir formas de palavra de formas frasais; ver seção 6). Parece que ninguém negaria o fato de que concatenar morfes é o que muitas regras morfológicas e sintáticas fazem (ou ao menos se pode pensar que o façam); portanto, mesmo que o termo morfologia não seja totalmente transparente, também não é completamente inapropriado.

Além dos aspectos não concatenativos das configurações segmentais, os linguistas também identificam algumas vezes sequências sem sentido, chamadas de “morfes vazios” (p. ex., *-th-* na palavra *far-th-er*, em inglês). Tais sequências não são morfes pela definição atual, a menos que se atribua a elas algum conteúdo sintático-semântico (p. ex., a função de fornecer um radical adequado para um afixo se anexar). Porém, observe que a definição apresentada aqui não exige que todos os elementos de um enunciado pertençam a algum morfe (assim como nem todo morfe é um afixo ou uma raiz, cf. nota 24). Afinal, as análises devem ser completas, mas os termos técnicos não precisam abranger tudo.

Assim, os morfes são segmentais, pois são tipos de formas definidas por terem uma configuração segmental (contínua). Aspectos não segmentais da configuração também têm, é claro, um papel importante na morfossintaxe, mas terão de ser captados por outros termos (não

38 Da mesma forma, não se pode considerar que os padrões de introflexão do tipo semítico (às vezes chamados de “morfologia de raiz e padrão”) sejam compostos por morfes com padrões de vogais intercaladas. Na forma do árabe *katab-tu* “eu escrevi”, os dois elementos “a” podem ser considerados como dois infixos (sinalizando de maneira conjunta o perfectivo ativo), mas *k-t-b* não é uma sequência de segmentos, ou seja, não é um morfe (e, portanto, não é uma raiz, embora o termo *raiz* tenha origem na linguística semítica).

discutidos neste breve artigo)³⁹. Portanto, embora a definição em (1) seja fortemente inspirada na tradição bloomfieldiana (na qual uma terminologia geral cuidadosa era considerada importante), o contexto atual é bastante diferente: o objetivo não é alcançar uma descrição completa e elegante (ou seja, não há “responsabilidade total”, como em HOCKETT, 1947: 332), mas sim a clareza e consistência de alguns conceitos e termos básicos.

5. Minimalidade

Um morfe é definido como uma forma mínima, o que significa que não consiste em outros morfes.

Entretanto, nem sempre é claro se uma forma é mínima ou pode ser dividida em formas menores com seu próprio conteúdo semântico. Os linguistas frequentemente discordam a respeito de segmentações morfológica – p. ex., se os pronomes *him* and *them* no inglês podem ser analisados como contendo um sufixo acusativo (*hi-m*, *the-m*) ou devem ser tratados como formas não analisáveis, como *her* e *us*. Essas perguntas nunca desaparecerão e sempre serão respondidas de maneira distinta por diferentes linguistas (e presumivelmente também seriam respondidas de maneira diferente por falantes distintos de uma língua).⁴⁰ Mas a existência de tais casos limítrofes não afeta a

39 Mel'čuk (2006) define morfes como “signos mínimos” (ver também MUGDAN, 2015: seção 2.2), mas ele usa o termo “signo” para uma variedade de processos diferentes (incluindo fenômenos de mutação vocálica), de modo que sua definição acaba sendo altamente complexa – e seus “morfes”, difíceis de delimitar. (Não está claro, por exemplo, se alternâncias na ordem das palavras, como o deslocamento de palavras interrogativas, devem também ser consideradas como “signos linguísticos elementares”, ao passo que está muito claro que tais operações/transformações não são formas ou expressões.) Em geral, parece que a única maneira prática de se alcançar uma unificação terminológica é estabelecer definições diretas para termos simples. Caso se queira propor conceitos mais complexos, deve-se escolher termos novos ou mais complexos para essa finalidade.

40 Ou seriam respondidas de forma diferente pelos falantes em diferentes estágios de sua vida (p. ex., a palavra *Handtuch* “toalha” em alemão é tipicamente adquirida cedo como uma forma mínima, mas mais tarde na vida – depois de aprender a ortografia – muitos falantes passam a segmentá-la em *Hand* “mão” e *Tuch* “pano”, embora o significado não seja transparente).

definição do termo *morfe*⁴¹.

É importante destacar que minimalidade não é o mesmo que “simplicidade”. Por vezes, formas linguísticas são consideradas “complexas” mesmo quando não podem ser segmentadas em dois ou mais morfes. Notoriamente, Bloomfield (1933: 161) definiu o morfema como uma “forma simples”: “Uma forma linguística que não tem nenhuma semelhança fonético-semântica parcial com qualquer outra forma é uma *forma simples* ou *morfema*.”

Mas morfes como *feet* no inglês ou *blant* no galês (cf. (12a-b) acima) não são “simples” nesse sentido, porque são semântica e formalmente semelhantes a outras formas. Em inglês, existem alguns outros casos similares, como *goose* “ganso” – *geese* “gansos” e *woman* “mulher” – *women* “mulheres”, e em galês esse padrão é até produtivo. Assim, essas formas são geralmente consideradas como “morfologicamente complexas”, mas, como não podem ser segmentadas⁴², são formas mínimas distintas (isto é, morfes distintos).

Certamente, as contribuições feitas pelas mudanças segmentais e suprasegmentais observadas em (12) são similares às contribuições feitas por marcadores gramaticais (= morfes gramaticais), e é preciso, afinal, estabelecer uma maneira de se falar sobre essa similaridade (p. ex., em termos de construções morfológicas ou regras de realização). Porém, como enfatizado na seção 1, não estou buscando fazer uma contribuição para métodos de descrição elegantes, muito menos para teorias mentalistas sobre o conhecimento morfossintático. Este artigo trata de estabelecer uma terminologia clara e, nesse contexto, a noção de um “morfe(ma) processual” não seria compatível com a clareza terminológica. Um “processo” não é uma forma e, como um morfe é uma forma, não pode ser um processo.

41 O modo como se segmentam as formas também depende do que se considera como conteúdo sintático-semântico. A segmentação das formas verbais no espanhol em três morfes (radicais, vogais temáticas e desinências: *habl-a-mos* “falamos”, *com-e-mos* “comemos”, etc.) pode ser justificada se considerarmos que as vogais temáticas são sintaticamente (ou morfotaticamente) necessárias. Mas no caso de *-ceive* e *-duce* no inglês (cf. *perceive/receive/deceive* “perceber/receber/enganar” vs. *perception/reception/deception* “percepção/recepção/engano”, *reduce/deduce* “reduzir/deduzir” vs. *reduction/deduction* “redução/dedução”) não há tal justificativa, então estes não seriam morfes. (Uma descrição do inglês ainda pode (ou deve) segmentá-los, é claro, mas eles não podem ser considerados morfes para fins comparativos.)

42 Deixo de lado aqui a possibilidade de segmentar *foot* e *feet* em um molde f-V-t, com um infixo singular e plural, respectivamente. (Postular um nominativo p- e um vocativo b- em galês seria ainda mais implausível.)

Para teorias que visam uma descrição elegante, pode fazer sentido postular fenômenos adicionais como “circunfixos” (ver seção 4), ou mesmo “sinafixos”⁴³ (como o inglês *-abil-ity*, cf. BAUER, 1988) ou “afixos morfológicamente complexos” (cf. a “hipótese da micromorfologia” de STUMP, 2017). Mas seria melhor escolher outros termos para esses fenômenos, porque esses elementos não podem ser afixos (ou seja, tipos de morfemes, cf. (6) acima) em qualquer sentido padrão.

Algumas teorias que visam uma descrição elegante e/ou uma descrição das representações mentais dos falantes afirmam que os linguistas não devem tentar isolar formas mínimas. Por exemplo, Anderson (1992, 2015) prefere olhar para toda a morfologia em termos de regras em vez de formas mínimas, e Bochner (1993), Ford *et al.* (1997), Stump (2001) e Blevins (2016) propuseram teorias semelhantes. Mais recentemente, Jackendoff e Audring (2020) propuseram que toda a morfologia pode ser captada por esquemas interconectados e esquemas irmãos de diferentes níveis de generalidade. Essas teorias são muito atraentes, especialmente quando se estendem também a todos os outros padrões morfossintáticos (como no caso da teoria de Jackendoff). No entanto, elas não são muito relevantes para a prática cotidiana dos linguistas, que não podem usar a notação complexa da *Paradigm Function* ou da Morfologia Relacional quando desejam apenas discutir, digamos, as condições de uso de marcadores de caso acusativos em uma variedade de línguas iranianas. De fato, todos os linguistas trabalham com formas/expressões que podem ser menores que um enunciado (frases, orações, sintagmas, e assim por diante), e as definições de muitos desses termos para tipos de forma maiores devem, em última análise, ser baseadas em formas mínimas⁴⁴.

6. Morfes e morfossintaxe

Termos como *afixo* e *morfema* são mais frequentemente discutidos por linguistas especializados em morfologia, enquanto outros tendem a simplesmente presumir que eles têm um significado claro.

43 N. do T.: no original, o termo utilizado é *synaffixes*.

44 Havendo interesse, é provável que se possa definir um morfe nos termos dessas teorias (ver Jackendoff e Audring (2020: 90) para discussão de uma “menor unidade significativa” em sua perspectiva). No entanto, no artigo atual, concentro-me em termos que podem ter o mesmo significado em toda a disciplina de linguística, ou seja, na metodologia básica, em vez de em teorias específicas.

No contexto atual, é importante que o termo *morfe* seja um conceito fundamental para toda a morfossintaxe, de modo que não possa ser discutido apenas em relação aos tópicos favoritos dos morfólogos.

Como já foi apontado diversas vezes na literatura (p. ex., HASPELMATH, 2011; BRUENING, 2018; BAUER, 2019: 2), não há uma maneira clara de estabelecer uma distinção entre morfologia e sintaxe. Clíticos não podem ser claramente distinguidos de afixos flexionais (p. ex., SPENCER e LUÍS, 2012: seção 9.3), e compostos não podem ser claramente distinguidos de sintagmas (p. ex., LIEBER e ŠTEKAUER, 2009). Além disso, a flexão não pode ser claramente distinguida da derivação (p. ex., PLANK, 1994).

Um traço importante da definição de *morfe* proposta neste artigo é que ela não é afetada por essas dificuldades de delimitação. Fundamentalmente meramente nos conceitos básicos de uma “forma segmental” (seção 4) e de “minimalidade” (seção 5), que são necessários de qualquer maneira. Esses conceitos não se baseiam em uma distinção entre sintaxe-morfologia ou uma distinção flexão-derivação, que podem vir a ser nada mais do que resquícios de uma tradição descritiva mais antiga.

Essa vantagem pode ser observada ao compararmos a definição de *morfe* proposta no presente artigo com outra definição, de Crysmann e Bonami (2016: 314):

Usamos MORFE como um termo genérico para partes recorrentes que são identificáveis dentro do paradigma de um lexema. De acordo com essa definição, existem apenas três tipos de morfes: radicais, exponentes afixais e formativos de radical descontínuos. O fato de que radicais de lexemas derivados podem ser ainda mais segmentados será ignorado, já que isso não é relevante para a discussão atual.

Esta definição pressupõe os termos *lexema e paradigma* (que parecem depender de uma noção de flexão), bem como a noção de “radical” (que geralmente não é clara, a menos que signifique “o que resta após a subtração de todos os afixos flexionais”, caso em que novamente se pressupõe uma noção de flexão). Não faço esta observação como uma crítica à teoria específica de Crysmann e Bonami (na qual essas noções

podem ter um significado muito claro), mas como uma ilustração de minha afirmação de que o campo da linguística como um todo consideraria muito útil uma definição simples e livre de pressuposições do termo *morfe*.

7. Morfes variantes

Além de esclarecermos os conceitos de “forma” e “minimalidade”, precisamos aprofundar a noção de variabilidade fonológica. É sabido que os morfes frequentemente apresentam variantes fonológicas, como ilustrado em (13):

(13) a. Alemão	infinitivo	[n]	<i>beiβ-en</i>	"morder"	[baɪsn]
		[m]	<i>schreib-en</i>	"escrever"	[ʃʀaɪbm]
b. Inglês	plural	[s]	<i>cat-s</i>	"gatos"	
		[z]	<i>dog-s</i>	"cachorros"	
		[ɪz]	<i>bitch-es</i>	"cadelas"	
c. Turco	plural	[ler]	<i>ev-ler</i>	"casas"	
		[lar]	<i>kitap-lar</i>	"livros"	
d. Polonês	"perna"	[nog]	<i>nog-a</i>	"perna"	
		[nodz]	<i>na nodz-e</i>	"na perna"	
e. Espanhol	"querer"	[ker]	<i>quer-ér</i>	"querer"	
		[kjer]	<i>quíér-o</i>	"quero"	

Nesses casos, é perfeitamente normal dizer, por exemplo, que [s] e [z] no inglês são o mesmo sufixo, ou que [ker] e [kjer] em espanhol são a mesma raiz. Assim, os linguistas não presumem que um afixo ou uma raiz (e, portanto, um morfe) devam sempre ter exatamente a mesma forma. No entanto, essa variação da forma deve ser de natureza fonológica. Se duas sequências de segmentos diferentes não forem semelhantes fonologicamente, serão consideradas morfes diferentes, ainda que sejam homossêmicas (semanticamente equivalentes), como vimos em (10a-b). Isso se aplica tanto a afixos quanto a raízes (ver seção 8 abaixo sobre afixos supletivos e raízes).

Como no caso da minimalidade (seção 5), os linguistas frequentemente divergem a respeito da distinção entre variantes fonológicas do mesmo morfe e diferentes morfes. Quando uma alternância é muito regular e ocorre em uma variedade de contextos diferentes, normalmente é tratada como fonológica, mesmo que não seja muito natural foneticamente (isso se aplica à alternância polonesa entre [g] e [dz], por exemplo). Quando uma alternância se aplica apenas a alguns casos, mas é foneticamente natural, também é geralmente tratada como fonológica (como no caso de [s]/[z]/[ɪz] em inglês). Quando não é foneticamente natural nem regular (p. ex., *is* vs. *are* em inglês), todos tratam as duas sequências de segmentos como morfes diferentes, mesmo que as formas sejam descendentes do mesmo morfe em um estágio anterior da língua. Desse modo, há um amplo acordo sobre o princípio de distinguir entre morfes variantes e diferentes morfes homossêmicos (ver seção 8 abaixo), mesmo que em muitos casos individuais os julgamentos possam diferir.

Na seção 3 acima, afirmei que *-en* e *-ed* no inglês (em (10b)) não seriam considerados o mesmo sufixo. Por outro lado, acho que diríamos que *-s* e *-es* (em *dogs* e *bitches*) são o mesmo sufixo, ou variantes do mesmo sufixo, assim como diríamos que *analyze* é a mesma palavra que *analyse*, sendo ambas variantes ortográficas do mesmo verbo. Esta relação de identidade pode ser ressaltada pela derivação tanto de *-s* quanto de *-es* da mesma forma subjacente abstrata, mas isso não é necessário para que se reconheça sua identidade (afinal, não há forma subjacente abstrata para as variantes ortográficas *analyze/analyse*).

8. Conjuntos de morfes supletivos

Em alguns casos, um morfe é homossêmico (ver nota 10) em relação a outro morfe e ocorre em distribuição morfossintática complementar – por exemplo, as raízes do latim *fer-* “carregar” no presente, mas *tul-* “carregar” no perfeito:

(14) a. *fer-o* “eu carrego”, *fer-s* “tu carregas”, etc.

b. *tul-i* “eu carreguei”, *tul-isti* “tu carregaste”, etc.

Tais conjuntos de morfemes são chamados de supletivos. Os linguistas frequentemente afirmam que casos como esses envolvem raízes diferentes, portanto *fer-* e *tul-* seriam morfemes distintos⁴⁵.

Conjuntos de morfemes supletivos que ocorrem em distribuição complementar também são encontrados na flexão. Por exemplo, o alemão tem diferentes morfemes de plural, condicionados às vezes por gênero ou por um sufixo derivacional, mas que geralmente são distribuídos arbitrariamente – p. ex., *Tag/Tag-e* “dia(s)”, *Lied/Lied-er* “canção(ões)”, *Staat/Staat-en* “estado(s)”, *Wrack/Wrack-s* “navio(s)”. Em húngaro, um sujeito de segunda pessoa do singular é geralmente indicado nos verbos pelo morfeme *-sz*, mas quando o radical do verbo termina em sibilante ocorre o morfeme homossêmico *-el* (CARSTAIRS, 1988)⁴⁶.

(15) Húngaro

1SG	<i>kér-ek</i>	perguntar	<i>keres-ek</i>	"procurar"
2SG	<i>kér-sz</i>		<i>keres-el</i>	
3SG	<i>kér</i>		<i>keres</i>	

Novamente, os linguistas costumam afirmar nesses casos que existem afixos diferentes (já vimos outro exemplo desse fenômeno em (9a) acima). Assim, o supletivismo envolve diferentes morfemes, ou seja, um conjunto de formas diferentes (mas homossêmicas)⁴⁷.

O termo morfema não seria apropriado para os diferentes elementos em conjuntos como *fer-/tul-* e *-sz/-el*, porque tem sido frequentemente usado em um sentido abstrato (sentido 3 em 8c), para se referir ao conteúdo que é compartilhado pelos morfemes supletivos (p. ex., LYONS,

45 Por exemplo, Booij (2005): “O verbo italiano *andare* tem duas raízes supletivas: *and-* quando a raiz não é acentuada, e *vad-* quando a raiz é acentuada no paradigma verbal (*vádo*, *andiamo*, etc.)”.

46 Casos como (15) mostram que é importante não confundir variantes fonológicas com “variantes fonologicamente condicionadas”. Duas variantes fonológicas do mesmo morfeme são fonologicamente similares, preferencialmente de uma forma muito regular, mas o condicionamento fonológico também pode se aplicar a conjuntos de morfemes supletivos (como *-sz/-el*) (ver também PASTER, 2009).

47 Pode-se questionar a natureza supletiva de um conjunto de morfemes com base no fato de que sua distribuição não é plenamente complementar (p. ex., *bättre* “melhor” em sueco é usualmente a contraparte comparativa de *god* “bom”, porém coexiste com a forma *godare*, com um significado um pouco diferente). Entretanto, esse fato não afeta a definição de *supletivo*, porque se deve a alguma imprecisão no termo mais geral *distribuição complementar*, o que é algo independente.

1968: 182-183: “*worse* “pior” é composto de dois morfemas, um dos quais compartilha com *bad* “mau”, e o outro compartilha com *taller* “mais alto”, *bigger* “maior”, *nicer* “mais agradável”, etc.”).

Conforme observado na seção anterior, os limites entre supletivismo e alternâncias (morfo)fonológicas não são nítidos (p. ex., DRESSLER, 1985; KIPARSKY, 1996; PLANK e VINCENT, 2019). Em *bad/worse* “ruim/pior”, temos claramente um conjunto de morfes supletivos e, em casos como *lo[η]/lo[ηg]er* “longo/mais longo”, temos claramente duas variantes do mesmo morfe. Mas *bett-* (em *better* “melhor”) seria o mesmo morfe que *be-* (em *best* “melhor”)? Ou seriam dois morfes diferentes, constituindo um conjunto de morfes supletivos? Como no caso da minimalidade na seção 5, diferentes linguistas (e talvez diferentes falantes) dariam respostas diferentes⁴⁸, mas o que importa aqui é que há uma clara distinção conceitual: ou duas configurações segmentais são variantes da mesma forma, ou são duas formas diferentes⁴⁹.

9. “Alomorfia”: suplementariedade e variabilidade

Os termos “alomorfe” e “alomorfia” são usados entre aspas neste artigo, porque não acredito que possam ser definidos de maneira internamente consistente e, ao mesmo tempo, amplamente compatível com os usos existentes. Assim como o termo “morfema” (seção 3), o termo “alomorfe” tem o problema de ser usado de maneiras bastante diferentes na literatura (embora aqui eu destaque dois em vez de três sentidos diferentes).

Nos manuais de morfologia, o termo “alomorfe” tende a ser usado no sentido de “morfe variante” (seção 6). Contudo, na literatura

48 Ocasionalmente, ouve-se a forma *bestest* “o melhor”, o que sugere que *best* não é analisado em *be-* e *-st* (ou seja, que *good/bett-/best* são um trio de morfes supletivos).

49 Na literatura, a noção de “alomorfia supletiva” é fortemente associada a marcadores flexionais e raízes. Em contraste, para marcadores derivacionais sinônimos (p. ex., *warm-th* “cordialidade” vs. *roughness* “aspereza”), os autores normalmente falam em “rivalidade sufixal” (p. ex., ARNDT-LAPPE, 2014). Parece que a expectativa é a de que marcadores flexionais homossêmicos não possam coexistir lado a lado, devendo ocorrer em distribuição complementar; no entanto, não é claro que haja uma distinção geral entre flexão e derivação (cf. a existência de “abundância” na flexão; THORTON, 2011).

orientada para a pesquisa, esse termo tende a ser usado com o sentido de “membro de um conjunto de morfes supletivos” (e o termo “alomorfia” é então usado no sentido de “supletivismo”).

Por exemplo, Lieber (2009: 158) afirma em seu manual que “alomorfe são variantes fonologicamente distintas do mesmo morfema”, e Booij (2005: 31) define “alomorfia” como “o fenômeno no qual um morfema pode ter mais de uma... forma fonológica particular” (na mesma linha de HARLEY, 2006: 131).⁵⁰ A principal questão mencionada por esses manuais é que alguns linguistas limitam o termo “alomorfe” a morfes variantes imprevisíveis. Nesse sentido, Booij (2005: 32-33) diz que se pode querer limitar o termo a casos como (13d-e) (*p. ex., quer-/quier- no espanhol*), em que a alternância é morfofonológica (não fonologicamente automática), presumivelmente porque a noção morfológica de “alomorfe” não é realmente necessária quando há claramente uma forma subjacente única da qual as realizações fonológicas podem ser derivadas por regras fonológicas.⁵¹

Em contraste, na literatura orientada para a pesquisa, o termo “alomorfe” é normalmente usado para se referir a um membro de um conjunto de morfes supletivos. Kiparsky (1996) contrasta “alomorfia” com “morfofonologia” (cf. também CARSTAIRS, 1987); na mesma linha, o artigo de Bonet e Harbour (2012) discute conjuntos de morfes supletivos em contraste com morfes (morfo)fonológicos variantes, observando que “outros usam o termo “supletivismo” para se referir a múltiplas formas subjacentes” (2012: 199)⁵².

Portanto, dois significados bastante diferentes estão associados ao mesmo termo “alomorfe”: “morfe variante” e “morfe supletivo”. Diante dessa situação, parece melhor evitar esse termo (assim como

50 Como esperado, tendo em vista sua prevalência nos manuais, esse significado também aparece na Wikipedia (2020): “Um *alomorfe* é uma forma variante de um morfema, ou seja, quando uma unidade de significado varia em som sem alteração de sentido”. (<https://en.wikipedia.org/wiki/Allomorph>, acessado em 14/04/2020).

51 Do ponto de vista deste artigo, essa diferença é irrelevante, pois o que importa é se duas configurações fonológicas podem ser consideradas como variantes da mesma forma (como *analyse* e *analyze* são variantes ortográficas do mesmo verbo). Claramente, as relações entre morfes variantes variam em regularidade, mas isso não desempenha nenhum papel na definição do termo *morfe*.

52 A confusão terminológica é particularmente marcante no artigo de Harley e Noyer (2003), em que os autores primeiro dizem que pretendem “distinguir alomorfia de supletivismo” (p. 463), mas depois que “existem dois tipos diferentes de alomorfia: supletiva e morfofonológica” (p. 474).

é melhor evitar o termo “morfema”) e usar outros termos⁵³.

Talvez pudéssemos usar o termo *suplemorfia* para uma situação em que há um conjunto de morfemes supletivos, e *variomorfia* para uma situação em que um morfe tem diversas configurações segmentais variantes⁵⁴. Contudo, embora se possa falar sobre vários suplemorfes homossêmicos (p. ex., *go* e *wen-* no inglês, dois morfemes homossêmicos que significam “ir”), o termo **variomorfe* não faz sentido (os morfemes variantes *-[d]*, *[t]* e *[ɪd]* do morfe de plural do inglês *-s* não são morfemes diferentes).

10. Homônimos e expressões idiomáticas

Acima, defini um morfe como um pareamento mínimo de significado e forma, ou conteúdo e configuração segmental. Já discuti duas maneiras pelas quais é difícil diferenciar tais formas de outras formas: não somente sua minimalidade pode ser questionada (p. ex., no caso de *them* no inglês, possivelmente segmentável em *the-m*), como também sua identidade (p. ex., no caso de *be-* em *best*, que pode ser idêntico ou não a *bet-* em *better*).

Além disso, é claro, pode-se perguntar se um par como *bank* “banco” e *bank* “banco” é um único morfe polissêmico ou se estamos lidando com dois morfemes diferentes que simplesmente têm a mesma forma (ou seja, dois homônimos). A mesma questão surge com marcadores gramaticais: em russo, seria *-a* in *volk-a* “lobo (acusativo)” o mesmo morfe que *-a* in *volk-a* “lobo (genitivo)” (de modo que estaríamos lidando com sincretismo sistemático), ou seriam dois morfemes homônimos diferentes? Essas questões têm sido discutidas com frequência, porém, assim como as questões sobre minimalidade e identidade, sempre serão respondidas de forma diferente. Mais uma vez, felizmente, não são questões relevantes para a definição de “morfe”.

53 Outra razão pela qual “alomorfe” não é um bom termo é que ele é bastante opaco. Originalmente, os termos *morfema/morfe/alomorfe* deveriam ser análogos a *fonema/fone/alofone*, mas enquanto um alofone de um fonema é um fone, um alomorfe quase nunca é considerado um tipo de morfe.

54 Observe também que os membros de um conjunto de suplemorfes podem eles mesmos ter morfemes variantes – p. ex., no conjunto de morfemes *-ed/-em* no inglês (dois morfemes homossêmicos de participio passado), o primeiro morfe tem as variantes *[d]*, *[t]* e *[ɪd]*. Situações como esta não podem ser descritas adequadamente por um conceito de “alomorfe”.

Uma questão menos discutida no contexto atual diz respeito a como *white wine* "vinho branco", *hard disk* "disco rígido", *deadline* "prazo final", *spill the beans* "informar um segredo", *leave no stone unturned* "pesquisar intensamente" ou *Handtuch* "toalha" (expressão mencionada na nota 40). Estritamente falando, não se pode afirmar que essas expressões consistem em uma combinação de morfemas, porque podemos identificar uma forma apenas se ela tiver um "significado definido" (cf. BLOOMFIELD, 1933: 158). No entanto, em muitos casos, a natureza figurativa dessas expressões idiomáticas é bastante transparente para os falantes (que podem nem perceber a falta de composicionalidade, por exemplo, no caso do *white wine*). Nos casos em que não há transparência alguma (p. ex., *kick the bucket* "morrer", *hot dog* "sanduíche de salsicha"), é mais difícil justificar um tratamento em termos de múltiplos morfemas, mas esses casos parecem ser incomuns. Como nos outros casos, nada tenho a dizer aqui sobre a questão da delimitação, que se coloca de qualquer maneira e não parece ser solucionável de maneira geral.

11. Termos relacionados: expoente, item de vocabulário, listema

Finalmente, discutirei brevemente três termos que têm um significado semelhante ao do termo *morfe*: *expoente*, *item de vocabulário* e *listema*.

O termo *expoente* parece ser bastante antigo, mas tornou-se mais conhecido pelos linguistas por meio de Matthews (1972, 1974). No século XXI, sua popularidade parece ter aumentado, havendo livros recentes com o termo "exponência" em seu título (TROMMER (Org.), 2012; HARRIS, 2017). Um uso típico do termo *expoente* é como uma forma mínima que realiza um conjunto de traços morfológicos. No entanto, em paradigmas flexionais, muitas vezes há células que carecem de uma forma para expressar o significado flexional relevante (p. ex., o nominativo singular em nomes no russo, como *volk-Ø* "lobo", em contraste com o genitivo singular *volk-a*, nominativo plural *volk-i*, etc.). Para tais casos, muitos autores trabalham com a noção de "expoente zero" (p. ex., PLANK, 1999: 282; CALABRESE, 2011; entre muitos

outros). Além disso, na discussão de “exponência múltipla”, tanto um sufixo de plural quanto uma mudança vocálica de plural são considerados expoentes (p. ex., *Hals* “pescoço”, *Häls-e* “pescoços” em alemão, HARRIS, 2017: 1). De acordo com a definição aqui proposta, um morfe (ou qualquer outra forma) não pode ser não-segmental, então uma mudança de vogal seria um “expoente” que não é um morfe.

O termo *item de vocabulário* também se tornou amplamente utilizado na literatura em Morfologia Distribuída e parece ter basicamente o mesmo significado de *expoente*. Enquanto Harley e Noyer (2003: 468) dizem que “os itens de vocabulário fornecem o conjunto de traços fonológicos disponíveis em uma língua para a expressão de morfemas abstratos”, eles incluem em seus exemplos um item de vocabulário que não possui características fonológicas e, portanto, não seria uma forma (ou uma morfe) no sentido da presente proposta.

Finalmente, o termo *listema* (originalmente proposto por DI SCIULLO e WILLIAMS, 1987) é amplamente usado no manual de Harley (2006) com um sentido semelhante ao de “morfe”. Harley se esforça para explicar que o plural *-s/-es* no inglês representa o mesmo listema, enquanto o plural *-i* (como em *alumn-us/alumn-i*) é um listema diferente. Mas se um listema é “qualquer coisa que precisamos memorizar” (e que, portanto, precisa ser listado em algum repositório mental), então esse termo é muito mais amplo do que “morfe”. Por exemplo, compostos idiomáticos como *newspaper* “jornal” e *wallpaper* “papel de parede” precisam ser memorizados (HARLEY, 2006: 100) e, portanto, são listemas, mas ao mesmo tempo são muito transparentes; portanto, não se pode dizer que são morfes (como discutido na seção 10). Como Jackendoff (1997: Caps. 5–6) discute extensivamente ao analisar expressões compostas por múltiplas palavras, a relação entre o que é listado mentalmente e o que é descrito por regras não é direta, mesmo se assumirmos (contrafactualmente) que nosso conhecimento linguístico é armazenado de forma não redundante. Assim, uma noção de listema é certamente diferente da noção de morfe conforme definida aqui.⁵⁵

55 Harley (2006: 85) caracteriza listemas como “unidades mínimas de som com significado”, mas posteriormente ela postula um listema zero (para o plural de *sheep* “ovelhas”; 2006: 148), de modo que seu uso de listema parece não ser diferente dos usos correntes dos termos *expoente* e *item de vocabulário*.

Considerações finais

Este texto discutiu uma variedade de termos diferentes que são amplamente usados na área de morfossintaxe, usando um gênero textual que é quase desconhecido na linguística contemporânea (ver MEL'ČUK, 1982, 2006; MUGDAN, 1986, 2015, para trabalhos semelhantes sobre termos técnicos). Porém, tendo em vista que a terminologia que usamos é muitas vezes inconsistente e pouco clara, espero que meus leitores considerem este exercício útil.

Muitos morfólogos preferem direcionar suas energias em direções bastante diferentes, por exemplo, tentando descrever fenômenos particulares de uma maneira altamente elegante (e esperando que sua abordagem eventualmente se generalize), ou propondo arquiteturas ambiciosas destinadas a refletir a organização mental do conhecimento linguístico em todos os falantes e todas as línguas. Caso façamos um bom progresso nesses esforços (“teóricos”), podemos descartar a discussão terminológica como um aspecto metodológico menor e irrelevante, porque as verdadeiras descobertas devem ser aparentes mesmo sem termos claros. Contudo, se não se espera que o progresso no campo seja rápido, então podemos também dedicar alguma energia a uma terminologia consistente, de modo que pelo menos as definições de termos básicos em nossos manuais (e, também, em trabalhos derivados como a Wikipédia) sejam claras e não circulares. Sem uma terminologia clara, continuaremos falando sem nos entendermos e, se fizermos um progresso real, não seremos capazes de expressar isso com clareza.

Finalmente, devo lembrar aos leitores que não estou fazendo afirmações sobre como as línguas são mais adequadamente descritas. Defini “morfe” em termos de uma sequência segmental, porque todos concordam que tais entidades podem ser úteis para comparar línguas, não porque eu sugeriria que morfes são suficientes para descrever línguas (eles obviamente não são suficientes). Tampouco quero sugerir que todas as sequências mínimas que são segmentadas para algum fim são morfes (veja a breve discussão sobre *-ceive* no inglês, na nota 41). Embora as teorias gerais devam ser completas, este artigo

metodológico não faz nenhuma tentativa de fornecer um conjunto completo de conceitos (ver também a breve discussão na nota 24 sobre raízes, afixos e outros elementos para os quais não existe um termo geral). Ele apenas fornece uma definição simples e clara do termo *morfe* (como uma forma linguística mínima), para fins de linguística geral, que provavelmente será útil para muitos linguistas.

Agradecimentos: Financiamento de acesso aberto fornecido pelo Projekt DEAL. Sou grato às seguintes pessoas por comentários úteis sobre versões anteriores: vários editores e revisores de dois periódicos (*Word Structure e Morphology*), bem como Heidi Harley, Greg Stump, Eitan Grossman, Alessio Muro, Willem de Reuse, Anna Thornton, Hartmut Haberland, além de outros que comentaram a versão da Academia.edu. Agradeço também pelo apoio do Conselho Europeu de Pesquisa (ERC Advanced Grant 670985, Grammatical Universals).

Referências

AIKHENVALD, A. Typological distinctions in word-formation. In: SHOPEN, T. (org.). *Language typology and syntactic description*. 2^a ed., vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 1–65.

ANDERSON, S. R. *A-Morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ANDERSON, S. R. The morpheme: its nature and use. In: BAERMAN, N. (org.). *The Oxford handbook of inflection*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 11–33.

ARNDT-LAPPE, S.. Analogy in suffix rivalry: the case of English -ity and -ness. *English Language and Linguistics*, 18(3), 497–548, 2014. <https://doi.org/10.1017/S136067431400015X>.

BAUER, L. A descriptive gap in morphology. In: BOOIJ, G.; MARLE, J. (org.). *Yearbook of morphology 1988*, vol. 1. Dordrecht: Foris, 1988, pp. 17–27.

BAUER, L. *Rethinking morphology*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2019.

BIERWISCH, M. Syntactic features in morphology: general problems of so-called pronominal inflection in German. In: *To honour Roman Jakobson*. Mouton: The Hague, 1967, p. 239–270.

BLEVINS, J. P. *Word and paradigm morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2016. BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: H. Holt and Company, 1933.

BOCHNER, H. *Simplicity in generative morphology*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1993.

BONET, E.; HARBOUR, D. Contextual allomorphy. In: TROMMER, J. (Org.). *The morphology and phonology of exponence*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 195–235.

BOOIJ, G. E. *The grammar of words: an introduction to linguistic*

morphology. Oxford: Oxford University Press, 2005.

BRUENING, B. The lexicalist hypothesis: both wrong and superfluous. *Language*, 94(1), 1–42, 2018. <https://doi.org/10.1353/lan.2018.0000>.

CALABRESE, A. Investigations on markedness, syncretism and zero exponence in morphology. *Morphology*, 21(2), 283–325, 2011. <https://doi.org/10.1007/s11525-010-9169-y>.

CARSTAIRS, A. *Allomorphy in inflexion*. London: Croom Helm, 1987.

CARSTAIRS, A. Some implications of phonologically conditioned suppletion. In: BOOIJ, G.; MERLE, J. (Orgs.). *Yearbook of morphology 1988*. Dordrecht: Foris, 1988, p. 67–94.

CARSTAIRS-MCCARTHY, A. Basic terminology. In: ŠTEKAUER, P.; LIEBER, R. (Orgs.). *Studies in natural language and linguistic theory: Vol. 64. Handbook of word-formation*. Dordrecht: Springer, 2005, (p. 5–23).

CHOMSKY, N. A. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

CRYSMANN, B.; BONAMI, O. Variable morphotactics in information-based morphology. *Journal of Linguistics*, 52(2), 311–374, 2016. <https://doi.org/10.1017/S0022226715000018>.

DI SCIULLO, A.-M.; WILLIAMS, E. *On the definition of word*. Cambridge: MIT Press, 1987. DRESSLER, W. U. *Morphonology*. Ann Arbor: Karoma Publishers, 1985.

EMBICK, D. *The morpheme: a theoretical introduction*. Berlin: De Gruyter, 2015.

FORD, A.; SINGH, R.; MARTOHARDJONO, G. *Pace Panini: towards a word-based theory of morphology*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 1997.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K. L.;

KEYSER, S. J. (Orgs.). *The view from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993.

HARLEY, H. *English words: a linguistic introduction*. Malden: Blackwell, 2006.

HARLEY, H.; NOYER, R. *Distributed morphology*. The second Glot International state-of-the-article book. Berlin: De Gruyter Mouton, 2003, p. 463–496. <https://doi.org/10.1515/9783110890952.463>.

HARRIS, Z. S. Morpheme alternants in linguistic analysis. *Language*, 18(3), 169–180, 1942. HARRIS, A. C. *Multiple exponence*. New York: Oxford University Press, 2017.

HASPELMATH, M. The indeterminacy of word segmentation and the nature of morphology and syntax. *Folia Linguistica*, 45(1), 31–80, 2011.

HASPELMATH, M. How to compare major word-classes across the world's languages. In: GRAFF, T. *et al.* (Orgs.), *UCLA Working Papers in Linguistics: Vol. 17. Theories of everything: in honor of Edward Keenan*. Los Angeles: UCLA, 2012, p. 109–130.

HASPELMATH, M. Towards standardization of morphosyntactic terminology for general linguistics. In: ARCODIA, G. *et al.* (Orgs.), in press, 2020.

HASPELMATH, M. Bound forms, welded forms, and affixes: Basic concepts for morphological comparison. In: SEMIONOVA, K. *et al.* (Orgs.), *Moscow*, in press, 2021.

HOCKETT, C. F. Problems of morphemic analysis. *Language*, 23(4), 321–343, 1947. <https://doi.org/10.2307/410295>.

JACKENDOFF, R. S. *The architecture of the language faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997. JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. *The texture of the lexicon: relational morphology and the parallel architecture*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

JAKOBI, A.; CRASS, J.; ABDOULAYE, B. S. *Grammaire du beria (langue saharienne): avec un glossaire français-beria*. Köln: Köppe, 2004.

KIPARSKY, P. Allomorphy or morphophonology? In: SINGH, R.; DESROCHERS, R. (Orgs.). *Trubetzkoy's orphan*. Amsterdam: Benjamins, 1996, p. 13–31.

KROEGER, P. *Analyzing grammar: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LIEBER, R. *Introducing morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LIEBER, R.; ŠTEKAUER, P. *Introduction: status and definition of compounding*. The Oxford handbook of compounding. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 3–18. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199695720.013.0001>.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

MATTHEWS, P. H. *Inflectional morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

MATTHEWS, P. H. *Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. MATTHEWS, P. H. *Morphology*. 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MEL“ČUK, I. A. *Towards a language of linguistics: a system of formal notions for theoretical morphology*. München: Fink, 1982.

MEL“ČUK, I. A. *Aspects of the theory of morphology*. Berlin: De Gruyter, 2006.

MUGDAN, J. Was ist eigentlich ein Morphem? *Zeitschrift für Phonetik, Sprachwissenschaft und Kommunikationsforschung*, 39(1–4), 29–43, 1986. <https://doi.org/10.1524/stuf.1986.39.14.29>.

MUGDAN, J. Units of word-formation. In: MÜLLER, P. et al. (Orgs.). *Word-formation: an international handbook of the languages of Europe*. Vol. 1. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015, p. 235–301. <https://doi.org/10.1515/9783110246254-017>.

PASTER, M. Explaining phonological conditions on affixation: evidence from suppletive allomorphy and affix ordering. *Word Structure*, 2(1), 18–37, 2009. <https://doi.org/10.3366/E1750124509000282>.

PLANK, F. Inflection and derivation. In: ASHER, R. E. (Org.). *Encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Pergamon, 1994, p. 1671–1678.

PLANK, F. *Split morphology: how agglutination and flexion mix*. *Linguistic Typology*, 3, 279–340, 1999.

PLANK, F.; VINCENT, N. Suppletion: questions for history and theory. *Transactions of the Philological Society*, 117(3), 319–337, 2019. <https://doi.org/10.1111/1467-968X.12176>.

SHIMELMAN, A. *A grammar of Yauyos Quechua*. Berlin: Language Science Press, 2017. <http://langscipress.org/catalog/book/83>.

SPENCER, A. *Lexical relatedness*. Oxford: Oxford University Press, 2013. SPENCER, A.; LUÍS, A. R. *Clitics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STUMP, G. T. *Inflectional morphology: a theory of paradigm structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.


STUMP, G. Rule conflation in an inferential-realizational theory of morphotactics. *Acta Linguist. Acad.*, 64(1), 79–124, 2017. <https://doi.org/10.1556/2062.2017.64.1.3>.

THORNTON, A. M. Overabundance (multiple forms realizing the same cell): a non-canonical phenomenon in Italian verb morphology. In: MAIDEN, M. et al. (Orgs.). *Morphological autonomy: perspectives from Romance inflectional morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 358–381.

TRASK, R. L. *Key concepts in language and linguistics*. London: Psychology Press, 1999.

TROMMER, J. (Org.). *The morphology and phonology of exponence*. Oxford: Oxford University Press, 2012.



A large, stylized number '4' is the central graphic element. It is composed of two parts: a light gray '4' that is partially cut off on the left side, and a solid black '4' that is positioned in front of the gray one, also partially cut off on the left. The background is a solid, vibrant orange color.

A linguisticidade humana e os blocos elementares de construção das línguas

AB

A linguisticidade humana e os blocos elementares de construção das línguas⁵⁶

Martin Haspelmath

Introdução

96

Este artigo busca sustentar duas afirmações inter-relacionadas, enquadrando-as em discussões correntes na linguística e em algumas áreas adjacentes:

- (i) A capacidade biológica dos seres humanos para a linguagem, isto é, a linguisticidade humana, é mais bem estudada a partir de uma “perspectiva comparativa em sentido lato”, em que se comparam espécies, capacidades e línguas.
- (ii) A comparação de línguas não leva diretamente a *insights* imediatos sobre a linguisticidade humana, pois as línguas possuem uma ampla variedade de blocos elementares de construção, cujas similaridades não parecem estar enraizadas em tipos naturais inatos.

⁵⁶ Capítulo traduzido por Sergio de Moura Menuzzi e Gabriel de Ávila Othero. Título original: *Human Linguisticity and the Building Blocks of Languages*. Este texto foi publicado originalmente no volume 10 do periódico *Frontiers in Psychology*, em 2020.

Que a biolinguística – o estudo da capacidade biológica para a linguagem – adote uma perspectiva comparativa em sentido lato parece uma sugestão tão evidente que não precisaria ser mencionada; mas é fato que o termo “biolinguística” acabou se associando às ideias de um único linguista, Noam Chomsky, e grande parte do trabalho na tradição chomskiana não adota a “perspectiva comparativa em sentido lato” aqui advogada⁵⁷. A grande maioria dos linguistas que trabalha na tradição da gramática gerativa considera apenas os seres humanos, apenas a capacidade para a linguagem; além disso, assim como a maioria dos demais linguistas, eles tendem a se concentrar em uma única língua.

Ainda assim, os linguistas que trabalham em uma única língua tendem a enfatizar as implicações mais amplas de seu trabalho. Em um manual de sintaxe recente, por exemplo, os autores escrevem que os linguistas são motivados pelo “desejo de entender o cérebro humano” (KOENEMAN e ZEIJLSTRA, 2017, p. 3), mesmo que seu livro trate quase exclusivamente da sintaxe do inglês.

Portanto, aqui eu enfatizo a diversidade das línguas e observo que sua comparação não é de forma alguma simples. Não podemos simplesmente usar os blocos elementares de construção de línguas que foram estabelecidos com base no latim, no inglês ou no mandarim e aplicá-los indiscriminadamente a todas as outras línguas. E mesmo que comparemos muitas línguas diferentes, não está claro se nossos resultados contribuem para “entender o cérebro humano” ou outros aspectos da biologia humana.

Esse ponto é frequentemente subestimado, mesmo por muitos linguistas que trabalham com línguas diferentes. Concluo que a biolinguística precisa se tornar muito mais abrangente se quiser ir além da especulação e obter *insights* duradouros sobre as bases biológicas da linguagem humana.

57 Por exemplo, o “Manifesto da Biolinguística” (BOECKX e GROHMANN, 2007) menciona o nome de Chomsky na primeira linha e sete vezes no primeiro parágrafo (veja também DI SCIULLO e AGUERO-BAUTISTA, 2016, para quem a biolinguística também está intimamente ligada à abordagem chomskiana, assim como MARTINS e BOECKX, 2016a,b, seção 2.6). Como as ideias de Chomsky são altamente controversas e polarizadoras, muitos linguistas não desejam se associar ao termo biolinguística, mesmo que ele seja, em princípio, neutro e transparente (como biomusicologia, bioacústica, biomecânica, etc.).

Na próxima seção, explico por que uso o novo termo “linguisticidade” para me referir à capacidade humana para a linguagem, e explico ainda como ele se relaciona com outros termos amplamente utilizados (“faculdade de linguagem”, “gramática universal”). Em seguida, discuto mais detidamente a necessidade de uma “perspectiva comparativa em sentido lato”, antes de chegar ao ponto central, em que procuro mostrar a diversidade dos blocos estruturais elementares de construção das línguas.

Linguisticidade humana, faculdade da linguagem e gramática universal

A linguisticidade é o conjunto de capacidades que permite ao ser humano aprender e usar línguas em todas as suas diversas formas (falada, gesticulada, escrita, vernácula, sussurrada, sagrada, em letras de música, em provérbios, em jogos de linguagem etc.). Uma vez que a linguisticidade é uma capacidade específica da espécie e é invariante em toda a população humana, é adequado estudá-la a partir de uma perspectiva biológica (o que podemos chamar de investigação biolinguística; mas veja a nota 1).

O termo linguisticidade, que estou introduzindo neste artigo, foi formado por analogia com o termo “musicalidade”, que é utilizado por musicólogos para se referirem à capacidade humana para a música⁵⁸. Por exemplo, Honing (2018) diz (ver também TREHUB, 2003) o seguinte:

Ao longo dos anos, tem ficado claro que todos os humanos compartilham uma predisposição para a música, assim como temos

58 A analogia é *música/musical/musicalidade = língua(gem)/linguístico/linguisticidade*. É certo que o termo “musical” não significa apenas “relacionado à música” (assim como “linguístico” significa “relacionado à língua(gem)"); também significa “capaz de fazer/apreciar música”, enquanto “linguístico” não tem esse sentido (provavelmente porque todo ser humano é “linguístico”, embora os bebês sejam frequentemente chamados de pré-linguísticos). Portanto, o termo “linguístico” não é completamente transparente. (Deve-se notar aqui, ainda, que “linguístico” também é às vezes usado como o adjetivo correspondente a *linguística*, o nome da disciplina que estuda a linguagem. Naturalmente, a linguisticidade deve ser entendida no primeiro sentido. Assim, em uma língua como o alemão, que distingue entre *sprachlich* “relacionado à língua(gem)” e *linguistisch* “relacionado à linguística”, a contraparte de “linguisticidade” é *Sprachlichkeit*.)

uma predisposição para a linguagem. Todos os humanos, não apenas os indivíduos altamente treinados, compartilham uma predisposição para a música na forma da “musicalidade” – definida como um conjunto de características que se desenvolvem espontaneamente e que se baseiam em nossas capacidades cognitivas e sua biologia subjacente e são por elas restringidas.

Pode parecer estranho que se proponha um termo completamente novo, linguísticidade, para um fenômeno tão básico, depois de centenas de anos de estudo da linguagem e das línguas. E, claro, muitos estudiosos já falaram sobre a linguísticidade sem usar o termo; mas a meu ver não há nenhum outro termo único que possa ser usado para deixar claro exatamente o que quero dizer. Alguns autores falam da “capacidade para a linguagem” (como fiz em (i) acima), ou da “capacidade de linguagem” (por exemplo, JACKENDOFF, 1999); esses certamente são bons termos alternativos.

Entretanto, muitos simplesmente usam “linguagem”, e essa palavra é muito vaga. “Linguagem” pode se referir a línguas particulares (conjuntos de convenções usadas por comunidades de fala específicas), ou ao uso de uma língua na fala, ou a todo o domínio de fenômenos relacionados ao uso da língua e aos sistemas de linguagem⁵⁹. Como exemplo dessa imprecisão, considere a expressão “evolução da linguagem”: pode se referir à evolução (biológica) da linguísticidade, ou à evolução (cultural) (ou às mudanças diacrônicas) de sistemas linguísticos particulares. Para assegurar que está se referindo à coisa certa, Jackendoff (1999) fala sobre “a evolução da capacidade de linguagem”. Seria mais claro distinguir entre “evolução da linguísticidade” (isto é, evolução biológica) e “evolução das línguas” (evolução cultural-diacrônica)⁶⁰. A capacidade humana para a linguagem é, em muitos aspectos, como

59 N. do T. A língua inglesa conta com uma única palavra (“language”) para denotar diferentes conceitos, como explica Haspelmath nesse trecho. Em português, dispomos de duas palavras, “linguagem” e “língua”, que podem ser usadas para traduzir “language”, em diferentes contextos. A primeira é usada com o sentido amplo (tal como problematizado por Haspelmath na criação do termo “linguísticidade”), a segunda é, em geral, usada como sinônimo de “ídioma”, isto é, uma língua particular falada por uma comunidade de fala.

60 Muitas vezes, esse tipo de terminologia vaga não faz mal, porque o contexto deixa claro o que se pretende dizer. Mas, no caso específico de “evolução da linguagem”, há um problema sério – tanto que não está claro o que está no escopo do *Journal of Language Evolution* (evolução biológica, evolução cultural ou ambas?). Em resposta a um postagem crítica de minha parte em meu *blog* (<https://dlc.hypotheses.org/894>), os editores mudaram a redação da declaração de objetivos e escopo do periódico, mas ela ainda não está muito clara.

um instinto, razão por que Pinker (1994) usou o termo “instinto da linguagem” como título para seu livro. Mas muito mais comum é outro termo, “faculdade de linguagem”. Essa expressão parece remontar à *faculté du langage* de Saussure (1916), mas hoje em dia é frequentemente usada em um sentido muito mais restrito. Enquanto Rizzi (2004) continua a tradição saussuriana e a usa no mesmo sentido de linguistidade⁶¹, muitos outros autores usam “faculdade da linguagem” (em inglês, *language faculty* ou *faculty of language*) para um módulo cognitivo especializado, específico ao domínio linguístico (às vezes, também chamado de “órgão da linguagem”, como em ANDERSON & LIGHTFOOT, 2002)⁶². Por exemplo, Chomsky et al. (2019) dizem, no início de seu artigo, o seguinte sobre a faculdade da linguagem: “A gramática gerativa (GG) é o estudo da capacidade linguística como um componente da cognição humana”.

Se a faculdade da linguagem é o que os gramáticos gerativos estudam, então deve ser o hipotético módulo cognitivo especializado, porque os gramáticos gerativos não estudam (na prática) aspectos gerais, não especializados, da cognição humana e das habilidades auditivas e articulatórias humanas, que também fazem parte da linguistidade humana. Essa compreensão estreita do termo “faculdade de linguagem” também foi usada em 1978 no famoso “Manifesto GLOW”, de Jan Koster, Henk van Riemsdijk e Jean-Roger Vergnaud:

Parece bastante provável que o sistema de mecanismos e princípios postos em funcionamento na aquisição do conhecimento linguístico venha a ser uma “faculdade de linguagem” altamente específica⁶³.

Por outro lado, autores não-chomskianos que consideram insuficientes as evidências para um módulo especializado ao domínio da linguagem chegam, às vezes, a rejeitar a faculdade de linguagem. Por exemplo:

61 “[O objeto fundamental de investigação é] “a faculdade da linguagem”, a “tendência instintiva” para a linguagem, de acordo com os termos usados por Ferdinand de Saussure e Charles Darwin, respectivamente: uma capacidade cognitiva enraizada nos dotes biológicos de nossa espécie que nos permite adquirir a(s) língua(s) natural(ais) a que somos expostos na infância e usá-la(s) para comunicação, interação social e expressão do pensamento” (RIZZI, 2004, p. 323).

62 Considere também a seguinte citação: É razoável que a faculdade de linguagem seja considerada como um “órgão da linguagem”, no mesmo sentido em que os cientistas falam do sistema visual, ou sistema imunológico, ou sistema circulatório, como órgãos do corpo” (CHOMSKY, 2000, p. 4).

63 <https://glowlinguistics.org/about/history/manifesto/>

a faculdade de linguagem é, literalmente, vazia: a linguagem natural emerge de restrições cognitivas gerais, e não há mecanismos cognitivos especializados especificamente para a linguagem (CHRISTIANSEN & CHATER, 2015, p. 1-2).

Christiansen e Chater, é claro, não rejeitam a existência da linguística humana – eles simplesmente afirmam que a capacidade humana para a linguagem consiste em várias subcapacidades diferentes que não são especializadas para a linguagem, pelo menos não para a morfossintaxe (eles aceitam que possa haver uma capacidade especializada para o processamento da fala, cf. LIEBERMAN, 1984).

Além dessa ambiguidade do termo “faculdade de linguagem” (referindo-se (i) à linguisticidade ou (ii) a um módulo cognitivo hipotético específico para o domínio da linguagem), confusão adicional foi criada por Hauser et al. (2002), que introduziram uma distinção entre “a faculdade de linguagem no sentido lato” (em inglês, *Faculty of Language in the broad sense*, FLB) e “a faculdade de linguagem no sentido estrito” (em inglês, *Faculty of Language in the narrow sense*, FLN). A primeira, FLB, é o mesmo que a linguisticidade⁶⁴, mas a segunda é muito menos clara (“A FLN é o sistema computacional linguístico abstrato por si só, independente dos outros sistemas com os quais interage e com os quais faz interface”). Os autores enfatizam a importância especial da recursividade e sugerem que “a FLN contém apenas a recursividade”, o que significaria que não é específica para o domínio da linguagem (veja a discussão em SCHOLZ et al., 2011, seção 2.3). Assim, a FLN não pode ser o mesmo que o módulo cognitivo específico para o domínio postulado (isto é, não pode ser o “órgão da linguagem”).

Por fim, o termo “gramática universal” (frequentemente abreviado como GU, “UG” em inglês)⁶⁵ também tem sido usado nesse contexto pelos chomskianos, mas também não é um termo inequívoco. Mais comumente, os linguistas o usam para se referir ao conjunto de blocos de construção (traços, categorias e arquiteturas) que hipotetizam ser inatos:

64 “Consideramos ser incontestável a existência de alguma capacidade biológica nos seres humanos que nos permite (e não, por exemplo, aos chimpanzés) dominar prontamente qualquer língua humana sem instrução explícita” (HAUSER et al., 2002, p. 1571).

65 Às vezes, usa-se a grafia em maiúsculas “Gramática Universal” (em inglês, *Universal Grammar*), talvez para corresponder à abreviação (GU; em inglês, UG), ou talvez para deixar claro que se trata de um termo opaco, que não se destina a se referir a uma “gramática” que é “universal”.

A gramática universal consiste num conjunto de categorias elementares e relações gramaticais que são os blocos de construção das gramáticas particulares de todas as línguas humanas, conjunto a partir do qual são definidas as estruturas sintáticas dessas línguas e as restrições sobre tais estruturas. Uma gramática universal sugeriria que todas as línguas possuem o mesmo conjunto de categorias e relações (BARKSKY, 2016).

Os linguistas chomskianos raramente se comprometem em especificar exatamente quais categorias assumem como inatas (ver abaixo a seção “A singularidade estrutural dos blocos elementares de construção”)⁶⁶; mas todo o empreendimento gerativista é construído com base em suposições dessa natureza, pois do contrário não haveria justificativa para usar critérios diferentes para diferentes línguas (cf. CROFT, 2009). E, pelo menos no que diz respeito aos traços segmentais, propostas concretas têm sido feitas desde a década de 1950 para o seu inventário na Gramática Universal (o conjunto de traços distintivos da fonologia, primeiramente proposto por Jakobson, Halle e Chomsky). Além disso, existem muitas propostas arquiteturais para o sistema da linguagem (por exemplo, a distinção entre estrutura profunda e estrutura de superfície, que foi feita até a década de 1990; ou as diferentes concepções sobre o modo como a fonologia, a sintaxe e o léxico interagem entre si), propostas essas que são amplamente consideradas como estruturas inatas.

Como não há dúvida sobre a base biológica da linguisticidade humana, é perfeitamente possível não apenas que o instinto de comunicar, imitar e extrair padrões dos sinais de fala observados, mas também que um número substancial de blocos específicos de construção estrutural (traços, categorias e arquiteturas) estejam em vigor antes que as crianças comecem a ouvir seus cuidadores falarem. A capacidade para a linguagem seria como a capacidade para o paladar, na qual as categorias de paladar específicas de cada cultura (que permitem a existência e a transmissão de receitas e cozinhas específicas)

66 Com certa exasperação, mas não sem justificativa, Tomasello observa: “Pergunte a si mesmo: o que, exatamente, você encontra na gramática universal? Ah, você não sabe, mas tem certeza de que os especialistas (os linguistas gerativos) sabem. Errado; eles não sabem. E não só isso: eles não têm um método para descobrir isso” (TOMASELLO, 2009; veja também a nota 75 abaixo sobre esse último ponto).

coexistem com (e têm uma base última em) cinco categorias básicas inatas de paladar (doce, azedo, salgado, amargo, umâmi)⁶⁷.

Mas além dessa primeira noção de “gramática universal” (“categorias inatas”), há também uma segunda noção, em que “GU” é, aproximadamente, um sinônimo de “aspectos específicos do domínio da linguística”:

Nenhum “mecanismo geral de aprendizagem” conhecido pode adquirir uma língua natural apenas com base em evidências positivas ou negativas, e as perspectivas para encontrar um dispositivo desses que seja independente de domínio parecem muito pouco promissoras. A dificuldade colocada por esse problema leva à hipótese de que, seja qual for o sistema responsável pela linguagem, deve ter um viés particular ou deve ser restringido de certos modos. Tais restrições, historicamente, têm sido denominadas de “disposições inatas”, e as que são subjacentes à linguagem têm sido referidas como “gramática universal”. Embora esses termos específicos tenham sido rejeitados por muitos pesquisadores, e embora a natureza das restrições particulares nos mecanismos de aprendizagem humana (ou animal) ainda permaneça sem solução, a existência de restrições desse tipo não pode ser seriamente questionada. (HAUSER et al., 2002)

Essa formulação é muito mais cuidadosa e vaga do que a citação anterior de Barsky (2016). Aparentemente, Hauser et al. (2002) não querem se comprometer com afirmações mais específicas; mas ainda usam o termo “gramática universal”. No trecho, eles definem a GU como a capacidade especializada em adquirir uma língua; então, se alguém duvida da existência de componentes específicos ao domínio da linguística, essa pessoa certamente pode dizer que existe uma “hipótese de GU” (por exemplo, DA BROWSKA, 2015), mas que a considera como “morta” (por exemplo, Tomasello, 2009). Contudo, há também um terceiro sentido do termo “GU”, em que significa o

67 N. do T.: Umâmi é termo formado pelas palavras japonesas *umai* “delicioso” e *mi* “gosto”; refere-se a alimentos deliciosos e saborosos. É o quinto sabor básico do paladar humano, descoberto pelo professor Kikunae Ikeda em 1908; mas foi reconhecido oficialmente pela comunidade científica apenas nos anos 2000, após identificação de seus receptores específicos (informações extraídas da Wikipedia).

mesmo que a “faculdade de linguagem (ampla)”⁶⁸ e, portanto, o mesmo que linguisticidade. Por exemplo, nesta citação:

O termo Gramática Universal (GU) é simplesmente um rótulo para essa diferença marcante na capacidade cognitiva entre “nós e eles” [isto é, humanos e animais não humanos]. Como tal, GU é o tema de pesquisa da GG (gramática gerativa): o que é e como evoluiu em nós? (CHOMSKY et al., 2019).

Como não há dúvida sobre a diferença entre humanos e não humanos quanto à capacidade cognitiva, a GU nesse terceiro sentido não é uma hipótese⁶⁹.

Portanto, vimos que os termos “faculdade de linguagem” e “gramática universal” têm sido usados com múltiplos sentidos na literatura e, por isso, são confusos. Por isso, é melhor usar um novo termo, “linguisticidade”, para a capacidade biológica da linguagem, análogo ao termo “musicalidade” para a capacidade biológica da música⁷⁰. O termo não deve ser interpretado como algo que implique outras afirmações sobre a natureza dessa capacidade biológica. Isso deve ser tratado de maneira empírica.

68 Hornstein (2019) basicamente equipara os dois termos, usando consistentemente a expressão “FL/GU”. Ele diz: “Se chamarmos essa meta-capacidade [de adquirir uma gramática] de Faculdade da Linguagem (FL), então os humanos necessariamente possuem uma FL e necessariamente possuem uma GU, pois esta última é apenas uma descrição das propriedades da FL” (HORNSTEIN, 2019, p. 189).

69 A segunda – ou terceira – acepção do termo GU também é usada por Pinker (2007): “Essa ideia [da gramática universal] parece mais controversa do que é (ou, pelo menos, é mais controversa do que deveria ser), porque a lógica da indução exige que as crianças façam algumas suposições sobre como a linguagem funciona para terem sucesso na aprendizagem de uma língua. A única verdadeira controvérsia é quanto à natureza dessas suposições – do que elas consistem: um plano para um tipo específico de sistema de regras, um conjunto de princípios abstratos ou um mecanismo para encontrar padrões simples (que também pode ser usado para aprender outras coisas além da linguagem).” Como Pinker observa, a primeira hipótese – de que o que é inato é “um plano” (isto é, um conjunto de categorias e arquiteturas inatas) – é de fato controversa, mas é a que tem sido aceita pela maioria dos linguistas gerativos. E é essa “GU constituída de categorias inatas”, ou “GU constituída de tipos naturais”, que discutirei mais adiante.

70 Fitch (2015, seção 1) diz o seguinte sobre a musicalidade e a biomusicologia: “A musicalidade humana refere-se ao conjunto de capacidades e inclinações que permitem à nossa espécie criar e apreciar música em todas as suas diversas formas. Um princípio fundamental da biomusicologia é que a musicalidade está profundamente enraizada na biologia humana, de uma forma típica à nossa espécie, e que ela é amplamente compartilhada por membros de todas as culturas humanas”. Analogamente, o mesmo poderia ser dito sobre a linguisticidade e a biolinguística.

O estudo comparativo da linguisticidade: espécies, capacidades e línguas

Para entender qualquer traço ou capacidade comportamental biológica (como o canto dos pássaros, a ecolocalização dos morcegos, a construção de teias das aranhas ou a territorialidade presente em vários animais), é importante estudar as semelhanças entre as diferentes espécies. Esse é um princípio fundamental em todas as áreas da biologia comportamental e também deve ser adotado na biolinguística. Conceitos específicos das línguas humanas (como *oração relativa* ou *determinante*) são improváveis de serem úteis para esse tipo de comparação. Alguns linguistas mostraram interesse por comportamentos comunicativos ou vocais de outros animais, mas é mais comum que enfatizem a singularidade das línguas humanas (por exemplo, ANDERSON, 2004); poucos têm procurado por semelhanças em larga escala entre espécies para entender como poderiam ter surgido os vários componentes da linguisticidade. O que Fitch (2015) diz sobre a musicalidade se aplica, exatamente da mesma forma, à capacidade para a linguagem:

[O princípio comparativo] exige uma abordagem biologicamente comparativa, que envolve o estudo, em uma ampla gama de espécies animais não humanas, de capacidades comportamentais que se assemelham ou estão relacionadas aos componentes da musicalidade humana. Essa abordagem, claro, é familiar à maioria dos biólogos, mas permanece controversa na musicologia ou na psicologia. "Ampla gama de espécies", neste contexto, significa que não devemos limitar nossas investigações biológicas a parentes próximos dos humanos (por exemplo, primatas não humanos), e sim investigar qualquer espécie que apresente características relevantes à musicalidade humana. (FITCH, 2015, seção 2c)

Por razões compreensíveis, muitos pesquisadores têm se concentrado em comparar a linguisticidade nos seres humanos com as capacidades de outras espécies intimamente relacionadas (especialmente chimpanzés e outros primatas, mas também cães); mas, como observa Fitch,

nosso entendimento da evolução cognitiva permaneceria

seriamente incompleto se nos concentrássemos exclusivamente em comparações entre humanos e outros primatas (uma abordagem comparativa estreita). Felizmente, a revolução genômica levou a um reconhecimento generalizado do conservadorismo fundamental da função gênica em espécies muito distintas, e há uma crescente conscientização de que parentes distantes como as aves podem ter tanto, ou até mais, a nos dizer sobre a biologia e a evolução dos traços humanos do que comparações com outros primatas (FITCH, 2017, p. 6).

Não sou competente nessa área, mas me parece que Fitch está certo ao afirmar que uma abordagem biológica amplamente comparativa é necessária para uma compreensão mais profunda da linguisticidade, assim como é necessária para o estudo de qualquer outra característica biológica de qualquer outra espécie.

Em segundo lugar, também devemos comparar diferentes capacidades dos seres humanos se quisermos compreender cada uma delas de forma mais profunda. A maioria dos linguistas que afirmam estar interessados na linguagem como uma capacidade cognitiva não considera capacidades relacionadas, como a musicalidade, a cognição numérica (por exemplo, DEHAENE, 1997), a percepção visual. Mas assim como é improvável que entendamos as capacidades comportamentais de uma única espécie isolada, é improvável também que compreendamos as bases biológicas de uma única capacidade humana de forma isolada. Diante da grande especialização das áreas de pesquisa, há, é claro, muitos impedimentos práticos para essa pesquisa comparativa, mas não devemos nos iludir e pensar que *insights* mais profundos serão possíveis sem uma comparação séria de uma variedade de comportamentos. É natural que a maioria dos linguistas trabalhe nas áreas em que se sentem mais confortáveis, mas a retórica de alguns linguistas sugere que eles esperam (ou que até já alcançaram) *insights* profundos sem qualquer comparação do tipo mencionado.

Terceiro, e de modo mais importante na minha perspectiva, precisamos comparar diferentes idiomas de forma séria. Vou desenvolver essa ideia nas próximas três seções, mas aqui já quero argumentar em favor de dois pontos gerais. Em primeiro lugar, é claro que os linguistas ocidentais têm considerado diferentes idiomas desde pelo menos

o século XVII, quando o francês e outras línguas europeias entraram em seu campo de visão, para além do latim. No entanto, essa comparação se tornou verdadeiramente sistemática e empiricamente rigorosa apenas no século XIX, período em que a comparação era histórica. Muitos dos filósofos e linguistas mais influentes do século XX que refletiram sobre a linguagem humana em termos gerais (por exemplo, CHOMSKY, 1965; GRICE, 1975; LYONS, 1977; LANGACKER, 1987; JACKENDOFF, 2002; GOLDBERG, 2006) não basearam suas afirmações em um conjunto de dados amplamente comparativo. Em segundo lugar, dentro da comunidade chomskiana, sempre foi dominante uma abordagem fortemente apriorística, embora, desde a década de 1990, um número cada vez maior de linguistas tenha tentado aplicar os formalismos da principal corrente da gramática generativa (PGG; *Mainstream Generative Grammar*, MGG, em inglês) a idiomas de fora da Europa. A direção geral da pesquisa sempre foi mostrar que línguas diferentes do inglês são realmente muito parecidas com o inglês, no fim das contas – elas têm DPs/sintagmas determinantes, estrutura configuracional das orações, distinções-padrão entre as classes de palavras, ordens alternativas geradas por movimento e assim por diante. Isso é compreensível, uma vez que todos os manuais são baseados no inglês e as hipóteses encontradas nesses manuais são as únicas compartilhadas por todos os linguistas gerativos. Assim, ainda é preciso atingir o desiderato de uma biolinguística que se baseie numa abordagem amplamente comparativa, que não privilegie nenhuma língua em particular (como uma biomusicologia que não privilegia, por exemplo, a música de arte ocidental; cf. FITCH, 2015; HONING et al., 2015).

Como análises linguísticas-P podem esclarecer a linguisticidade: o programa baseado em tipos naturais

Em vez de comparar línguas de forma sistemática, o que a grande maioria dos linguistas (mesmo os que enfatizam seu interesse em questões mais amplas) tem feito nas últimas décadas é se envolver com o estudo de línguas específicas. Mas como a análise de línguas específicas – uma *análise linguística-P*, isto é, “de uma língua particular”

– pode levar a *insights* sobre questões gerais que dizem respeito à linguagem humana?

Em Haspelmath (2020b), observo que a linguística-P não é necessariamente relevante para a linguística geral (ou “linguística-G”, o estudo da linguagem humana), porque as propriedades dos idiomas individuais são historicamente acidentais. Mas existem duas maneiras pelas quais o estudo de uma única língua, como o mohawk (BAKER, 1996) ou o francês (KAYNE, 1975), pode contribuir para nossa compreensão da linguisticidade: (i) podemos estudar aspectos dessas línguas que sabemos que não são convencionais, ou (ii) podemos estudar as regras gramaticais convencionais e hipotetizar que elas são baseadas em blocos elementares inatos de construção de línguas (traços, categorias e arquiteturas). O primeiro tipo incluiria pesquisas psicolinguísticas (nas quais o comportamento dos falantes é estudado independentemente do conhecimento social dos falantes) e considerações sobre a pobreza de estímulos.

Aqui vou me concentrar no segundo tipo de estudo: análises linguísticas-P que se baseiam na ideia de que todas as línguas tomam seus blocos de construção de um plano ou projeto inato comum, ou “esquema geral” (*framework* em inglês; veja HASPELMATH, 2010b, para alguma discussão desse termo). Esse tipo de abordagem tem sido muito influente e frequentemente tem sido apresentado como a única possibilidade para a linguística, embora sempre tenha sido claro que as línguas também podem ser estudadas como sistemas parciais de convenções sociais (porque é isso que fazemos quando fazemos um curso de idiomas). Vejamos um exemplo concreto de uma análise linguística-P.

Bloomfield (1933) observou que é útil para a gramática do inglês postular uma categoria especial, a dos determinantes, que é desconhecida do latim (e das gramáticas inglesas publicadas no século XIX). Como uma aproximação, podemos dizer que as expressões nominais, em inglês, consistem em quatro espaços, como em (1a). Os determinantes em inglês incluem as formas em (1b).

(1) (a) Pré-determinante - Determinante - Adjetivo - Substantivo

(b) *the, a(n), my, your, their, this, that* ("o/a, um(a), meu/minha, teu/tua, seu/sua, este, aquele")

Se também dissermos que os três primeiros espaços podem estar vazios e que os dois pré-determinantes são *all* ("todos") e *both* ("ambos")⁷¹, explicamos imediatamente por que podemos ter todos os exemplos em (2a-e), mas não (3a-c), por exemplo.

(2) (a) *all the new houses* ("todas as casas novas")

(b) *both my little children* ("as minhas duas crianças pequenas")

(c) *that expensive dress* ("aquele vestido caro")

(d) *their old article* ("seu artigo velho")

(e) *apples* ("maçãs")

(3) (a) **the my children* ("as minhas crianças")

(b) **old the article* ("velho o artigo")

(c) **that their expensive house* ("aquela deles cara casa")

As análises linguísticas-P consistem em estabelecer categorias desse tipo e em especificar condições adicionais sobre as formas que podem ocorrer nos espaços categoriais (por exemplo, o espaço dos determinantes em inglês pode estar vazio apenas se o substantivo for plural). Agora, a pergunta é a seguinte: como tal análise poderia esclarecer não apenas a estrutura do inglês, mas também a capacidade biológica para a linguagem?

Bloomfield (1933) tinha a pretensão de que a categoria dos *determinantes* fosse específica do inglês, mas é claro que pode ser uma categoria inata e que outras categorias, como aquelas em (4), também podem fazer parte de um plano inato. De fato, é isso que a maioria dos sintaticistas da tradição da gramática gerativa afirma, seja de forma explícita ou (mais comumente) de forma implícita.

71 N. do T.: a discussão para a ordem de elementos dentro do sintagma nominal em inglês não se aplica à ordem dos elementos dentro do SN em português. O leitor deve atentar para as ordens dos elementos elencados por Haspelmath nos exemplos em inglês, ao invés da tradução que colocamos entre parênteses.

(4) verbo, substantivo, auxiliar, sintagma verbal, adposição, complementizador, marcador de caso, acusativo, dativo, ergativo, marcador de concordância, verbo finito, reflexivo, pronome, conjunção coordenativa, oração relativa, singular, plural, primeira pessoa, segunda pessoa, tempo, modo, palavra interrogativa, partícula interrogativa.

Claramente, o estudo das línguas específicas requer recursos e categorias desse tipo, e também requer construções maiores (como as construções passivas ou causativas, ou as construções com palavras interrogativas) e relações entre construções (do tipo das que têm sido descritas, por exemplo, como “alternâncias argumentais” ou “transformações de ordem”). Novamente, pode-se hipotetizar que os tipos de regras que são postulados para expressar essas regularidades fazem parte da linguisticidade humana desde o início, isto é, que antecedem a experiência linguística da criança (ou que “pertencem à faculdade de linguagem”, como os linguistas costumam dizer).

Como observei anteriormente, a ideia de que os blocos elementares de construção das línguas são inatos é análoga à descoberta de que existem sabores básicos que são geneticamente determinados e que não variam nas populações humanas; também se pode mencionar a ideia de que existem meia dúzia de emoções básicas que são invariantes e não estão sujeitas a variações transculturais (cf. BARRETT, 2006). Os blocos de construção das línguas seriam, portanto, “tipos naturais” (em inglês, *natural kinds*), assim como os blocos de construção da matéria – os elementos químicos.

Os elementos químicos são frequentemente apontados como o melhor exemplo de tipos naturais, mas as espécies biológicas e suas partes também são tipos naturais, uma vez que são dadas antecipadamente pela natureza – e não identificadas por definições *a priori*. Para identificar o ouro (símbolo químico *Au*) ou uma raposa vermelha (*Vulpes vulpes*), não recorreremos a definições, mas a uma ampla variedade de “sintomas” (cf. HASPELMATH, 2018, para mais discussão sobre os tipos naturais de diferentes disciplinas). A analogia entre os blocos elementares de construção das línguas e os elementos químicos foi extensivamente defendida por Baker (2001). Quando a pesquisa química séria começou no século XVII, não estava claro se todas

as partes do mundo (muito menos os corpos celestes) consistiriam ou não dos mesmos tipos de substâncias. Foi somente pelo estudo meticuloso de muitas substâncias particulares – de diferentes partes da Terra e também de meteoritos, que se sabia que tinham origem no espaço sideral – que os químicos eventualmente reconheceram que existem algumas dezenas de elementos dos quais todas as outras substâncias são compostas.

Assim, em princípio, é possível que o estudo dos blocos de construção de línguas específicas nos forneça *insights* sobre os blocos elementares de construção inatos, pois os blocos específicos às línguas são realmente extraídos do conjunto universal. A categoria dos determinantes não seria específica ao inglês, mas um elemento do plano inato para a linguagem humana (isto é, parte da GU no primeiro sentido que mencionei, que aparece na citação de Barsky, na seção “Linguisticidade humana, faculdade de linguagem e gramática universal”). É isso o que chamo de “programa baseado em tipos naturais” – o programa que procura encontrar os blocos elementares inatos de construção de línguas fazendo uso de análises linguísticas-P.

A singularidade estrutural dos blocos elementares de construção de línguas

A dificuldade com o programa baseado em tipos naturais é que as línguas não usam sempre os mesmos blocos de construção. As línguas têm muitas semelhanças e, para a maior parte dos fins práticos, é possível traduzir uma língua para outra. Mas também existem muitas diferenças que não podem ser reduzidas a um conjunto limitado de blocos elementares, pelo menos não no estado atual do nosso conhecimento.

Por exemplo, línguas diferentes dividem o mesmo espaço conceitual de maneiras diferentes, fazendo o mapeamento entre significados e palavras de diferentes modos. Enquanto o inglês tem apenas uma única palavra *hair* (cabelo), o francês distingue entre *cheveu* (cabelo

da cabeça) e *poil* (barba ou pelo do corpo ou, ainda, pelo de animais)⁷², e o latim ainda fazia uma subdivisão distinta, ao distinguir entre *capillus* (cabelo da cabeça ou barba) e *pilus* (pelo do corpo ou de animais) (KOCH, 2001: 1146). Enquanto o russo distingue entre *les* (floresta ou bosque) e *derevo* (madeira ou árvore), o francês tem *arbre* para “árvore” e *bois* para “madeira, bosque ou floresta” (esse exemplo remonta à discussão de Hjelmstev nos anos 1930; cf. HASPELMATH, 2003, p. 237). Idealmente, essa diversidade da semântica lexical seria reduzida a um pequeno número de “blocos de construção de significados lexicais”, que se combinariam para produzir a diversidade de significados que observamos no mundo. E há uma proposta de Wierzbicka (cf. WIERZBICKA, 1996, por exemplo) para explicar todos os significados das palavras com base em aproximadamente 100 blocos elementares de construção de significados (“primitivos semânticos”, ou ainda “tipos naturais de significados”) presumivelmente inatos. No entanto, esse programa de pesquisa não foi adotado pela área, porque a metodologia de decomposição semântica de Wierzbicka não parece ser rigorosa o suficiente. Ao que parece, a maioria dos linguistas considera o objetivo de Wierzbicka excessivamente ambicioso.

A situação é um pouco diferente no caso dos segmentos fonológicos, em que várias propostas já foram feitas para compor as listas de blocos elementares inatos de construção de fonemas que podem servir para todas as línguas: os “traços distintivos” para os segmentos (primeiramente propostos por JAKOBSON et al., 1951, e difundidos por CHOMSKY & HALLE, 1968). Contudo, embora existam várias propostas “oficiais” que aparecem em manuais (e que podem ser consultadas em artigos enciclopédicos⁷³), elas ainda têm apenas o *status* de “propostas amplamente adotadas”, e não o *status* de “descobertas geralmente aceitas”. Autores como Blevins (2004) e Mielke (2008) apresentaram bons argumentos para uma compreensão diferente das similaridades interlinguísticas na fonologia, em que cada língua é analisada em seus próprios termos paroquiais e similaridades interlinguísticas derivam de tendências diacrônicas (“evolutivas”) ou adaptativas. E autores como Lass (1984) e Simpson

72 N. do T.: Assim como o português, que mantém as palavras *cabelo* e *pelo*.

73 Veja, por exemplo, https://en.wikipedia.org/wiki/Distinctive_feature

(1999) ressaltaram que a comparação de inventários fonêmicos entre centenas de línguas (como a feita por MADDIESON, 1984, e outros) não é possível, porque os sistemas de fonemas são determinados por generalizações específicas de cada língua. Mesmo que os traços distintivos fossem universais, a organização dos inventários fonêmicos é única e distinta em cada língua. Trubetzkoy (1939) observou, no documento fundador da fonologia moderna, que o /t/ do francês e o /t/ do grego não são o mesmo elemento, porque eles ocorrem em diferentes contrastes nos seus respectivos sistemas – são elementos estruturalmente distintos para os quais simplesmente usamos a mesma notação. A pesquisa fonológica ao longo dos últimos 80 anos não chegou a nenhuma conclusão diferente. Embora haja muitas similaridades óbvias, cada língua tem seu próprio sistema (e seus próprios blocos elementares de construção) e não sabemos como reduzir esses sistemas a um conjunto de tipos naturais inatos.

No caso dos blocos elementares de construção da sintaxe, a situação é diferente da que encontramos na semântica lexical e na fonologia, mas não é melhor, apesar de Baker (2001) sugerir que o trabalho em sintaxe comparativa avançou tanto quanto o trabalho de química comparativa da metade do século XIX. Para Baker, nosso Mendeleiev pode estar nas proximidades, pronto para fornecer aos sintaticistas uma “tabela periódica de elementos sintáticos inatos”, que poderá ser ensinada nas aulas de sintaxe e usada nas análises linguísticas. Na prática, contudo, não é isso que acontece. O destino do conceito de “determinante”, de Bloomfield, é sintomático nesse sentido. No final dos anos 1980, foi proposto que o “determinante” desempenha um papel mais importante na sintaxe do inglês do que havia se pensado anteriormente. Assim que a ideia ganhou mais destaque em artigos sobre a sintaxe do inglês, ela foi transferida e aplicada a outras línguas, em que esse novo papel do determinante não pôde ser motivado da mesma maneira (mas manteve-se a hipótese de que não se tratava de um elemento exclusivo do inglês e sim reflexo de alguma estrutura inata). Por exemplo, no grego moderno, o artigo definido e o demonstrativo coocorrem e, portanto, não podem estar na mesma

posição (*por exemplo, aftó to spíti* [essa a casa], “essa casa”)⁷⁴. Critérios diferentes foram usados em línguas diferentes para identificar o determinante, e simplesmente se passou a aceitar que todas as línguas tenham a categoria, mesmo quando não seja expressa na maioria das vezes. A motivação para aceitar essa “categoria inata” veio do inglês, e não de estudos comparativos⁷⁵.

A situação geral na sintaxe é distinta da situação na semântica lexical, pois muitos sintaticistas pressupõem que existe uma lista fixa de blocos inatos de construção da sintaxe (ao passo que poucos semantistas lexicais diriam o mesmo para a semântica); porém, ao contrário dos fonólogos, os sintaticistas não apresentaram uma proposta “oficial”. Os diferentes “modelos” que surgiram na década de 1980 propuseram conjuntos muito diferentes dos blocos básicos de construção (por exemplo, *Relational Grammar*, BLAKE, 1990; *Lexical-Functional Grammar*, BRESNAN, 2001; *Mainstream Generative Grammar*, ADGER, 2003). Mesmo dentro da PGG, a escola numericamente dominante, existem diferentes pontos de vista que são, muitas vezes, mutuamente incompatíveis. Autores como Cinque (1999) argumentam por uma abordagem “cartográfica” em que são propostas dezenas de categorias inatas; mas outros autores, inspirados pelo “minimalismo” filosófico, argumentam que é impossível que tantos tipos naturais de categorias sejam inatos, porque elas não poderiam ter sido fruto do processo evolutivo (questão que ficou conhecida como o “Problema de Darwin”, cf., por exemplo, BOLHUIS *et al.*, 2014, p. 5). Finalmente, linguistas que, de fato, praticam a descrição linguística não encontraram qualquer utilidade nessas propostas. Ao contrário das propostas dos teóricos da fonologia, que às vezes foram utilizadas em descrições gramaticais abrangentes, as propostas baseadas em “modelos” não

74 N. do T.: Em inglês, os possessivos, os demonstrativos e os artigos estão em distribuição complementar e ocupam a posição do determinante dentro do sintagma nominal. Por isso, podemos ter as sequências *my house* (minha casa), *this house* (esta casa) e *a house* (uma casa), mas não podemos ter sequências com dois (ou três) desses elementos: **the my house* ou **this the house*, por exemplo. Em português, no entanto, essa primeira sequência é bem formada (*a minha casa*) e, em grego, a segunda sequência é bem formada (*aftó to spíti*), de acordo com Haspelmath.

75 Trinta anos após a proposta original, muitos autores ainda trabalham com uma categoria universal de determinantes, embora muitos outros tenham levantado objeções a essa hipótese. Como vimos num recente *workshop* sobre a distinção entre NP e DP (durante a Reunião Anual da DGfS, em Bremen, 2019), não há acordo sobre padrões metodológicos para determinar se esse bloco “universal” de construção da sintaxe realmente existe.

desempenham nenhum papel no treinamento de linguistas de campo (cf. PAYNE, 1997; CHELLIAH & DE REUSE, 2011).

Quem trabalha com descrição linguística continua basicamente seguindo a exortação de Boas (1911) para que se descreva cada língua em seus próprios termos (tal como os antropólogos descrevem cada cultura como sendo um conjunto único e sem igual de práticas), ao invés de tentar impor algum esquema preconcebido sobre as línguas – embora muitos já tenham percebido que o trabalho comparativo pode ser muito útil devido às muitas similaridades entre as línguas⁷⁶.

Agora, obviamente alguém pode contestar essa avaliação negativa. Uma objeção seria afirmar que a atual falta de uma teoria completa dos blocos elementares inatos de construção das línguas não quer dizer que tal teoria seja impossível. Isso é verdade, mas parece haver pouca consciência, entre os linguistas que estão perseguindo esse programa, de que uma teoria baseada em tipos naturais não é algo necessário e de que muito da pesquisa atual se baseia numa pressuposição inquestionada, a de que não há alternativa a essa teoria. A próxima seção esboça uma alternativa: a hipótese de que a convergência interlinguística de traços linguísticos (que leva a similaridades impressionantes entre as línguas) pode ser resultado de uma evolução cultural convergente (ao invés de ser o resultado de tipos naturais inatos).

Estrutura biológica vs. evolução cultural convergente

Em várias áreas de estudo, as similaridades entre diferentes fenômenos podem ter causas bem diferentes, e pode ser uma tarefa complexa identificá-las. Por exemplo, os biólogos não sabem ao certo se os elementos similares encontrados entre espécies de diferentes táxons⁷⁷ (como as asas, encontradas tanto em pássaros quanto em morcegos) podem ser explicados exclusivamente com base na evolução biológica

76 Epps (2011, p. 648), por exemplo, afirma que os pesquisadores de campo devem “fazer descrições em formatos que possibilitem e facilitem a comparação entre as línguas, ao mesmo tempo em que devem se manter fiéis às próprias línguas, sem forçá-las a caber em categorias predeterminadas que não se encaixam bem (GIL, 2001; HASPELMATH, 2007, 2010a)”.

77 N. do T.: Segundo o Dicionário Houaiss, um táxon é “qualquer unidade taxonômica (classe, ordem, família, gênero, espécie etc.)”. Em biologia, espécies (por exemplo, *Homo sapiens*) são agrupadas em gêneros (*Homo*), que são agrupados em famílias (hominídeos), por sua vez agrupadas em ordens (primatas).

convergente. Alternativamente, pode-se pensar que muitas das similaridades se devem a restrições em estruturas básicas que não podem ser superadas pela adaptação biológica posterior. Essas questões parecem não ser totalmente bem compreendidas ainda; porém, pelo menos um biólogo, Stephen Jay Gould (1941-2002), tornou-se famoso por sugerir que o poder da evolução convergente tem sido superestimado (cf. LOSOS, 2017, que fornece discussão recente e acessível sobre o tema).

De forma semelhante, a explicação para as similaridades entre as línguas pode não residir exclusivamente na evolução cultural convergente. Pode haver restrições biológicas específicas aos sistemas linguísticos possíveis, assim como (aparentemente) há restrições biológicas específicas às categorias do paladar e das emoções. As restrições sobre os sistemas linguísticos também não são bem compreendidas ainda pelos linguistas (como notamos anteriormente), mas elas podem muito bem existir – tanto quanto pode haver “restrições sobre estruturas básicas” na biologia.

No entanto, deveria ser autoevidente o fato de que também existem muitas similaridades entre as línguas que podem ser explicadas pela evolução cultural convergente. Assim como ninguém duvida de que a existência de tipos similares de casas, ferramentas, armas, instrumentos musicais e estruturas de governo em diferentes culturas não se deve a um plano genético, mas à evolução cultural convergente, também não há dúvida de que muitas semelhanças nas palavras das línguas se devem a similaridades culturais e dispensam uma explicação biológica. Por exemplo, muitas línguas do século XXI apresentam palavras curtas para designar telefones celulares, e essas palavras podem ser criadas de diferentes maneiras (por exemplo: pela abreviação de termos mais longos, como *komórka* no lugar de *telefon komórkowy* em polonês; ou pela utilização do nome de uma marca, como *Natel* em suíço-alemão, ou até mesmo pelo uso de siglas, como *HP* em indonésio, no lugar de *hand phone* “telefone de mão”). Ninguém duvidaria de que essa é uma característica adaptativa dessas línguas que não tem qualquer relação com nossa biologia.

Uma característica óbvia da linguisticidade humana é que os grupos humanos postulam convenções linguísticas que estão sujeitas a

mudanças. A mudança não é rápida, e os falantes da mesma comunidade geralmente acham fácil entender uns aos outros, mesmo ao longo de três ou quatro gerações. Mas com o passar dos séculos, essas mudanças se acumulam, e quando a mudança cultural é rápida (como no caso dos telefones celulares e de muitos outros termos relacionados à tecnologia moderna), as línguas podem mudar de forma rápida para se adaptarem às necessidades dos falantes. Assim, as línguas estão sujeitas à evolução cultural (CROFT, 2000a; MESOUDI, 2011), e quando há pressões seletivas, essa mudança pode ser adaptativa. Muitos aspectos gerais das línguas parecem ser resultado da adaptação das estruturas linguísticas às necessidades dos falantes. Não apenas o comprimento das palavras pode ser explicado como sendo uma adaptação à sua previsibilidade e à sua frequência (como no exemplo do telefone celular, que vimos acima, cf. ZIPF, 1935; KANWAL et al., 2017), mas também o comprimento e a presença de marcadores gramaticais podem ser explicados da mesma forma (cf. HASPELMATH, 2020a, sobre a codificação assimétrica na gramática). Nos sistemas fonológicos, não apenas a dispersão de vogais, mas também a estrutura dos inventários de consoantes é claramente adaptativa (cf., por exemplo, FLEMMING, 2017). E na morfossintaxe, não apenas as tendências de codificação assimétrica, mas também muitas tendências na ordem da oração e das palavras podem ser explicadas com base em preferências gerais de processamento que não são específicas da linguisticidade (cf. HAWKINS, 2014). Semelhanças interlinguísticas em termos de categorias de classes de palavras (CROFT, 2000b) e construções reflexivas (HASPELMATH, 2008) também têm sido explicadas em termos funcionais-adaptativos. Basicamente, todas aquelas categorias listadas anteriormente em (4) podem muito bem ser semelhantes interlinguisticamente porque atendem a necessidades universais dos falantes.

Assim, os linguistas que trabalham com linguística comparativa, isto é, comparando línguas, e que desejam explicar padrões gerais entre as línguas (padrões esses que não podem ser atribuídos a acidentes históricos) precisam considerar duas possíveis fontes para essas similaridades: (i) evolução cultural convergente das línguas em resposta às mesmas necessidades dos falantes; (ii) restrições nos sistemas linguísticos biologicamente possíveis: os blocos inatos de construção

das línguas (isto é, os “tipos naturais da linguagem”), que fornecem limites específicos para a arquitetura gramatical das línguas.

As duas abordagens podem até estar simultaneamente corretas, mas também há aí uma questão de probabilidade intrínseca: qual é a probabilidade de um traço gramatical fazer parte de um plano inato, que teria de ter evoluído biologicamente dentro de um período de um milhão de anos ou menos (o Problema de Darwin)? Por outro lado, qual é a probabilidade de uma característica adaptativa de um sistema linguístico ter evoluído culturalmente ao longo de algumas poucas gerações, dado que observamos tais mudanças em todos os lugares onde olhamos no registro histórico?

Considerações finais: os blocos elementares de construção das línguas sob uma perspectiva minimalista

Adotando uma abordagem comparativa para a linguisticidade humana, observamos, no nível das espécies, que a capacidade linguística é um traço exclusivo dos seres humanos. Mas no nível das diferentes comunidades humanas, observamos que cada língua é única e exclusiva, assim como outros aspectos das culturas humanas são únicos e exclusivos de cada cultura. As línguas apresentam muitas semelhanças, mas, assim como as semelhanças biológicas não precisam necessariamente resultar de identidade genética, também os universais linguísticos não precisam resultar de propriedades inatas. De forma análoga à convergência evolutiva biológica, que pode produzir resultados semelhantes em táxons não relacionados (como os olhos em insetos e em vertebrados), as semelhanças entre as línguas podem ser o resultado de uma convergência evolutiva cultural. Isso acarreta que a descrição e a comparação das línguas não conduzem a *insights* imediatos sobre a linguisticidade humana (ver item (ii) na seção 6).

Como vimos, uma possibilidade alternativa é que alguns dos universais linguísticos sejam consequência de um plano biológico (um “kit universal de ferramentas”, como afirma JACKENDOFF, 2002, p. 75), e às vezes uma explicação biológica e uma explicação que leve em conta a evolução cultural podem ser simultaneamente adequadas.

Os linguistas têm encontrado dificuldade em decidir entre essas duas possibilidades, mas uma “perspectiva minimalista” parece sugerir que se deva atribuir o mínimo possível às restrições biológicas (ou seja, às categorias “de tipo natural”). Existem algumas restrições biológicas bem evidentes em outras partes da cognição, então não se pode descartar a possibilidade de que categorias como “substantivo” e “verbo”, ou “consoante” e “vogal”, ou até mesmo “estrutura profunda” e “estrutura de superfície”, sejam blocos de construção inatos de nossa cognição, da mesma maneira que o são os cinco gostos básicos do paladar⁷⁸.

Contudo, princípios gerais de economia explicativa (cf. a “escala de custo” de fatores explicativos, discutida em HASPELMATH, 2019, p. 16) poderiam sugerir que a ideia dos blocos de construção inatos das línguas deveria ser postulada apenas se não existirem explicações de convergência evolutiva (ou se elas forem muito improváveis). Até onde posso ver, as evidências da linguística comparativa atualmente não fornecem evidências fortes para os blocos de construção inatos das gramáticas⁷⁹. Ainda que minha perspectiva seja moldada pela tradição “funcionalista” da linguística comparativa (GREENBERG, 1963; CROFT, 2003; GIVÓN, 2010), essa linha de raciocínio converge de maneira interessante com alguns minimalistas chomskianos que reconhecem que pode haver muito menos blocos de construção inatos do que se pensava no passado (como HORNSTEIN, 2018)⁸⁰.

78 Vale lembrar (veja a seção “Linguisticidade humana, faculdade de linguagem e gramática universal”) que o termo “gramática universal” tem sido usado não apenas no sentido concreto de “blocos de construção inatos específicos” (que podem ser investigados por um programa de tipos naturais, tal como muitos sintaticistas fazem atualmente), mas também no sentido de “qualquer coisa que seja específica à linguisticidade humana”. Essa é uma questão para a qual os estudos comparativos não conseguem contribuir. Contudo, não é improvável que investigações de outra natureza levem alguém a aceitar capacidades específicas da linguisticidade (por exemplo, na percepção da fala e na aprendizagem de palavras, como observado por PINKER & JACKENDOFF, 2005, seção 3).

79 Isso também explicaria por que o programa baseado em tipos naturais (veja a seção “Como as análises linguísticas-P podem esclarecer a linguisticidade: o programa baseado em tipos naturais”) não tem sido muito bem-sucedido até hoje (como observei na seção “A singularidade estrutural dos blocos elementares de construção de línguas”).

80 No entanto, Hornstein faz uma distinção entre universais substantivos e estruturais (segundo CHOMSKY, 1965), e ele ainda é bastante otimista em relação aos últimos serem inatos: “o Princípio da Subjacência, os princípios de Ligação, os efeitos de cruzamento, a teoria X’ com seus núcleos, complementos e especificadores; essas noções estruturais descrevem (e delimitam) como as gramáticas funcionam”. Eu, ao contrário, não acredito que os fenômenos descritos por esses termos sejam diferentes dos universais de codificação assimétrica, de classe de palavras e de ordem de palavras, que já foram explicados de forma bem-sucedida em termos funcionais-adaptativos por Croft, Hawkins e Haspelmath.

No entanto, precisamos explorar todas as possibilidades para alcançar uma melhor compreensão das línguas humanas e da linguisticidade humana. Eu não descarto a abordagem baseada em tipos naturais, mas creio que os linguistas que seguem essa abordagem não podem ignorar os sucessos da abordagem baseada na ideia da convergência evolutiva⁸¹.

81 Pinker & Jackendoff (2005) afirmam que é “provável” que a estrutura de constituintes, a ordem de palavras, a concordância e o Caso sejam específicos da linguagem e, por isso, eles simplesmente presumem que são fenômenos de natureza biológica. Por algum motivo, eles sequer consideram a possibilidade de que fenômenos correspondentes nas línguas sejam o resultado de uma evolução cultural convergente – embora marcadores curtos de papéis semânticos, como as marcas de Caso e de concordância, sejam tão úteis para todos os falantes quanto o são as palavras curtas para designar telefones celulares (cf. LEHMANN, 1982, para uma explicação funcional dos fenômenos de concordância).

Referências

ADGER, D. *Core Syntax: A Minimalist Approach*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ANDERSON, S. R. *Doctor Dolittle's Delusion: Animals and the Uniqueness of Human Language*. New Haven: Yale University Press, 2004.

ANDERSON, S. R.; LIGHTFOOT, D. *The Language Organ: Linguistics as Cognitive Physiology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2002.

BAKER, M. C. *The Atoms of Language*. New York, NY: Basic Books, 2001.

BAKER, M. C. *The Polysynthesis Parameter*. New York, NY: Oxford University Press, 1996.

BARRETT, L. F. Are emotions natural kinds? *Perspectives Psychological Sciences*, v. 1 p. 28–58, 2006. doi: 10.1111/j.1745-6916.2006.00003.x

BARSKY, R. F. *Universal Grammar*. Chicago: Encyclopedia Britannica, 2016.

BLAKE, B. J. *Relational Grammar*. London: Routledge, 1990.

BLEVINS, J. *Evolutionary Phonology: The Emergence of Sound Patterns*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2004.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York, NY: H. Holt and Company, 1933.

BOAS, F. Introduction. In: BOAS, F. (Ed.). *Handbook of American Indian Languages*. Washington, DC: Bureau of American Ethnology, 1911, p. 1–83.

BOECKX, C.; GROHMANN, K. K. The biolinguistics manifesto. *Biolinguistics*, v. 1, p. 1–8, 2007.

BOLHUIS, J. J. et al. How could language have evolved? *PLOS Biology*, v. 12, e1001934, 2014. doi: 10.1371/journal.pbio.1001934

BRESNAN, J. *Lexical-Functional Syntax*. Oxford: Blackwell, 2001.

CHELLIAH, S.; DE REUSE, W. *Handbook of Descriptive Linguistic*

Fieldwork. Dordrecht: Springer, 2011.

CHOMSKY, N. A. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. A. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000.

CHOMSKY, N. A.; GALLEGO, Á.; OTT, D. Generative grammar and the faculty of language: insights, questions, and challenges. *Catalan Journal of Linguistics*, v. 2019, p. 229–261, 2019. doi: 10.5565/rev/catjl.288

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York, NY: Harper & Row, 1968.

CHRISTIANSEN, M. H.; CHATER, N. The language faculty that wasn't: a usage-based account of natural language recursion. *Frontiers in Psychology*, v. 6, e1182, 2015. doi: 10.3389/fpsyg.2015.01182

CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads: A Cross-Linguistic Approach*. New York, NY: Oxford University Press, 1999.

CROFT, W. "Methods for finding universals in syntax". In: SCALISE, S.; MAGNI, E.; BISETTO, A. (Eds.). *Universals of Language Today*. Dordrecht: Springer, 2009, p. 145–164. doi: 10.1007/978-1-4020-8825-4_8

CROFT, W. "Parts of speech as language universals and as language particular categories". In: VOGELP. M.; COMRIE, B. (Eds.). *Approaches to the Typology of Word Classes*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000b, p. 65–102.

CROFT, W. *Explaining Language Change: An Evolutionary Approach*. Harlow: Longman, 2000a.

CROFT, W. *Typology and Universals*. 2nd Edn. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2003.

DA BROWSKA, E. What exactly is *Universal Grammar*, and has anyone seen it? *Frontiers in Psychology*, v. 6, 852, 2015. doi: 10.3389/fpsyg.2015.00852

DEHAENE, S. *The Number Sense: How the Mind Creates Mathematics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

DI SCIULLO, A. M. The biolinguistic program: questions and hypotheses. In: DI SCIULLO, A. M. (Ed.). *Biolinguistic Investigations on the Language Faculty*. Amsterdam: Benjamins, 2016, p. 3–40. doi: 10.1075/la.235.01sci

EPPS, P. Linguistic typology and language documentation. In: SONG, J. J. (Ed.). *The Oxford Handbook of Linguistic Typology*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 634–649.

FITCH, W. T. Empirical approaches to the study of language evolution. *Psychonomic Bulletin & Review*, v. 24, p. 3–33, 2017. doi: 10.3758/s13423-017-1236-5

FITCH, W. T. Four principles of bio-musicology. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, v. 370, 20140091, 2015. doi: 10.1098/rstb.2014.0091

FLEMMING, E. Dispersion theory and phonology. In: ARONOFF, M. (Ed.). *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

GIL, D. Escaping eurocentrism: fieldwork as a process of unlearning. In: NEWMAN, P.; RATLIFE, M. (Eds.). *Linguistic Fieldwork*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2001, p. 102–132. doi: 10.1017/cbo9780511810206.006

GIVÓN, T. The adaptive approach to grammar. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 27–49.

GOLDBERG, A. E. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.). *Universals of Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1963, p. 73–113.

GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.). *Syntax and Semantics*. New York, NY: Academic Press, 1975, p. 41–58.

HASPELMATH, M. Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change?. In: SCHMIDTKE-BODE, K.; LEVSHINA, N.;

MICHAELIS, S. M.; SERŽANT, I. A. (Eds.). *Competing Explanations in Linguistic Typology*. Berlin: Language Science Press, 2019, p. 1–23.

HASPELMATH, M. Framework-free grammatical theory. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010b, p. 341–365.

HASPELMATH, M. How comparative concepts and descriptive linguistic categories are different. In: VAN OLMEN, D.; MORTELMANS, T.; BRISARD, F. (Eds.). *Aspects of linguistic variation: Studies in honor of Johan van der Auwera*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2018, p. 83–113.

HASPELMATH, M. The geometry of grammatical meaning: semantic maps and crosslinguistic comparison. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The New Psychology of Language*. New York, NY: Lawrence Erlbaum, 2003, p. 211–243. doi: 10.5281/zenodo.831410

HASPELMATH, M. A frequentist explanation of some universals of reflexive marking. *Linguistic Discovery*, v. 6, p. 40–63, 2008. doi: 10.1349/PS1.1537-0852.A.331

HASPELMATH, M. Comparative concepts and descriptive categories in crosslinguistic studies. *Language*, v. 86, p. 663–687, 2010a. doi: 10.1353/lan.2010.0021

HASPELMATH, M. Explaining grammatical coding asymmetries: form-frequency correspondences and predictability, *Journal of Linguistics*, v. 57 (3), 605–633, 2021.

HASPELMATH, M. General linguistics must be based on universals (or non-conventional aspects of language). *Theoretical Linguistics*, v. 47(1-2), 1–31, 2021.

HASPELMATH, M. Pre-established categories don't exist: consequences for language description and *typology*. *Linguistic Typology*, v. 11, p. 119–132, 2007.

HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, v. 298, p. 1569–1579, 2002. doi: 10.1126/science.298.5598.1569

HAWKINS, J. A. *Cross-Linguistic Variation and Efficiency*. New York,

NY: Oxford University Press, 2014.

HONING, H. Musicality as an upbeat to music: introduction and research agenda. In: HONING, H. (Ed.). *The Origins of Musicality*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018, p. 3–20.

HONING, H. et al. Without it no music: cognition, biology and evolution of musicality. *Philosophical Transactions of the Royal Society B - Biological*, v. 370, 20140088, 2015. doi: 10.1098/rstb.2014.0088

HORNSTEIN, N. The stupendous success of the minimalist program. In: KERTÉSZ, A.; MORAVCSIK, E.; RÁKOSI, C. (Eds.). *Current Approaches to Syntax: A Comparative Handbook*. Berlin: De Gruyter.

HORNSTEIN, N. *Universals: Structural and Substantive*. Disponível em: <https://facultyoflanguage.blogspot.com/2018/02/universals-structural-andsubstantive.html>. Acesso em 14 jan. 2020.

JACKENDOFF, R. *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

JACKENDOFF, R. Possible stages in the evolution of the language capacity. *Trends in Cognitive Science*, v. 3, p. 272–279, 1999. doi: 10.1016/S1364-6613(99)01333-9

JAKOBSON, R.; FANT, C. G.; HALLE, M. *Preliminaries to Speech Analysis: The Distinctive Features and their Correlates*. Cambridge, MA: MIT Press, 1951.

KANWAL, J. et al. Zipf's law of abbreviation and the principle of least effort: language users optimise a miniature lexicon for efficient communication. *Cognition*, v. 165, p. 45–52, 2017. doi: 10.1016/j.cognition.2017.05.001

KAYNE, R. S. *French Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.

KOCH, P. Lexical typology from a cognitive and linguistic point of view. In: HASPELMATH, M.; KONIG, E.; OESTRREICHER, W. (Eds.). *Language Typology and Language Universals: An International Handbook*. Berlin: De Gruyter, 2001. p. 1142-1178.

KOENEMAN, O.; ZEIJLSTRA, H. *Syntax*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2017.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 1. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

LASS, R. Vowel system universals and typology: prologue to theory. *Phonology*, v. 1, p. 75-111, 1984. doi: 10.1017/S0952675700000300.

LEHMANN, C. Universal and typological aspects of agreement. In: SEILER, H.; STACHOWIAK, F. J. (Eds.). *Apprehension: Das sprachliche Erfassen von Gegenständen*. Tübingen: Narr, 1982. p. 201-267.

LIEBERMAN, P. *The Biology and Evolution of Language*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

LOSOS, J. B. *Improbable Destinies: Fate, Chance, and the Future of Evolution*. 1st ed. New York, NY: Riverhead Books, 2017.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1977.

MADDIESON, I. *Patterns of Sounds*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1984.

MARTINS, P. T.; BOECKX, C. Biolinguistics. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. New York, NY: Oxford University Press, 2016a.

MARTINS, P. T.; BOECKX, C. What we talk about when we talk about biolinguistics. *Linguistics Vanguard*, v. 2, p. 1-15, 2016b. doi: 10.1515/lingvan-2016-2017.

MESOUDI, A. *Cultural Evolution: How Darwinian Theory can Explain Human Culture and Synthesize the Social Sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

MIELKE, J. *The Emergence of Distinctive Features*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

PAYNE, T. *Describing Morphosyntax: A Guide for Field Linguists*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1997.

PINKER, S. *The Language Instinct: How the Mind Creates Language*. New York, NY: William Morrow, 1994.

PINKER, S. *The Stuff of Thought: Language as a Window into Human*

Nature. New York, NY: Viking, 2007.

PINKER, S.; JACKENDOFF, R. S. The faculty of language: what's special about it?. *Cognition*, v. 95, p. 201-236, 2005.

RIZZI, L. On the study of the language faculty: results, developments, and perspectives. *The Linguistic Review*, v. 21, p. 323-344, 2004. doi: 10.1515/tlir.2004.21.3-4.323.

SAUSSURE, F. D. *Cours de Linguistique Générale*. Berlin: De Gruyter, 1916.

SCHOLZ, B. C.; PELLETIER, F. J.; PULLUM, G. K. Philosophy of linguistics. In: ZALTA, E. N.(Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University. Available at: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/linguistics/>.

SIMPSON, A. P. Fundamental problems in comparative phonetics and phonology: does UPSID help to solve them. In: *Proceedings of the 14th International Congress of Phonetic Sciences*. Berlin: De Gruyter, 1999. p. 349-352.

TOMASELLO, M. Universal grammar is dead. *Behavioral Brain*, v. 32, p. 470-471, 2009. doi: 10.1017/s0140525x09990744.

TREHUB, S. E. The developmental origins of musicality. *Nature Neuroscience*, v. 6, p. 669-673, 2003. doi: 10.1038/nn1084.

TRUBETZKOY, N. Grundzüge der Phonologie (*Travaux du Cercle Linguistique de Prague* 7). Prague: Cercle Linguistique de Prague, 1939.

WACEWICZ, S. The narrow faculty of language: what is it, who has it, and how is it defined? *Theoria et Historia Scientiarum*, v. IX, 219-229, 2012.

WIERZBICKA, A. *Semantics: Primes and Universals*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

ZIPE, G. K. *The Psycho-Biology of Language: An Introduction to Dynamic Philology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.



**Explicando
assimetrias
na codificação
gramatical:
correspondências
forma-frequência e
previsibilidade**

5

Explicando assimetrias na codificação gramatical: correspondências forma-frequência e previsibilidade⁸²

Martin Haspelmath

1. Visão geral⁸³

Neste trabalho, formulo uma explicação para as assimetrias universais na codificação gramatical em termos de previsibilidade e eficiência de codificação. Defendo que muitos dos padrões de codificação sistemáticos e difundidos que encontramos nas línguas do mundo são motivados por forças adaptativo-funcionais bem compreendidas, e que não há necessidade de recorrer a marcação ou a outros mecanismos idiossincráticos ou mal compreendidos.

Por assimetrias na codificação gramatical, estou me referindo a oposições gramaticais mínimas, como as apresentadas no Quadro 1, nas quais um membro é tipicamente codificado como zero, ou tem menor extensão, enquanto o outro apresenta um elemento de codificação explícito, ou maior extensão.

82 Capítulo traduzido por Felipe Bilharva da Silva. Título original: *Explaining grammatical coding asymmetries: Form–frequency correspondences and predictability*. Este texto foi publicado originalmente no volume 57, número 3, do periódico *Journal of Linguistics*, em 2021.

83 Agradeço o apoio do Conselho Europeu de Pesquisa (CEP Bolsa Avançada 670985, *Grammatical Universals*). Também agradeço aos editores e diversos revisores, tanto da revista *Glossa* quanto do *Journal of Linguistics*, assim como aos meus colegas do grupo do projeto CEP (especialmente Katarzyna Janic, Natalia Levshina, Susanne Maria Michaelis, Karsten Schmidtke-Bode, Ilja Seržant), pelo auxílio de diversas formas.

singular	plural	(book/book- s) (inglês)	§3.1
nominativo (A/S)	acusativo (P)	(he/hi- m) (inglês)	§3.2
alativo	ablativo	(to/ from) (inglês)	§3.3
positivo	comparativo	(small/small- er) (inglês)	§3.4
presente	futuro	(go/ will go) (inglês)	§4.1
afirmativo	negativo	(go/ don't go) (inglês)	§4.5
paciente inanimado	paciente animado	(Ø la casa/ a la mujer) (espanhol)	§6.1
3ª pessoa	2ª pessoa	(canta _{3SG} /canta- s _{2SG}) (espanhol)	§7.2
2ª pessoa imperativo	3ª pessoa imperativo	(praise!/ let her praise!) (inglês)	§7.2
adjetivo atributivo	verbo atributivo	(small/play- ing)	§7.3

A = sujeito transitivo, S = sujeito intransitivo, P = objeto direto, Ø = sem marcador

Quadro 1: Exemplos de assimetrias universais na codificação gramatical

Embora o quadro revele um único exemplo para cada tipo de oposição, a proposta é que todas essas assimetrias são tendências universais nas línguas do mundo. A última coluna indica a seção do presente artigo na qual discutimos a oposição apresentada.

A tese básica é a de que o membro codificado como zero (ou o que tem menor extensão) na oposição é geralmente mais frequente no uso da língua. Por exemplo, os substantivos singulares são mais frequentes do que os plurais, e as formas no presente são mais frequentes do que as formas no futuro. Isso está relacionado com a observação geral estipulada em (1).

(1) *O universal da correspondência forma-frequência*

As línguas tendem a ter formas mais curtas para significados mais frequentes.

Essa é uma conclusão antiga no que se refere à extensão da palavra (por exemplo, ZIPF, 1935, p. 23), mas a minha proposta é de que seja válida também de forma geral para padrões gramaticais, conforme formulado em (2), que é apenas uma ampliação especial de (1). A ideia da correspondência entre forma e frequência na gramática pode ser resgatada a partir de Greenberg (1996) (veja também CROFT, 2003, capítulo 4; HAWKINS, 2004, seção 3.2.2; HASPELMATH, 2008a; 2008b; DIESSEL, 2019, capítulo 11).

(2) *A hipótese de correspondência forma-frequência gramatical*

Quando dois tipos de construção gramatical que diferem minimamente (ou seja, que formam uma oposição semântica) ocorrem com frequências significativamente diferentes, a construção menos frequente tende a receber a codificação explícita (ou é codificada com mais segmentos), enquanto a construção mais frequente tende a ser codificada como zero (ou com menos segmentos), se a codificação é assimétrica.

Como as assimetrias ilustradas no Quadro 1 são tendências universais robustas (às vezes sem exceção), deve haver um fator explanatório altamente geral. Eu defendo (em alinhamento com o trabalho anterior de Greenberg e outros autores) que a explicação reside na previsibilidade de tipos de construção frequentemente empregados. A corrente causal se dá, dessa forma, conforme ilustra (3)⁸⁴.

(3) frequência de uso → previsibilidade → encurtamento da codificação

Esse é então um tipo de explicação pautado na “economia” (HAIMAN, 1983): falantes (e, portanto, sistemas linguísticos) favorecem padrões econômicos, os quais exigem maior quantidade de energia de codificação apenas nas partes menos previsíveis das mensagens linguísticas. Os ouvintes são mais surpreendidos com aspectos menos frequentes das mensagens, e por isso precisam de uma codificação mais robusta. Colocando de outra forma, os sistemas linguísticos

84 A previsibilidade vem não apenas da frequência de uso mas também da ocorrência da forma no contexto (veja a seção 9.2). A tese aqui é apenas a de que a frequência de uso contribui para a previsibilidade de forma a influenciar a codificação gramatical.

favorecem codificações eficientes (HAWKINS, 2004; 2014) ou comunicações eficientes (GIBSON et al., 2019).

Uma implicação dessa tese é a de que os sistemas linguísticos se adaptam às necessidades dos usuários. Se as línguas são entendidas estritamente a partir de uma perspectiva sincrônica e estática, como é geralmente o caso nas teorias linguísticas, essa conclusão pode parecer desafiadora. Mas os sistemas linguísticos são flexíveis ou maleáveis, no sentido de que as forças adaptativo-funcionais externas ao sistema podem gerar efeitos mínimos no comportamento de falantes individuais em sentenças individuais, as quais geralmente têm o resultado cumulativo de criar sistemas eficientes (KELLER, 1994). Podemos ter uma visão mais clara desses processos ao considerarmos as origens diacrônicas das assimetrias na codificação gramatical (ver a seção 8).

Por esse motivo, defendo uma explicação adaptativo-funcional para as assimetrias na codificação universal, embora se deva ressaltar que essa não é uma explicação funcional tradicional, do tipo que estabelece um vínculo direto entre forma e significado (veja um subtítulo presente em Bybee, 1985: “Um estudo da relação entre forma e significado”). Pelo contrário, rejeito explicações sobre as assimetrias na codificação em termos de iconicidade (correspondências significado-forma) (ver HASPELMATH, 2008a), com base em argumentos que apresentarei resumidamente mais à frente (seção 9.1). Da mesma forma, a “marcação” não pode ser um fator explicativo (conforme discutido em HASPELMATH, 2006). No lugar de vincular sentidos e formas diretamente, a explicação que defendo aqui faz referência crucial à previsibilidade.

Darei maiores detalhes sobre a cadeia causal na seção 9, mas antes explicarei a natureza dos argumentos universais (seção 2), para então oferecer 25 exemplos de pares de tipos de construção gramatical universalmente assimétricos. Em primeiro lugar, são apresentados 13 exemplos de pares de sentido simples (como plural/singular e presente/futuro), a partir de um domínio nominal (seção 3) e de um domínio predicacional (seção 4). Na sequência, são discutidos 12 pares de codificação diferencial nas seções 5 a 7. *Codificação diferencial* é um termo que uso para situações nas quais um significado gramatical é codificado de duas formas distintas, dependendo do contexto lexical

ou gramatical, como na marcação diferencial de objeto no espanhol (*Veo la casa* “Vejo a casa” vs. *Veo a la mujer* “Vejo a mulher”; ver seção 5). Essas situações são bastante similares aos pares simples de significados gramaticais, e subordinam ambos à noção geral de “(pares de) tipos de construção”. Apresento seis exemplos de pares de codificação diferencial a partir do domínio nominal na seção 6 e seis exemplos a partir do domínio predicacional na seção 7. Na seção 8, analiso um conjunto de caminhos de mudança que resultam em padrões de assimetrias na codificação. Por fim, na seção 9, discuto em maior detalhe a natureza da explicação baseada na previsibilidade e na eficiência.

2. Assimetrias universais na codificação gramatical

Não tenho espaço, neste trabalho, para justificar a universalidade de todas as assimetrias na codificação gramatical cuja explicação defendo recaírem sob o escopo da teoria. Por esse motivo, faço referências à literatura existente sobre o tema, iniciada em Greenberg (1963), que formulou os universais apresentados em (4).

(4) (a) Universal 35 de Greenberg

Não há nenhuma língua em que o plural não tenha alomorfes não-zero, ao passo que existem línguas em que o singular é expresso somente por zero. O dual e o trial quase nunca são expressos apenas por zero.

(b) Universal 38 de Greenberg

Quando há um sistema de caso, o único caso que nunca tem alomorfes zero é aquele que inclui entre seus significados o sujeito do verbo intransitivo.

Muitos outros universais foram estabelecidos ou ficaram implícitos no último livro de Greenberg (1966), no qual o autor demonstrou que os conceitos gramaticais de número, gênero, pessoa, caso, tempo, aspecto, modo e de outros domínios geralmente demonstram assimetrias, definidas por ele em termos de marcação/não marcação. Greenberg não forneceu muita documentação para defender sua argumentação (além da discutida em seu artigo de 1963), mas sua tese foi baseada em seu amplo conhecimento das línguas do mundo, e

aparentemente nenhuma de suas afirmações se provou errada.

Em geral, uma assimetria na codificação universal envolvendo o tipo 1 (por exemplo, o singular) e o tipo 2 (por exemplo, o plural) implica na afirmação universal apresentada em (5).

(5) Se uma língua apresenta uma assimetria na codificação entre uma construção do tipo 1 (universalmente mais frequente) e uma construção do tipo 2 (universalmente menos frequente), a construção do tipo 1 revela uma forte tendência a ser codificada com uma forma mais curta (não raro, zero) do que a verificada na construção do tipo 2.

Dessa forma, os dez pares apresentados no Quadro 1 representam dez universais implicacionais da forma em (5), e cada um dos 25 pares assimétricos nas seções 3-7 correspondem a um universal.

Naturalmente, quando afirmo que uma assimetria na codificação gramatical é universal, não quero excluir a possibilidade de exceções individuais; afirmo apenas que, nesses casos, a assimetria é encontrada com uma frequência muito maior do que seria esperado. Essa observação fica clara pelo uso do termo “forte tendência” em (5).

Deve-se ressaltar que os tipos de construção gramatical que figuram entre os universais são conceitos comparativos, nos termos de Haspelmath (2010). Por isso, não estou afirmando que os pares de construção são completamente idênticos nas diferentes línguas em que aparecem, ou que devem instanciar os mesmos traços ou categorias gramaticais inatas. Se houver o desejo de explicar esses universais por meio de restrições biocognitivas impostas por um projeto de gramática inata, deve-se esperar que as línguas apresentem as mesmas categorias e propriedades. Entretanto, para a explicação adaptativo-funcional que proponho aqui, tudo de que precisamos é comparabilidade entre conceitos claramente definidos. Por exemplo: as línguas podem ter tipos bem diferentes de passivas e tipos bem diferentes de ablativos. Mas, se uma restrição transformar um argumento P da ativa em um novo argumento S, e o argumento A for marcado como oblíquo e opcional ou ausente, então isso conta como uma

passiva para o propósito da comparação⁸⁵. Além disso, se um marcador de caso ou uma adposição expressa uma origem espacial, então ele é considerado um marcador ablativo, independentemente de suas outras propriedades.

Naturalmente, nem todas as línguas e nem todos os contrastes gramaticais demonstram assimetrias na codificação. Para a maioria das assimetrias universais na codificação, existem algumas línguas (às vezes, muitas) com codificação simétrica, nas quais as duas construções são igualmente codificadas ou não codificadas. Para o caso simples de singular e plural, esses dois casos são ilustrados em (6a) e (6b)⁸⁶.

(6) (a) *Grego moderno* (codificação explícita simétrica)"

SINGULAR *vivlí-o* "livro"

PLURAL *vivlí-a* "livros"

(b) *Mandarim* (codificação zero simétrica)

SINGULAR *shū* "livro"

PLURAL *shū* "livros"

Em línguas com codificação simétrica, a eficiência adicional oferecida pela codificação assimétrica não é aproveitada, e uma restrição conorrente ganha precedência: no caso do grego moderno, a preferência geral é a expressão dos sentidos gramaticais explicitamente, enquanto, no mandarim, a preferência geral é reservar energia de codificação e não expressar sentidos inferíveis. Sendo assim, podemos dizer que as línguas do tipo do inglês têm um sistema de codificação eficiente, sob o preço de uma codificação assimétrica ou não uniforme; o grego tem um sistema de codificação não eficiente mas uniformemente explícito; o mandarim tem um sistema não eficiente mas uniformemente parcimonioso. Todos os três sistemas linguísticos são ótimos à

85 Resgatando a legenda do Quadro 1: "A = sujeito transitivo, S = sujeito intransitivo, P = objeto direto."

86 Normalmente não se diria que o mandarim possui uma distinção singular-plural que não é expressa; em vez disso, se diria que não há tal contraste. Entretanto, como observado no parágrafo anterior, não estamos falando aqui de análises específicas de uma língua, mas de comparações entre línguas. Do ponto de vista comparativo, o mandarim não possui nem marcação singular explícita nem marcação plural explícita.

sua própria maneira, e a predição da correlação forma-frequência só é relevante nos casos em que a codificação é assimétrica⁸⁷.

O que o universal implicacional em (4a) prediz que não ocorra é um padrão assimétrico ineficiente, no qual o singular apresente um marcador explícito mas o plural seja não codificado, como no padrão do pseudogrego, visto em (7), no qual o plural é não codificado.

(7) (*pseudogrego, hipotético*)

SINGULAR *vivlí-ο* "livro"

PLURAL *vivlí* "livros"

Línguas que apresentem esse padrão são de fato (virtualmente) não atestadas, e o mesmo se aplica a todos os padrões observados no Quadro 1 e nas seções 3 a 7 abaixo.

Por esse motivo, tais lacunas nos padrões atestados são os fenômenos que precisamos explicar, o que pode ser feito, segundo defendo aqui, por meio das correspondências entre forma e frequência e da previsibilidade. O mecanismo diacrônico hipotético será elucidado mais adiante, na seção 8, mas a principal finalidade deste artigo é listar e discutir sucintamente um número robusto de assimetrias universais na codificação.

Conforme ressaltai anteriormente, não tenho espaço aqui para apresentar uma documentação de cada um dos padrões assimétricos, tarefa que pode ser realizada com maior detalhamento em uma pesquisa futura. Da mesma forma, não há espaço para justificar a afirmação de que um dos tipos de construção ocorre com mais frequência em todas as línguas, pois isso iria além do escopo de um artigo cujo objetivo é fornecer uma visão geral de nossa abordagem. Por outro lado, a maioria dos argumentos envolvendo frequência de uso são

⁸⁷ Seria possível estabelecer um *tableau* de restrições da Teoria da Otimidade, no qual *Parcimônia* seria a restrição mais bem ranqueada no mandarim, *Fidelidade* seria a restrição mais bem ranqueada no grego e *Eficiência* seria a restrição mais bem ranqueada no inglês. Embora essa proposta permita uma visualização, ela seria confusa, pois não estou assumindo que a explicação reside em restrições do tipo das restrições assumidas pela Teoria da Otimidade *standard* (ou seja, como parte do inventário do planejamento da gramática inata). No lugar disso, estou propondo restrições adaptativo-funcionais que operam no uso da língua e influenciam os sistemas gramaticais em um processo de evolução cultural (mudança linguística, seção 8).

de fácil testagem, motivo pelo qual não devem ser particularmente controversos⁸⁸.

Antes de iniciarmos a discussão sobre os padrões universais, devemos considerar por que a explicação funcional-adaptativa proposta leva em consideração universais linguísticos, e não línguas particulares. Tal explicação não deveria funcionar de forma similar para as assimetrias particulares de uma língua? Por exemplo, o inglês tem duas construções de tempo futuro, com *will* e *going to* (ou *gonna*). Essas duas formas são sutilmente diferentes do ponto de vista semântico e formalmente assimétricas (*will* é mais curto que *gonna*, três e quatro segmentos, respectivamente). Isso ocorre por que *will* é mais frequente que *gonna*? A resposta é não. Não faço previsões sobre esses casos porque as explicações funcional-adaptativas funcionam somente no nível populacional (ou seja, explicam tendências encontradas em populações de línguas). A história de cada língua está sujeita a um grande número de contingências, e as forças adaptativas são relativamente fracas. *Gonna* poderia se tornar popular rapidamente devido a motivações sociais, tornando-se mais frequente que *will* (o que pode inclusive ter efetivamente acontecido em algumas variedades do inglês). Entretanto, essa não seria a exceção de uma tendência geral, uma vez que não há nas línguas uma tendência geral de distinguir dois tempos futuros desse tipo. Uma tendência geral só pode emergir da observação de um grande número de línguas, e, para um estudo comparativo mais amplo, deve-se geralmente ignorar diferenças sutis de significado como aquelas relacionadas às duas formas de futuro do Inglês. Frequentemente, os padrões particulares de uma língua não têm relação alguma com qualquer tendência geral e emergem de contingências históricas⁸⁹.

Nas duas próximas seções (seções 3 e 4), ofereço 13 exemplos de pares simples de sentido que são universalmente assimétricos. Na seção 5,

88 Um revisor deste artigo pergunta por que o trabalho não apresenta evidência quantitativa para embasar minha argumentação. A resposta é que eu concentro meus esforços em aspectos mais complexos do projeto geral aqui proposto: apresentar o quadro teórico conceitual (que geralmente não é compreendido) e fazer convergir um grande número de fenômenos que são comumente discutidos isoladamente. Leitores interessados estão convidados a testar os numerosos argumentos levantados neste trabalho.

89 Isso não é diferente do que ocorre em disciplinas como a medicina: um tratamento particular pode ser conhecido por ser muito efetivo em qualquer população de pacientes, mas isso não significa que é possível prever que um paciente particular será curado com aquele tratamento. Sempre pode haver fatores contingentes capazes de levar a um resultado diferente em casos específicos.

explico a noção de codificação diferencial, enquanto nas seções 6 e 7 discuto 12 pares de codificação diferencial.

3. Pares de sentido simples em domínios nominais

3.1 Singular vs. plural vs. dual

O exemplo mais evidente é a oposição singular vs. plural. Greenberg (1963) verificou que os plurais tendem a receber uma marcação explícita, e os singulares a serem codificados com uma marca zero (veja o universal 35, em (4a)). Nesses casos, o singular tende a ser mais frequente do que o plural, enquanto o dual é a forma menos frequente. A codificação assimétrica pode ser ilustrada pelo hebraico e pelo khanty (língua urálica):

	Hebraico	Khanty
SINGULAR	<i>yom</i>	<i>xot</i>
PLURAL	<i>yam-im</i>	<i>xot-ət</i>
DUAL	<i>yom-ayim</i>	<i>xot-ɲən</i>
	"dia(s)"	"casa(s)"

(Greenberg também inclui o dual, motivo pelo qual lida com três, no lugar de dois, sentidos em oposição; alternativamente, o dual poderia ser contrastado com o plural, embora as predições não sejam diferentes.)

3.2 Nominativo vs. acusativo

Muitas línguas estabelecem uma distinção entre nominativo (para argumentos S/A) e acusativo (para o argumento P). Greenberg (1963) ressaltou que o nominativo é sempre (no mínimo) tão curto quanto o acusativo (veja o universal 38, em (4b)). O nominativo é também, quase por definição, mais frequente do que o acusativo, uma vez que ocorre tanto em sentenças intransitivas quanto transitivas, enquanto o acusativo ocorre somente nas transitivas, por exemplo.

Inglês	Alemão	Quechua
--------	--------	---------

NOMINATIVO he Herr *Kim* senhor *wasi* "casa"
 "ele"

"ACUSATIVO" "*hi-m*" "*Herr-n Kim*" "*wasi-ta*"

3.3 Alativo vs. ablativo

No que se refere aos marcadores de caso oblíquo e às adposições, verificamos que alativos e ablativos são assimétricos, com os alativos demonstrando uma maior tendência a zero do que os ablativos (STOLZ; LESTRADE; STOLZ, 2014). Além disso, quando ambos são marcados, os ablativos tendem a apresentar maior extensão.

Michaelis e Consórcio APiCS (2013) oferecem dados de línguas crioulas e pidgins."

	Inglês	Português	Sri Lanka	Japonês
ALATIVO	<i>to Rome</i>	<i>maaket</i> mercado"	<i>para o</i>	<i>Tookyoo e</i> Tóquio "para
ABLATIVO	from <i>Rome</i>	<i>kaaza</i> impa "de casa"		<i>Tookyoo</i> kara "de Tóquio"

3.4 Instrumental vs. comitativo

Como pode ser visto em vários exemplos apresentados por Stolz, Stroh e Urdze (2006), marcadores comitativos são geralmente mais longos do que marcadores instrumentais quando há contraste entre eles em uma língua (ver também MAURER; CONSÓRCIO APiCS, 2013, para línguas crioulas e pidgins). O comitativo é também geralmente menos frequente."

	Galês	Russo	Húngaro
INSTRUMENTAL	a "com	<i>mys'-ju</i> "com um rato"	<i>tol-lal</i> "com uma caneta"
COMITATIVO	gyda "com"	<i>s mys'-ju</i> "com um rato"	<i>gyerek -estül</i> "com uma criança"

3.5 Termos ocupacionais masculinos vs. femininos

Ao menos nas línguas que conheço, termos ocupacionais e de status femininos tendem a ser mais longos do que os masculinos. Embora muitas línguas não tenham esse contraste de gênero, quando isso ocorre, aparentemente a forma masculina nunca é mais longa do que a feminina. Como papéis ocupacionais especiais (e, de maneira menos comum, papéis de status especiais) têm sido há muito confinados aos homens, é provável que os termos masculinos sejam mais frequentes⁹⁰."

	Latim	Alemão	Húngaro	
MASCULINO	<i>rex</i>	<i>König</i>	<i>Király</i>	"rei"
FEMININO	<i>reg-ina</i>	<i>König-in</i>	<i>király-nő</i>	"rainha"

3.6 Positivo vs. comparativo vs. superlativo

Em línguas cujos adjetivos têm formas especiais para comparativos e superlativos, os comparativos são sempre derivados dos positivos por meio de um marcador especial, enquanto os superlativos são sempre adicionalmente derivados dos comparativos (GREENBERG, 1966, p. 40; BOBALJIK, 2012). Aparentemente não há uma língua com um marcador de superlativo mais curto do que o de comparativo. Greenberg (1966, p. 41) oferece alguns dados de frequência demonstrando que o comparativo é menos frequente do que o positivo, enquanto o superlativo é ainda menos frequente.

	Inglês	Húngaro	Francês	
POSITIVO	<i>small</i>	<i>kis</i>	<i>petit</i>	"pequeno"
COMPARATIVO	<i>small-er</i>	<i>kis-ebb</i>	<i>plus petit</i>	"menor"
SUPERLATIVO	<i>small-est</i>	<i>leg-kis-ebb</i>	<i>le plus petit</i>	"o menor"

⁹⁰ Greenberg (1966, p. 39-40) discute brevemente os casos de masculino e feminino em adjetivos e conclui que adjetivos masculinos tendem a ser mais curtos e mais frequentes.

3.7 Numerais cardinais vs. ordinais

Conforme amplamente descrito por Stolz (2001: 519), os numerais ordinais são normalmente derivados dos cardinais, ou seja, consistem em um marcador adicional. Greenberg (1966, p. 42-43) cita alguns dados de frequência que mostram que os numerais ordinais também tendem a ser muito menos frequentes.

	Inglês	Japonês	Lezguiano	
CARDINAL	<i>seven</i>	<i>Nanatsu</i>	<i>Irid</i>	"sete"
ORDINAL	<i>seven-th</i>	<i>nanatsu-me</i>	<i>irid lahaj</i>	"sétimo"

4. Pares de sentido simples no domínio predicacional

4.1 Tempo presente vs. tempo futuro

Formas de tempo presente tendem a ser muito mais frequentes do que formas do tempo futuro (GREENBERG, 1966, p. 48), além de tenderem a ser mais curtas (várias delas são marcadas com zero, conforme aponta BYBEE, 1994).

	Inglês	Latim	Kiribati
PRESENTE	<i>they praise</i> "eles rezam"	<i>lauda-nt</i> "eles rezam"	<i>e taetae</i> "ele fala"
FUTURO	<i>they will praise</i> "elesrezarão"	<i>lauda-b-unt</i> rezarão	<i>eles e na tae tae</i>

4.2 Tempo presente vs. tempo passado

Formas do tempo passado demonstram uma assimetria similar com as formas do tempo presente, tanto em termos de frequência (GREENBERG, 1966, p. 48) quanto de codificação, ainda que de maneira menos clara do que ocorre nas formas do tempo futuro.

	Grego	Alemão	Lezguiano	
PRESENTE	<i>ksér-is</i>	<i>weiß-t</i>	<i>či-zwa</i>	"sabe"
PASSADO	<i>í-kser-es</i>	<i>wuss-te-st</i>	<i>či-zwa-j</i>	"sabia"

4.3 Ativa vs. Passiva

Formas verbais passivas são geralmente derivadas de formas verbais ativas, contendo, por esse motivo, um marcador adicional (HASPELMATH, 1990).

	Italiano	Turco	Russo	
ATIVA	<i>Vede</i>	<i>gör-üyor</i>	<i>vidit</i>	"vê"
PASSIVA	<i>è visto</i>	<i>gör-ül-üyor</i>	<i>vidit-sja</i>	"é visto"

Mesmo nos poucos casos em que tanto as formas verbais ativas quanto as passivas contêm marcadores, como no latim (por exemplo, *lauda-s* "você elogia"; *lauda-ris* "você é elogiado"; *lauda-tis* "vocês elogiam", *lauda-mini* "vocês são elogiados"), a forma passiva tende a ser mais longa. Formas passivas também são geralmente muito menos frequentes do que formas ativas (GREENBERG, 1966, p. 46).

142

4.4 Básico vs. aplicativo

Muitas línguas apresentam formas verbais aplicativos, ou seja, que contêm um marcador adicional cuja função é indicar que um argumento outro que não o argumento P básico se tornará o argumento P derivado (POLINSKY, 2005; PETERSON, 2007).

	Alemão	Swaili	Dyirbal
BÁSICO	<i>fahren</i> "dirigir"	<i>andika</i> "escrever"	<i>balga-</i> "bater"
APLICATIVO	<i>be-fahren</i> "dirigir em"	<i>andik-ia</i> "escrever para"	<i>balga-ma</i> "bater com"

De forma semelhante ao que ocorre no caso das passivas, faz parte da definição de "aplicativo" que ele seja marcado por um afixo especial, mas o argumento P derivado não é o tipo mais frequente de argumento do significado verbal básico, de modo que uma codificação adicional é necessária.

4.5 Afirmativo vs. negativo

A negação é virtualmente sempre assinalada por um negador explícito (DRYER, 2005; MIESTAMO, 2005). Embora essa constatação pareça trivial, algumas línguas revelam um marcador especial para as afirmativas, enquanto outras apresentam marcadores que acumulam tempo e sentido positivo e negativo (por exemplo, o copta, na qual o marcador negativo de passado é mais longo do que o afirmativo de passado). Dessa forma, a extensão mais longa do negativo, geralmente verificada nas línguas, é mais bem explicada pela maior raridade das sentenças negativas.

	Hebraico	Inglês	Copta
AFIRMATIVO	<i>katavti</i> "escrevi"	<i>I wrote</i> "escrevi"	<i>a-f-sôtm</i> "ele ouve"
NEGATIVO	<i>lo katavti</i> "não escrevi"	<i>I did n't write</i> "não escrevi"	<i>mpe-f-sôtm</i> "ele não ouve"

4.6 Anafórico disjuntivo vs. anafórico reflexivo

Pronomes reflexivos são geralmente mais longos do que os anafóricos empregados quando o referente é distinto do sujeito. Novamente, esse fenômeno pode ser diretamente relacionado à menor frequência de correferência entre o objeto e o sujeito (HASPELMATH, 2008c).

	Inglês	Hebraico	Mandarim	Japonês	
DISJUNTO	<i>Her</i>	<i>oto</i>	<i>tā</i>	∅	<i>ela</i>
REFLEXIVO	<i>Herself</i>	<i>et çacmo</i>	<i>(tā) ziji</i>	<i>zibun</i>	<i>ela mesma</i>

5. Codificação diferencial

Até o presente momento, discutimos aquilo que chamei de *pares de sentido simples*, em que os tipos de construção em oposição apresentam dois sentidos gramaticais, para os quais o contexto gramatical ou as subclasses lexicais não são diretamente relevantes.

No entanto, as correspondências entre forma e frequência também são amplamente encontradas em situações em que um único significado gramatical é codificado de maneira diferente em contextos gramaticais ou em subclasses lexicais diferentes. Denomino essas situações em que as duas construções em oposição expressam o mesmo sentido de codificação diferencial. O exemplo mais claro de codificação gramatical é a marcação de objeto diferencial (ou mais precisamente a sinalização diferencial de P, uma vez que a generalização central diz respeito aos argumentos P de verbos monotransitivos e sua sinalização por marcadores de caso ou adposições), como ilustrado pelos contrastes bem conhecidos no espanhol e no hebraico, discutidos em (8) e (9).

- (8) (a) *Veo la casa.*
"Vejo a casa"
(b) *Veo a la mujer.*
"Vejo a mulher"

- (9) (a) *Kani-ti sefer*
"Comprei um livro"
(b) *Kani-ti et há-sefer*
"Comprei o livro"

Aqui o significado de paciente é expresso de duas formas distintas, dependendo se o P nominal é animado ou inanimado (em espanhol) ou definido ou indefinido (no hebraico). A hipótese para o espanhol diz respeito à frequência relativa do significado de paciente dentro do conjunto de todos os nominais animados e do conjunto de todos os nominais inanimados: a hipótese de que Ps inanimados são mais frequentes do que os Ps animados indica que a proporção de nominais inanimados que têm o papel de P é maior que a de nominais animados. Situação análoga ocorre para os Ps definidos e indefinidos no hebraico.

Outro exemplo de codificação diferencial vem da expressão de correferência agente-paciente. Em um conjunto de línguas, verbos de cuidados corporais (ou introvertidos), como lavar ou barbear, demonstram um comportamento diferente de verbos direcionados ao outro (ou extrovertidos), como matar ou odiar, conforme observado no inglês

em (10) e no russo em (11) (HAIMAN, 1983, p. 803; GENIUŠIENĖ, 1987; KÖNIG; VEZZOSI, 2004).

- (10) (a) *They shaved.*
"Eles se barbaram."
(b) *They hate themselves.*
"Eles se odeiam".
- (11) (a) *Oni myli-s'*
"Eles se lavaram."
(b) *Oni ubili sebja.*
"Eles se mataram."

Nos exemplos apresentados, a marcação reflexiva é diferencial, uma vez que depende da subclasse lexical (introvertido vs. extrovertido). Os termos mais curtos (codificação zero no inglês e reflexivo -s no russo) são usados com os verbos introvertidos, uma vez que esses são mais frequentemente empregados com a correferência agente-paciente do que os verbos extrovertidos.

Pode-se diferenciar dois subtipos de codificação diferencial: codificação cingida é uma codificação diferencial que depende do contexto gramatical (como a marcação de objetos diferenciais no hebraico), ao passo que codificação condicionada por subclasse é diferencial porque depende da subclasse gramatical (como a codificação reflexiva curta dos verbos introvertidos no inglês e no russo).

A explicação sobre a assimetria de codificação é a mesma que fornecemos para os pares de sentido simples: como mais nominais inanimados desempenham uma função P do que nominais animados, os ouvintes são menos surpreendidos quando encontram um argumento P inanimado e por isso necessitam menos de uma codificação especial nesse contexto⁹¹. Da mesma forma, como os verbos introvertidos são mais comumente usados em contextos de correferência agente-paciente, os ouvintes necessitam menos de uma marcação de reflexivo especial do que nos contextos em que um verbo extrovertido está presente.

91 Um parecerista ressalta que, quando uso o termo "encontrar" aqui, não estou me referindo à ocorrência explícita, pois o que importa é a frequência e a previsibilidade dos sentidos gramaticais, não das formas explícitas.

De maneira mais geral, em um par de codificação diferencial, estamos lidando com uma *associação usual* de um sentido gramatical com um contexto gramatical ou uma subclasse lexical. Meu argumento é que essas associações usuais necessitam menos de codificação do que as associações pouco usuais.

6. Pares de codificação diferencial no domínio nominal

Na presente seção, consideramos seis pares de codificação diferencial no domínio nominal, ao passo que na seção 7 apresentaremos seis pares no domínio predicacional.

6.1 Marcação de acusativo em argumentos P inanimados vs. animados

Em muitas línguas, argumentos P são codificados diferencialmente quando animados. Até onde tenho conhecimento, o P animado sempre recebe um marcador, enquanto o P inanimado é não codificado (BOSSONG, 1985; 1991; AISSSEN, 2003; IEMMOLO, 2013).

	Espanhol	Armênio
INANIMADO	<i>Ø la casa "a mulher"</i>	<i>mek "outro" (inanimado)</i>
ANIMADO	<i>a la mujer "a mulher"</i>	<i>mek -i "outro" (animado)</i>

Conforme discutido em outros trabalhos, um padrão interlinguístico bastante similar é encontrado na comparação entre argumentos P definidos vs. indefinidos, em línguas como o hebraico e o turco. Algumas línguas, como o hindustani, apresentam marcação acusativa especial de argumentos P quando esses são animados ou definidos. Isso ocorre devido à associação usual do papel de P com argumentos inanimados e indefinidos (conforme claramente estabelecido por COMRIE, 1989, p. 128; BOSSONG, 1991).

6.2 Marcação ergativa em pronomes de 1ª ou 2ª pessoa vs. nominais completos

Em algumas línguas, argumentos A são codificados diferencialmente quando ocorrem em 1ª ou 2ª pessoa (locufóricos), o que geralmente significa que há ausência de um marcador ergativo explícito, em contraste com o que ocorre com outros tipos de argumentos, especialmente nominais completos (DIXON, 1994, p. 86).

	Dyirbal	Georgiano
Pronome de 1ª pessoa	<i>nadya</i> ∅	<i>me</i> ∅
Nominal completo	<i>yarra-ŋgu</i> "homem"	<i>mama-m</i> "pai"

Essa generalização sobre a marcação diferencial de A é de alguma forma menos robusta do que a marcação de objeto diferencial universal, embora ambas pertençam a uma classe mais ampla de universais de associação referência-papel (HASPELMATH, 2021). Ambas recebem a mesma explicação em termos de correspondências entre forma e frequência, ou, mais especificamente, em termos de uma associação usual entre os papéis mais altos na hierarquia de papéis semânticos (agente e recipiente) e argumentos proeminentes referencialmente (1ª/2ª pessoa, animado, definido, topical).

6.3 Marcação locativa em nomes de lugares vs. nomes inanimados vs. nomes animados

Em um grande número de línguas, a sinalização de locativos é diferencial, de forma que os nomes de lugares tendem a receber codificação mais curta (comumente zero, como na língua tsuana), os nomes animados tendem a receber codificações mais longas e os nomes inanimados tendem a se situar entre os dois (ARISTAR, 1997; CREISELS; MOUNOLE, 2011; HASPELMATH, 2019b). No basco, temos um contraste entre as três formas; no tsuana, um contraste entre nomes de lugares e nomes inanimados; no tâmil, um contraste entre inanimados e animados.

	Basco	Tsuana	Tâmil
Nome de Lugares	<i>Bilbo-n</i> "em Bilbao"	<i>Gaborone</i> em Gaborone	
Inanimados	<i>mendi-tan</i> "na montanha"	<i>toporo -ng</i> "na cidade"	N-il
Animados	<i>neska-rengan</i> "na garota"		<i>N-itam</i>

Novamente, isso ocorre porque nomes de lugares são geralmente associados ao uso de locativos, o que é menos comum para nomes inanimados e ainda menos comum para nomes animados. Os paralelos com a marcação de objeto diferencial são tão salientes que Haspelmath (2019b) define esse padrão como *marcação de lugar diferencial*.

6.4 Marcação plurativa e singulativa em nomes individualistas vs. gregários

Em algumas línguas, há uma diferença condicionada pela subclasse na codificação de singular e plural, de modo que os nomes individualistas (aqueles que tendem a ocorrer com sentido uniplexo) têm marcação de plural explícita (plurativo), enquanto nomes gregários (aqueles que são comumente associados com sentidos multiplexos) têm marcação singulativa (singular explícito) (-em no galês, -ina no russo). Para uma discussão mais detalhada, ver Haspelmath e Karjus (2017) e Grimm (2018).

		Galês	Russo	Inglês
Individualista	<i>Multiplexo</i>	<i>cath-od</i> "gatos"	<i>koty</i> "gatos"	<i>cat s</i> "gatos"
	<i>Uniplexo</i>	<i>cath-Ø</i> "gato"	<i>kot Ø</i> "gato"	<i>cat Ø</i> "gato"
Gregários	<i>Multiplexo</i>	<i>moron</i> "cenouras"	<i>kartofel</i> "batatas"	<i>salt</i> "sal"
	<i>Uniplexo</i>	<i>moron -en</i> "cenoura"	<i>kartofeli-ina</i> "batata"	<i>grain of salt</i> "grão de sal"

O sufixo -en no galês é geralmente considerado um marcador flexional de singular, enquanto -ina em russo é tratado como derivacional. No presente contexto, essa diferença não desempenha nenhum papel, e mesmo o substantivo grain cumpre a mesma função no inglês.

6.5 Marcador adpossessivo com nomes inalienáveis vs. alienáveis

Em línguas nas quais substantivos inalienáveis (termos que designam partes do corpo ou relações de parentesco) se comportam de maneira distinta de substantivos alienáveis em construções adpossessivas, os marcadores possessivos são mais curtos (e tipicamente zero) para a subclasse inalienável, devido à associação comum do sentido adpossessivo com os termos que designam relações de parentesco e partes do corpo (HASPELMATH, 2017).

	Maltês	Diúla
INALIENÁVEIS	<i>id-Ø-i</i> 'minha mão'	<i>Soma Ø bulon</i> "os braços de Soma"
ALIENÁVEIS	<i>il-ktieb tieg ħ-i</i> 'meu livro'	<i>Soma ra monbilo</i> "o carro de Soma"

6.6 Marcação de definitude com vs. sem possuidor

Algumas línguas apresentam marcação diferencial de definitude, omitindo o artigo definido quando há presença de um adpossessivo nominal.

	Alemão	Hebraico	Galês
COM	<i>mein Ø</i>	<i>Ø sifr i</i> 'meu livro'	<i>Ø car y meddyg</i> "o carro do médico"
POSSESSIVO	<i>Buch</i>		
SEM	das Buch	ha-séfer 'o livro'	y car "o carro"
POSSESSIVO			

Esse fenômeno pode igualmente ser atribuído à correspondência entre forma e frequência: como os nomes acompanhados de possessivos são geralmente associados à definitude, o sentido definido é relativamente previsível, e a codificação adicional não é necessária (HASPELMATH, 1990).

7. Pares de codificação diferencial no domínio predicacional

7.1 Marcação reflexiva em verbos introvertidos vs. extrovertidos

Conforme previamente discutido na seção 5, algumas línguas apresentam marcação de reflexividade diferencial condicionada por subclasse, na qual verbos introvertidos (mais comumente associados a objetos correferenciais) apresentam uma codificação menos extensa do que verbos extrovertidos (os quais tendem a apresentar objetos anafóricos não-correferenciais) (HAIMAN, 1983; HASPELMATH, 2008c). Esse fato pode ser ilustrado pelos exemplos apresentados na sequência.

	Russo	Grego	Grego	Inglês
INTROVERTIDOS	<i>moet - sja</i>	<i>wast zich</i>	<i>plen ete</i>	<i>he washes Ø</i> <i>'ele se lava'</i>
EXTOVERTIDOS	<i>vidit sebja</i>	<i>ziet zichzelf</i>	<i>vlép-i ton</i> <i>eavtó tu</i>	<i>he sees himself</i> <i>'ele se vê'</i>

7.2 Marcação de destinatário e de 3ª pessoa em imperativos vs. indicativos

Há uma associação comum entre pessoa e modo, em que imperativos tendem a ter sujeitos em segunda pessoa e indicativos tendem a ter sujeitos em terceira pessoa. As línguas frequentemente apresentam codificação diferenciada de formas pessoais de segunda e terceira pessoa, e, como previsto, há uma tendência para que as formas de segunda pessoa sejam curtas ou zero nos imperativos (AIKHENVALD, 2010: 46), e as formas de terceira pessoa sejam curtas ou nulas no indicativo (SIEWIERSKA, 2010)."

	Latim	Turco
IMPERATIVO	2ª p. <i>lauda-Ø 'reze!'</i> 3ª p. <i>lauda-to 'deixe o rezar!'</i>	<i>lauda-Ø 'olhe'</i> <i>bak-sin "deixe a olhar"</i>
INDICATIVO	2ª p. <i>lauda-v-isti 'você rezou!'</i> 3ª p. <i>lauda-v-it 'ela rezou'</i>	<i>bak ıyör-un "você está olhando"</i> <i>bak-ıyör-Ø "ela está olhando"</i>

7.3 Marcação de predicativos e atributivos em raízes de propriedade (adjetivos) vs. raízes de ação (verbos)

Raízes de propriedades conceituais tendem a ocorrer na função discursiva atributiva, enquanto raízes de ação são comumente associadas com a função predicativa. Sendo assim, muitas línguas tendem a dividir a forma como elas tratam raízes de conteúdo: raízes conceituais de propriedade tendem a apresentar codificação zero ou curta na função atributiva, ao passo que raízes de ação tendem a necessitar de uma marcação atributiva explícita (afixos participais ou outros relativizadores). Em contraste, na função predicativa, as raízes conceituais de propriedades tendem a necessitar de uma marcação especial por meio de uma cópula, enquanto raízes de ação não a necessitam (CROFT, 1991, p. 67).

	Alemão	Francês	Mandarim	
ATRIB PROPRIEDADE	<i>klein-Ø</i> <i>es-Kind</i>	<i>petit Ø enfant</i>	<i>xião Ø háizi</i>	"criança pequena"
AÇÃO	<i>spiel-end</i> <i>es-Kind</i>	<i>enfant qui</i> <i>joue</i>	<i>wán de háizi</i>	"criança que brinca"
PRED PROPRIEDADE	<i>das Kind</i> <i>es-t klein</i>	<i>l'enfant est</i> <i>petit</i>	<i>háizi Ø xião</i>	"a criança é pequena"
AÇÃO	<i>das Kind</i> <i>spiel-Ø-t</i>	<i>l'enfant joue Ø</i>	<i>háizi Ø wán</i>	"a criança brinca"

Como Croft (2000) enfatiza, é esse tipo de divisão de codificação entre diferentes tipos de raízes semânticas que constitui a base das categorizações das classes de palavras, e, como essas são tendências universais, as classes de palavras que correspondem às três principais funções discursivas podem ser entendidas como universais (nomes, verbos, adjetivos).

7.4 Marcação causativa vs. anticausativa com eventos automáticos vs. custosos⁹²

Em algumas línguas, há uma diferença condicionada por subclasse na codificação de eventos causais e não-causais, de tal forma que raízes de verbos “automáticos” (aqueles que tendem a ocorrer com sentido não causal) apresentam marcação causativa, enquanto verbos “custosos” (aqueles que são comumente associados com sentido causal) apresentam marcação anticausativa. O padrão interlinguístico básico é então completamente paralelo ao da marcação plurativa e singulativa (seção 6.4).

			Francês	Russo	Swahili
AUTOMÁTICO	Não Causal	"ferver" (intransitivo)	<i>bouillir</i>	<i>kipet'</i>	<i>cham- k-a</i>
	Causal	"ferver" (transitivo)	<i>faire bouillir</i>	<i>kipjatit'</i>	<i>cham-sh-a</i>
CUSTOSO	Não Causal	"quebrar" (intransitivo)	<i>se casser</i>	<i>lomat'-sja</i>	<i>vunj- ik-a</i>
	Causal	"quebrar" (transitivo)	<i>casser</i>	<i>lomat</i>	<i>vunj-a</i>

As classes semânticas “automática” e “custosa” são similarmente *ad hoc*, assim como as classes de substantivos “individualistas” e “gregários”, discutidas na seção 6.4 para o padrão de marcação de número. Isso ocorre porque os padrões interlinguísticos são muito menos regulares do que em outros casos, e as divisões são bastante diferentes em diferentes línguas. Ainda assim, ao analisar-se uma ampla variedade de línguas, é possível observar os padrões interlinguísticos primeiro descritos em Haspelmath (1993) e relacionados aos padrões de frequência universais em Haspelmath et al. (2014)⁹³.

⁹² *Costly* no original (nota do tradutor).

⁹³ Em Haspelmath (2016) é apresentado um quadro ainda mais amplo que explica a distribuição de causativos e anticausativos de diferentes tipos (em particular, causativos analíticos vs. sintéticos) em termos de correspondências forma-frequência.

7.5 Marcação de orações subordinativas com sujeitos iguais vs. diferentes em complementos do verbo *querer*

As orações que atuam como complementos do verbo “querer” tendem a ter o mesmo sujeito que a oração principal, motivo pelo qual complementos com sujeito diferente (‘você quer que eu coma’) são raros e inesperados. De acordo com a correspondência universal de forma-frequência, nos casos em que o complemento de ‘querer’ tem sujeito diferente, as línguas tendem a utilizar marcadores subordinados especiais, como *dass* no alemão e *-te* em japonês, não utilizados nos contextos em que os sujeitos são iguais (HASPELMATH, 2013).

	Alemão	Japonês	
MESMO SUJEITO	<i>du willst ess-en</i>	<i>tabe-Ø-tai</i>	‘vocês quer comer’
SUJEITOS DIFERENTES	<i>du willst, dass ich esse</i>	<i>tabe-te hosii</i>	‘você quer que eu coma’

7.6 Marcação de oração de finalidade com verbos de movimento vs. verbos de não-movimento

Conforme apontado por Schmidtke-Bode (2009, p. 94), orações de finalidade são particularmente comuns nos casos em que há um verbo de movimento na oração principal, motivo pelo qual se pode esperar que a marcação de oração de finalidade será geralmente mais curta nesses contextos. Segundo Schmidtke-Bode, essa tendência é geralmente confirmada, como pode ser verificado no alemão (marcação zero, ou marcação infinitival pura, só é possível quanto a oração principal é um verbo de movimento).

	Alemão	Japonês
MOVIMENTO	<i>sie geht Ø schwimmen</i>	‘ela vai nadar’
NÃO-MOVIMENTO	<i>sie arbeitet, um zu überleben</i>	‘ela trabalha para viver’

8. Caminhos para a mudança

Como aponte na seção 1, a explicação adaptativo-funcional para as tendências universais que proponho aqui recaem sobre a flexibilidade ou a maleabilidade dos sistemas linguísticos. Nossas línguas não são sistemas rígidos e imóveis a que precisamos simplesmente obedecer: elas sempre apresentam algumas “brechas”, ou padrões de uso variável, e sempre oferecem a possibilidade de expressar as coisas do mundo de um jeito novo. Sendo assim, ainda que os caminhos ao longo dos quais as línguas variam e se adaptam sejam geralmente difíceis de elucidar, é possível ao menos imaginar como isso ocorre: a mudança linguística é (ao menos parcialmente) motivada pelas preferências do falante por enunciados de fácil compreensão, motivo pelo qual são empregadas estruturas amigáveis (ou adaptáveis) para os usuários da língua (KELLES, 1994).

A forma como esse processo funciona é provavelmente mais transparente na mudança lexical. Como apontei brevemente na primeira seção, itens lexicais demonstram a mesma forte tendência de exibir correspondências entre forma e frequência (ver o universal em (1)): palavras frequentes são curtas, e palavras raras são mais extensas em todas as línguas (por exemplo, BENTZ; FERRER-I-CANCHO, 2016). Um mecanismo a partir do qual palavras mais frequentes se tornam mais curtas é o *clipping* (conforme originalmente apontado por ZIPF, 1935). Por exemplo, conceitos intelectuais avançados com nomes relativamente longos, como “matemática” e “religião”, podem se tornar palavras comuns do dia a dia quando se referem a disciplinas escolares. Assim, no alemão coloquial, as formas abreviadas *Mathe* e *Reli* para essas disciplinas são muito comuns. O processo de clipping não é regular diacronicamente, e sua aplicação a palavras empregadas raramente resulta em formas fortemente desviantes (por exemplo, **Topo* para *Topologie* 'topologia' ou **Theo* para *Theologie* 'teologia'). Ainda assim, quando um conceito precisa ser expresso frequentemente, torna-se bastante útil ter uma forma curta para designá-lo, a tal ponto que mesmo estruturas que inicialmente parecem mal-formadas têm boas chances de se espalharem pela população, independentemente

de percepções normativas. Por esse motivo, a utilidade pode superar a convenção, e novas convenções, mais adaptadas, podem se espalhar pela comunidade.

Outro mecanismo relevante de mudança, que tem sido ressaltado particularmente por Joan Bybee, é a redução fonética. Algumas palavras são curtas devido à redução e à sobreposição de gestos articulatorios, como os exemplos do inglês *gonna* (*de going to*) e *don't* (*de do not*) (BYBEE, 2015). A redução fonética cumpre um importante papel em explicar assimetrias na codificação em alguns casos, como os exemplificados abaixo.

- | | | |
|-----------------|------------------|-----------------------------------|
| (12) (a) Inglês | <i>mine</i> | (pronome possessivo independente) |
| | <i>my</i> | (pronome possessivo preso) |
| (b) Polonês | <i>śpiewa-sz</i> | [cantar-2ª SG] 'você canta' |
| | <i>śpiewa-Ø</i> | [cantar-3ª SG] 'ela canta' |

Em ambos os pares, o segundo membro é mais frequente e mais curto, derivando-se de uma forma mais extensa (*my* < *mine*; *śpiewa* < **śpiewa-t*), aparentemente por um processo de redução fonética.

No entanto, nem o clipping nem a redução fonética são os mecanismos de mudança na grande maioria dos padrões assimétricos que observamos nas seções 3-7 e nas seções 6-7. Na maioria dos casos, as assimetrias são o resultado de um desenvolvimento diferencial de uma nova construção. Por exemplo, nos pares apresentados em (13), o primeiro membro apresenta um elemento novo que foi criado em algum ponto, enquanto o segundo membro não desenvolveu um marcador para o sentido relevante.

- | | | |
|-----------------|-------------------------|---|
| (13) (a) Inglês | <i>they will prayse</i> | (futuro; will criado a partir de 'want') |
| | <i>they Ø praise</i> | (presente) |
| (b) Francês | <i>se casser</i> | ('quebrar' intransitivo; se a partir do pronome reflexivo, isto é, 'se, a si mesmo') |
| | <i>Ø casser</i> | ('quebrar' transitivo) |
| (c) Russo | <i>vidit-sja</i> | ('é visto' passivo; sja criado a partir do pronome reflexivo, isto é, 'se, a si mesmo') |
| | <i>vidit-Ø</i> | ('ver' ativo) |

Em muitos outros casos, não sabemos como o marcador se desenvolveu porque sua origem é muito antiga, como é o caso do marcador de comparativo na forma do inglês *small-er* “menor” (seção 3.6), da cópula em *the child is small* “a criança é pequena” (seção 7.3) ou do marcador de imperativo em 3ª pessoa no turco *bak-sin* “deixa-a olhar” (seção 7.2). Entretanto, é bastante provável que esses padrões assimétricos também tenham surgido de um desenvolvimento diferencial.

Semelhante é a situação da expansão diferencial de um novo padrão de marcação (HASPELMATH, 2008b, p. 207). O artigo definido recém desenvolvido não se espalhou para nominais possessivos no alemão (14a), enquanto o marcador possessivo recém desenvolvido *tiegh-* não se espalhou para substantivos inalienáveis no maltês (14b).

(14) (a) Alemão	<i>das Buch</i>	'o livro'	
	<i>mein Ø Buch</i>	'meu livro'	
		(sem artigo definido, rever a seção 6.6)	
(b) Maltês	<i>il-ktieb tiegh-i</i>	[o-livro de-1ªSG]	'meu livro'
	<i>id-Ø-i</i>	[mão-Ø-1ªSG]	'minha mão'
		(rever seção 6.5)	

Outra possibilidade de ocorrência da codificação assimétrica é a eliminação de um contraste de codificação apenas em contextos nos quais não é particularmente necessário. No alto alemão médio, todos os substantivos masculinos da classe *-n* desenvolveram uma distinção nominativo-acusativa, independentemente de serem ou não animados. No alemão moderno, essa distinção se perdeu para nomes inanimados, mas não para animados, como *Affe* “macaco”, de modo que temos uma situação envolvendo uma marcação acusativa diferencial, como pode ser observado em (15) (ver NÜBLING, 2008, p. 303-306).

(15)	Nominativo	Acusativo	
Alto alemão médio	<i>knote-Ø</i>	<i>knote-n</i>	'nó'
	<i>affe-Ø</i>	<i>affe-n</i>	'macaco'
Alemão moderno	<i>Knoten</i>	<i>Knoten</i>	'nó'
	<i>Affe-Ø</i>	<i>Affe-n</i>	'macaco'

Há, dessa forma, múltiplas formas pelas quais uma codificação assimétrica pode ocorrer em uma língua. Esse fato revela que os padrões de codificação assimétrica não ocorrem devido a tendências inerentes aos tipos de mudança que levam a eles, mas devido a fatores que favorecem resultados particulares (ver a seção 9.4 para uma discussão mais detalhada).

9. Frequência e previsibilidade na cadeia causal

Nesta seção, discuto alguns aspectos adicionais da explicação baseada na eficiência para as tendências de codificação assimétrica.

9.1 Marcação e iconicidade

Em um trabalho anterior, ao examinar duas explicações alternativas para a codificação assimétrica, argumentei que essas explicações eram menos abrangentes, ou não forneciam as relações causais necessárias.

Em Haspelmath (2006), argumentei que a “marcação” (*markedness*, em inglês) não oferece uma explicação, uma vez que não há um conceito de marcação unitário e geralmente reconhecido. Além disso, se adotássemos um único conceito de marcação como uma característica representacional da gramática universal, não teríamos uma ligação causal. Uma explicação que forneça ligações causais é preferível a outra que substitua o *explanandum* por outro conceito não explicado, para o qual não há evidência independente.

Em Haspelmath (2008a), defendi que a iconicidade (ou a tendência para uma correspondência entre forma e significado) geralmente não pode funcionar como uma explicação dos universais da codificação assimétrica, porque em muitos casos, mesmo não havendo diferenças de significado, ainda encontramos assimetrias de codificação. Esse é o caso em todos os pares de codificação diferencial (seções 5-7), nos quais o mesmo significado gramatical é expresso em ambos os tipos de construção. Para assimetrias como a marcação acusativa de objetos animados ou inanimados, a marcação locativa em nomes de lugares e nomes comuns, e o uso atributivo vs. predicativos de termos de propriedade (adjetivos), a previsibilidade baseada em frequência

faz a predição correta, mas a iconicidade não parece fazer nenhuma predição. Por fim, no caso da oposição positivo vs. comparativo (seção 3.6), geralmente se argumenta que o comparativo é na realidade semanticamente mais simples.

Outra possível explicação alternativa pode reverter a cadeia causal de (3) (frequência → previsibilidade → encurtamento) e permitir a defesa de que a maior frequência de uso de formas curtas se dá exatamente devido à curta extensão dessas formas. Por exemplo, o singular pode ser mais frequente do que o plural porque as formas são mais curtas. Essa explicação não apenas é pouco intuitiva (especialmente para codificações assimétricas como afirmativa-negativa ou positiva-comparativa), como também estabelece a predição equivocada quando uma língua apresenta codificação simétrica (por exemplo, quando apresenta tanto um marcador de presente quanto de futuro, ambos igualmente longos), um caso no qual não deveria haver diferença de frequência. Na verdade, as diferenças de frequência são independentes da codificação, uma vez que são encontradas em todas as línguas, independentemente dos padrões de codificação.

9.2 Eficiência de codificação e previsibilidade

A explicação que propus reside no reconhecimento de que sistemas linguísticos tendem a ser mais eficientes, isso é, auxiliam os usuários a fazer bom uso de recursos escassos (articulações do falante) para um resultado comunicativo desejado (compreensão das intenções do falante). Deve haver portanto um equilíbrio entre parcimônia e clareza: as articulações devem ser reduzidas somente até o ponto em que não comprometam a compreensão.

Esse equilíbrio, ou compensação, entre facilidade de articulação e facilidade de decodificação tem sido comumente postulado na Linguística, e não há justificativa para questioná-lo aqui (ver, por exemplo, VON DER GABELNTZ, 1891; LANGACKER, 1977; LINDBLOM; MADDIESON, 1988; FEDZECHKINA; JAEGER; NEWPORT, 2012; GORDON, 2016; KEMP; XU; REGIER, 2018).

No entanto, um fator-chave que naturalmente auxilia a compreensão é a previsibilidade: se o conteúdo da mensagem não surpreende, a

mensagem pode ser abreviada. Os falantes podem acomodar certas formas curtas ou codificações zero para significados previsíveis, mas necessitarão empregar grande esforço para lidar com significados imprevisíveis.

Se o contexto é mantido constante, significados de alta frequência são mais previsíveis do que os de baixa frequência: é menos surpreendente se minha interlocutora usa uma forma no presente do que se usa uma forma no futuro, assim como é menos surpreendente se ela falar sobre *Mathe* do que se falar sobre *Topo* no alemão (relembrar a seção 7). Dessa forma, conforme já ressaltado na seção 1, a cadeia causal parte da alta frequência para a previsibilidade, e da previsibilidade para a codificação curta.

Uma explicação baseada na previsibilidade é confirmada ao considerarmos fenômenos que envolvem previsibilidade, mas não (necessariamente) alta frequência: me refiro à alta previsibilidade de significados⁹⁴. Por exemplo, quando uma sentença diz respeito a um referente mencionado há pouco, naturalmente há uma alta previsibilidade (ou acessibilidade, nos termos de ARIEL, 1990). Nessas situações, as línguas geralmente usam formas curtas ou zero, conforme ilustrado nos exemplos em (16).

(16) *Previsibilidade contextual*

(a) Forma curta para um referente previsível:

*A menina foi até o rio; **ela** procurou um peixe.*

(b) Codificação zero para um referente previsível:

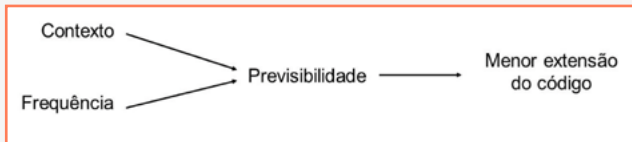
*A menina foi até o rio e **Ø** procurou um peixe.*

Nesses casos, o padrão ineficiente, com uma forma curta em um contexto imprevisível, é impossível (**Ela_i foi ao rio e a garota_i procurou um peixe*). Embora não se questione o fato de que pronomes pessoais e outras formas anafóricas sejam geralmente menos extensos do que substantivos completos, há pouco destaque para essa evidência, uma

94 Alguns psicolinguistas afirmam que a previsibilidade contextual ou local é melhor preditor do que a frequência de uso para um grande número de efeitos, incluindo extensão da palavra (por exemplo, PIANTADOSI; TILY; GIBSON, 2011). Entretanto, aparentemente as duas medidas estão geralmente bastante correlacionadas, e, no nível de resolução necessário para explicar tendências interlinguísticas na codificação gramatical, as diferenças não parecem importar muito.

vez que os linguistas geralmente não consideram a extensão do código um conceito importante para entender padrões morfossintáticos. Entretanto, no presente contexto, essas considerações sustentam a explicação das assimetrias universais em termos de eficiência do código e previsibilidade. A cadeia causal esboçada em (3) pode então ser expandida para a cadeia apresentada na Figura 1, revelando duas causas distintas, mas um resultado uniforme, para a previsibilidade.

Figura 1: Cadeia causal que leva à menor extensão do código



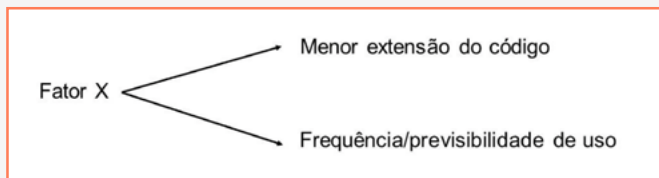
9.3 Qual é a causa essencial?

Ao apresentar, ao longo dos anos, a explicação para as assimetrias na codificação baseada em frequência e previsibilidade, tenho comumente ouvido que a frequência não pode ser a causa essencial dos padrões interlinguísticos. O argumento era de que a frequência em si deve ser causada por algum fator, e isso não é representado na cadeia causal descrita na Figura 1. O que causaria uma maior frequência de uso do singular em comparação com o plural, do presente em comparação com o futuro, do afirmativo em comparação com o negativo e assim por diante? O que faria substantivos nominais inanimados ocorrerem em P mais frequentemente do que os nominais animados? Talvez esse fator, seja qual for, poderia causar independentemente tanto a frequência/previsibilidade quanto a menor extensão da codificação, motivo pelo qual a cadeia causal deveria ser diferente – como na Figura 2, e não como na Figura 1.

Essa é uma possibilidade que precisa ser seriamente considerada, mas não é claro o que seria esse fator X. Mayerthaler (1981, p. 136-140) propõe que a marcação causa tanto maior frequência quanto menor extensão, mas “inversões de marcação” revelam que essa não pode ser a explicação (veja HASPELMATH, 2006, p. 44). Além disso, é completamente obscuro como um traço abstrato de marcação conduziria a uma maior frequência de uso. Não conheço nenhum outro candidato

para esse fator X, motivo pelo qual não discutirei essa possibilidade no que segue.

Figura 2: Uma concepção alternativa para a cadeia causal



Em última análise, obviamente gostaríamos de conhecer as causas das assimetrias de frequência, mas essas parecem diversas. Por exemplo, a maior frequência do presente em comparação com o futuro parece relacionar-se com o que sabemos sobre presente e futuro: o futuro é muito mais incerto, por isso não podemos falar muito sobre ele. A maior frequência de substantivos masculinos relacionados a profissões em comparação com substantivos femininos deve relacionar-se com a frequência das profissões no mundo real: profissões masculinas são tradicionalmente mais diversificadas, então os substantivos relacionados a profissões masculinas são (ou eram) usados mais frequentemente. Mas a maior frequência de singular em comparação com o plural deve relacionar-se com nossas preferências cognitivas, já que não pode ser motivada pelo mundo (no qual não há mais entidades singulares do que plurais) ou por nosso conhecimento sobre o mundo. Parece que simplesmente preferimos falar sobre entidades individuais.

Em contraste com as origens diversas das assimetrias de frequência, seus resultados são muito uniformes, um fato que o presente trabalho se propõe a explicar.

9.4 Forma de demonstrar o vínculo causal

O foco deste artigo é apresentar uma ampla variedade de fenômenos das línguas do mundo, alguns dos quais têm sido estudados extensivamente e são bem conhecidos, todos casos especiais da generalização abrangente sobre a correlação entre forma- frequência apresentada em (2). Discuti também a proposição de um vínculo causal entre

frequência e codificação assimétrica, alinhada com alguns trabalhos anteriores. Nesta seção, vou considerar brevemente dois pontos de crítica levantados por dois revisores.

Por um lado, pode-se questionar qual é a evidência de que os diversos tipos de mudanças que foram examinados na seção 8 são realmente motivados pela preferência por uma codificação eficiente. Cristofaro (2019, p. 27) defende que “configurações gramaticais recorrentes não parecem emergir devido a princípios que favorecem essas configurações particulares em si mesmas”. De fato, linguistas históricos comumente atribuem mudanças diacrônicas a processos como analogia, reinterpretação motivada pelo contexto, metonimização ou gramaticalização, mais do que a processos de aumento da eficiência. Por esse motivo, poder-se-ia argumentar que os resultados observados não são motivados por adaptação funcional, mas por esses processos clássicos e pelas propriedades das fontes típicas (Cristofaro, 2017, define essa abordagem como orientada pela fonte).

De fato a mudança linguística geralmente parece ser regular, e pode-se dizer que, somadas a restrições adaptativo-funcionais orientadas pelo resultado, há também restrições mutacionais (restrições nas mudanças possíveis ou em fontes diacrônicas possíveis) que conduzem a universais observados (HASPELMATH, 2019a). Entretanto, como vimos na seção 8, existe uma ampla faixa de caminhos distintos para a mudança que levam a resultados uniformes. Esse tipo de multiconvergência de mudanças diversas não pode ser explicado por uma abordagem orientada pela fonte. Cristofaro (2019, p. 38) verifica que “diferentes processos diacrônicos podem levar ao mesmo resultado sincrônico por diversas razões”, mas essa seria uma coincidência acidental, ao passo que as assunções universais propostas neste artigo vão muito além dessas possíveis coincidências. Pode parecer surpreendente que as regularidades interlinguísticas resultantes não estejam relacionadas com as supostas regularidades da mudança, mas eu compararia esse cenário com a análoga situação da evolução biológica, na qual mudanças adaptativo-funcionais também não emergem de mudanças regulares (mas de seleção natural; ver NATTLE, 1990).

Por outro lado, pode-se questionar se não avançaríamos mais observando as correlações entre codificação assimétrica e frequência e

testando a hipótese causal experimentalmente. De fato, isso foi feito em diversos estudos que empregaram paradigmas de aprendizado de línguas artificiais em menor escala. Nesse sentido, Fedzechkina et al. (2012) reportaram que aprendizes reestruturaram uma língua artificial com marcação diferencial de caso de forma a corresponder a padrões interlinguísticos comuns. Kurumada e Grim (2019) observaram que aprendizes preferencialmente produzem marcação de plural em substantivos que são menos prováveis de ocorrerem com sentido plural, o que se alinha com tendências interlinguísticas (relembrar a seção 6.4)⁹⁵. Há ainda um conjunto de estudos experimentais de línguas com marcação opcional que apontam para a mesma direção, como os experimentos de Kurumada e Jaeger (2015) sobre a marcação de caso opcional no japonês. Tais trabalhos não tiveram grande influência entre linguistas não especializados em psicolinguística, mas seus resultados são plenamente compatíveis com as teses defendidas no presente artigo. Naturalmente, há muitos novos tópicos que emergem ao considerar-se os mecanismos psicológicos precisos que podem ser responsáveis pelo comportamento do falante (veja JAEGER; BUS, 2018, para uma pesquisa abrangente). Espera-se que este artigo contribua para aproximar essa linha de trabalho advinda da psicolinguística com a pesquisa sobre gramática comparativa.

É importante lembrar, entretanto, que mesmo que nem todas as perguntas sobre conexões causais sejam respondidas, não há uma teoria alternativa capaz de explicar uma fração sequer dos fenômenos apresentados nas seções 3-7. Na prática, a principal perspectiva alternativa à explicação aqui fornecida defende que todos esses fenômenos devem ser discutidos (e talvez explicados) isoladamente.

10. Um pouco de história

As ideias aqui apresentadas não são exatamente originais, por isso as relacionarei brevemente com os mais importantes trabalhos anteriores sobre codificação assimétrica em gramática: Greenberg (1966), Croft (1990; 2003) e Hawkins (2004).

⁹⁵ Kanwal et al. (2017) obteve resultados análogos quando estudou a extensão da palavra em um design experimental similar, “confirmando a conjectura de Zipf de que o Princípio do Menor Esforço pode explicar características universais de distribuição da extensão da palavra”.

Greenberg (1966) foi o primeiro a notar que uma ampla variedade de pares de sentido simples (alguns dos quais discutimos nas seções 3-4) são assimétricos de várias maneiras. Ele não mencionou a codificação assimétrica em pares de codificação diferencial, mas, no lugar disso, enfatizou os aparentes paralelos com assimetrias em inventários de segmentos fonológicos. Em sua visão, tanto a codificação assimétrica (“expressão zero de uma categoria não marcada”) quanto a frequência de uso são manifestações ('critérios') de marcação, mas ele não procurou desenvolver possíveis explicações para os padrões que descobriu (tanto quanto em seu trabalho de 1963, no qual as explicações eram secundárias). Entretanto, o autor observou que, enquanto a maior frequência de segmentos fonológicos não marcados é resultado de suas outras propriedades não marcadas, “o papel da frequência em semântica-gramática” parece ser primário (GREENBERG, 1966, p. 65).

O trabalho de Haiman (1983) (ver também Haiman, 1985) foi importante por discutir uma ampla variedade de fenômenos, como a marcação de adpossessivos (ver seção 6.5), a marcação reflexiva (ver seção 7.1) e os causativos (ver seção 7.4) em termos de “iconicidade” e “economia”, além de destacar o papel das compensações (“motivações em competição”).

Croft (1990, capítulo 4) seguiu de perto o trabalho de Greenberg e foi inspirado por Hayman, embora, na versão de 2003 de seu livro (CROFT, 2003), ele não mais analise a frequência como um simples critério adicional de marcação. A nova versão de seu trabalho defende que a frequência oferece uma “explicação mais profunda” dos efeitos de economia e iconicidade observados (a “economia” se refere à parcimônia, e a “iconicidade”, à explicitação, nos meus termos). O autor ressalta que a explicação é a mesma oferecida por Zipf para a correlação entre pequena extensão e frequência (CROFT, 2003, p. 112). Ele também discute pares de codificação que se diferenciam quanto à extensão (capítulo 6), mas os aborda sob o conceito confuso de “protótipos tipológicos”, e a relação entre esses padrões e a frequência de uso não fica muito clara. Ainda assim, o trabalho de Croft é o mais importante precursor da presente proposta.

Hawkins (2004, seção 3.2) formula um princípio muito geral (“Formas minimizadas”), que estabelece predições similares às explicações de

codificação assimétrica que proponho aqui. Entretanto, o autor discute apenas assimetrias de caso, número e gênero, além de ter pouco a dizer sobre codificação diferencial (ver também um resumo em HAWKINS, 2014, seção 2.2)⁹⁶. Fora da comunidade dos tipologistas, a ideia de uma compensação entre esforço do falante e transmissão robusta de informação também foi discutida por pesquisadores, por exemplo, nas áreas da fonologia, da linguística de *corpus* variacionista e da psicolinguística (AYLETT; TURK, 2004; JAEGER; TILY, 2011; HALL et al., 2018; GIBSON et al. 2019; LEVSHINA, 2019).

Assim, as ideias e hipóteses sintetizadas neste artigo não são completamente novas, e a única reivindicação que faço é a de que constituem a forma correta de explicar um grande número de padrões interlinguísticos que ainda são comumente discutidos sob termos muito diferentes. (Aparentemente, isso acontece porque os *insights* de Greenberg, Croft e Hawkins ainda não se tornaram amplamente reconhecidos na disciplina).

Conclusão

Para resumir, defendendo que, quando dois tipos de construção gramatical minimamente distintos diferem em frequência nas línguas, essas construções revelarão a tendência universal de exibir uma codificação assimétrica, isto é, a construção mais frequentemente usada tende a ser codificada com uma forma mais curta (ou zero), enquanto a menos frequentemente usada tende a ser codificada com uma forma mais longa. Listeï 25 pares de tipos de construção nos quais essa tese já foi corroborada pela literatura ou parece ser de corroboração plausível. Meu objetivo é documentar em trabalhos futuros outros casos adicionais de assimetrias de codificação.

Propus que as assimetrias universais de codificação podem ser explicadas como fenômenos causados por uma força adaptativo-funcional

96 Embora o autor aborde a marcação de objetos diferenciais apenas brevemente, sua explicação é idêntica àquela oferecida aqui (“inanimacidade e indefinição permitem a inferência à condição de objeto devido à sua frequente associação, e essa inferência permite a marcação zero de objeto”. Também é relevante ler Hawkins (2004, seção 3.2.3) porque ele relaciona sua “forma minimizada” à expressão de informação contextualmente previsível (acessibilidade, nos termos de ARIEL, 1990) e ao princípio da informatividade de Levinson, bem como à Teoria da Relevância. Essas conexões adicionais são de exploração válida, mas vão além do escopo deste trabalho.

de eficiência de codificação. Isso significa que os falantes, e por isso as línguas, devem estabelecer um equilíbrio entre as pressões conflitantes da parcimônia e da explicitação. Enquanto algumas línguas, para alguns padrões, revelam uma codificação totalmente explícita, e outras línguas, para alguns padrões, não revelam uma codificação explícita (isto é, apresentam parcimônia máxima), muitas línguas estabelecem um compromisso de eficiência, no qual a informação menos previsível recebe uma codificação explícita, e a informação mais previsível é deixada sem uma codificação (ou é codificada com menos segmentos). Padrões ineficientes são virtualmente não atestados.

O equilíbrio que essas línguas atingem pode ser visto como uma consequência da compensação que os falantes fazem no uso da língua, uma vez que, por meio da mudança linguística (um tipo de processo cultural evolucionário), as línguas podem se adaptar às necessidades dos falantes. Há múltiplos caminhos por meio dos quais padrões de codificação eficientes podem emergir, o que significa que temos uma evolução cultural convergente.

Para um conjunto de tipos de codificação individuais, existe uma rica literatura prévia, e em alguns casos diferentes explicações foram propostas. Não há espaço neste artigo para comparar a minha explicação com outras, mas alguns de meus trabalhos anteriores incluem essa análise em pontos específicos (por exemplo, HASPELMATH, 1999, seção 6; HASPELMATH, 2008a; 2008c, seções 2 e 8; HASPELMATH et al., 2014, seção 3; HASPELMATH, 2017; HASPELMATH; KARJUS, 2017, seção 3). No presente trabalho, me limitei a oferecer algumas reflexões sobre iconicidade e marcação, mas, especialmente para o domínio da codificação de argumentos e da reflexivização, há ainda uma volumosa literatura pautada numa perspectiva gerativa, na qual se faz uma tentativa de explicar os universais implicacionais. Defendo que todas essas explicações podem e devem ser substituídas pela explicação funcional-adaptativa – baseada nas noções de previsibilidade e eficiência de código – que aprofundi neste trabalho. Espero que trabalhos futuros possam aprofundá-la ainda mais.

Referências

AIKHENVALD, A. *Imperatives and commands*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

AISSSEN, J. Differential object marking: Iconicity vs. economy. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 21, n. 3, p. 435–483, 2003.

ARIEL, M. *Accessing noun-phrase antecedents*. London: Routledge, 1990.

ARISTAR, A. R. Marking and hierarchy types and the grammaticalization of casemarkers. *Studies in Language*, v. 21, n. 2, p. 313–368, 1997.

AYLETT, M.; TURK, A. The Smooth Signal Redundancy Hypothesis: A functional explanation for relationships between redundancy, prosodic prominence, and duration in spontaneous speech. *Language and Speech*, v. 47, n. 1, p. 31–56, 2004.

BENTZ, C.; FERRER-I-CANCHO, R. Zipf's law of abbreviation as a language universal. In: BENTZ, C.; JÄGER, G.; YANOVICH, I. (Eds.). *Proceedings of the Leiden Workshop on Capturing Phylogenetic Algorithms for Linguistics*. Tübingen: University of Tübingen, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15496/publikation-10057>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BOBALJIK, J. D. *Universals in comparative morphology: Suppletion, superlatives, and the structure of words*. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

BOSSONG, G. Differential object marking in Romance and beyond. In: KIBBEE, D.; WANNER, D. (Eds.). *New analyses in Romance linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 143–170.

BOSSONG, G. *Differenzielle Objektmarkierung in den neuiranischen Sprachen*. Tübingen: Narr, 1985. BYBEE, J. L. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BYBEE, J. L. *Morphology: A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

BYBEE, J. L. The grammaticization of zero: Asymmetries in tense and aspect systems. In: PAGLIUCA, W. (Ed.). *Perspectives on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p. 235–254. COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology: Syntax and morphology*. Oxford: Blackwell, 1989.

CREISSELS, D.; MOUNOLE, C. Animacy and spatial cases: Typological tendencies, and the case of Basque. In: KITTELÄ, S.; VÄSTI, K.; YLIKOSKI, J. (Eds.). *Case, animacy and semantic roles*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 155–182.

CRISTOFARO, S. Implicational universals and dependencies. In: ENFIELD, N. J. (Ed.). *Dependencies in language: On the causal ontology of linguistic systems*. Berlin: Language Science Press, 2017. p. 9–22. Disponível em: <http://langsci-press.org/catalog/book/96>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CRISTOFARO, S. Taking diachronic evidence seriously: Result-oriented vs. source-oriented explanations of typological universals. In: SCHMIDTKE-BODE, K. et al. (Eds.). *Explanation in typology*. Berlin: Language Science Press, 2019. p. 25–46. Disponível em: <http://langsci-press.org/catalog/book/220>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CROFT, William. Parts of speech as language universals and as language-particular categories. In: VOGEL, Petra M.; COMRIE, Bernard (Eds.). *Approaches to the typology of word classes*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 65–102.

CROFT, William. *Syntactic categories and grammatical relations: The cognitive organization of information*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1991.

CROFT, William. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. CROFT, William. *Typology and universals*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. DIESSEL, Holger. *The grammar network*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DIXON, R. M. W. *Ergativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DRYER, Matthew S. Negative morphemes. In: HASPELMATH, Martin et al. (Eds.). *The world atlas of language structures*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 454–457. Disponível em: <http://wals.info/chapter/112>. Acesso em: 07 jun. 2023.

FEDZECCHKINA, Maryia; JAEGER, T. Florian; NEWPORT, Elissa L. Language learners restructure their *input* to facilitate efficient communication. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 109, n. 44, p. 17897–17902, 2012. doi:10.1073/pnas.1215776109.

GENIUŠIENĖ, Emma. *The typology of reflexives*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1987.

GIBSON, Edward et al. How efficiency shapes human language. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 23, n. 5, p. 389–407, 2019.

GORDON, Matthew Kelly. *Phonological typology*. Oxford: Oxford University Press, 2016. GREENBERG, Joseph H. Language universals: With special reference to feature hierarchies. The Hague: Mouton, 1966.

GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, Joseph H. (Ed.). *Universals of language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1963. p. 73–113.

GRIMM, Scott. Grammatical number and the scale of individuation. *Language*, v. 94, n. 3, p. 527–574, 2018.

HAIMAN, John. Iconic and economic motivation. *Language*, v. 59, n. 4, p. 781–819, 1983.

HAIMAN, John. *Natural syntax: Iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. HALL, Kathleen Currie et al. The role of predictability in shaping phonological patterns. *Linguistics Vanguard*, v. 4, n. s2, 2018. doi:10.1515/lingvan-2017-0027.

HASPELMATH, Martin. A frequentist explanation of some universals of reflexive marking. *Linguistic Discovery*, v. 6, n. 1, p. 40–63, 2008.

HASPELMATH, Martin. Against markedness (and what to replace it with). *Journal of Linguistics*, v. 42, n. 1, p. 25–70, 2006.

HASPELMATH, Martin. Can cross-linguistic regularities be explained by constraints on change? In: SCHMIDTKE-BODE, Karsten et al. (Eds.). *Explanation in typology*. Berlin: Language Science Press, 2019. p. 1–23. doi:10.5281/zenodo.2583804

HASPELMATH, Martin. Comparative concepts and descriptive categories in crosslinguistic studies. *Language*, v. 86, n. 3, p. 663–687, 2010.

HASPELMATH, Martin. Creating economical morphosyntactic patterns in language change. In: GOOD, Jeff (Ed.). *Linguistic universals and language change*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 185–214.

HASPELMATH, Martin. Differential place marking and differential object marking. *STUF–Language Typology and Universals*, v. 72, n. 3, p. 313–334, 2019.

HASPELMATH, Martin. Explaining alienability contrasts in adpossession constructions: Predictability vs. iconicity. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, v. 36, n. 2, p. 193–231, 2017.

HASPELMATH, Martin. Explaining article–possessor complementarity: Economic motivation in noun phrase syntax. *Language*, v. 75, n. 2, p. 227–243, 1999.

HASPELMATH, Martin. Frequency vs. iconicity in explaining grammatical asymmetries. *Cognitive Linguistics*, v. 19, n. 1, p. 1–33, 2008.

HASPELMATH, Martin. More on the typology of inchoative/causative verb alternations. In: COMRIE, Bernard; POLINSKY, Maria (Eds.). *Causatives and transitivity*. Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 87–120.

HASPELMATH, Martin. On the cross-linguistic distribution of same-subject and different-subject “want” complements: Economic vs. iconic motivation. *SKY Journal of Linguistics*, v. 26, p. 41–69, 2013.

HASPELMATH, Martin. Role-reference associations and the explanation of argument coding splits. To appear in *Linguistics*, 2021.

HASPELMATH, Martin. The grammaticization of passive morphology. *Studies in Language*, v. 14, n. 1, p. 25–72, 1990.

HASPELMATH, Martin. Universals of causative and anticausative

verb formation and the spontaneity scale. *Lingua Posnaniensis*, v. 58, n. 2, p. 33–63, 2016.

HASPELMATH, Martin; CALUDE, Andreea; SPAGNOL, Michael; NARROG, Heiko; BAMYACI, Elif. Coding causal-noncausal verb alternations: A form-frequency correspondence explanation. *Journal of Linguistics*, v. 50, n. 3, p. 587–625, 2014.

HASPELMATH, Martin; KARJUS, Andres. Explaining asymmetries in number marking: Singulatives, pluratives, and usage frequency. *Linguistics*, v. 55, n. 6, p. 1213–1235, 2017.

HAWKINS, John A. *Cross-linguistic variation and efficiency*. New York: Oxford University Press, 2014.

HAWKINS, John A. *Efficiency and complexity in grammars*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

IEMMOLO, Giorgio. Symmetric and asymmetric alternations in direct object encoding. *STUF—Language Typology and Universals*, v. 66, n. 4, p. 378–403, 2013.

JAEGER, T. Florian. Redundancy and reduction: Speakers manage syntactic information density. *Cognitive Psychology*, v. 61, n. 1, p. 23–62, 2010.

JAEGER, T. Florian; BUZ, Esteban. Signal reduction and linguistic encoding. In: FERNÁNDEZ, Eva M.; CAIRNS, Helen Smith (Eds.). *The handbook of psycholinguistics*. Hoboken, NJ: Wiley, 2018. p. 38–81.

JAEGER, T. Florian; TILY, Harry. On language “utility”: Processing complexity and communicative efficiency. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science*, v. 2, n. 3, p. 323–335, 2011.

KANWAL, Jasmeen; SMITH, Kenny; CULBERTSON, Jennifer; KIRBY, Simon. Zipf’s Law of Abbreviation and the Principle of Least Effort: Language users optimise a miniature lexicon for efficient communication. *Cognition*, v. 165, p. 45–52, 2017.

KELLER, Rudi. *On language change: The invisible hand in language*. London: Routledge, 1994.

KEMP, Charles; XU, Yang; REGIER, Terry. Semantic typology and

efficient communication. *Annual Review of Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 109–128, 2018.

KÖNIG, Ekkehard; VEZZOSI, Letizia. The role of predicate meaning in the development of reflexivity. In: BISANG, Walter; HIMMELMANN, Nikolaus; WIEMER, Björn (Eds.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: de Gruyter, 2004. p. 213–244.

KURUMADA, Chigusa; GRIMM, Scott. Predictability of meaning in grammatical encoding: Optional plural marking. *Cognition*, v. 191, p. 103953, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2019.04.022>.

KURUMADA, Chigusa; JAEGER, T. Florian. Communicative efficiency in language production: Optional case-marking in Japanese. *Journal of Memory and Language*, v. 83, p. 152–178, 2015.

LANGACKER, Ronald W. Syntactic reanalysis. In: LI, Charles (Ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin, TX: University of Texas Press, 1977. p. 57–139.

LEVINSON, Stephen C. *Presumptive meanings: The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

LEVSHINA, Natalia. *Towards a theory of communicative efficiency in human languages*. Habilitation thesis, Leipzig University, 2019.

LINDBLOM, Björn; MADDIESON, Ian. Phonetic universals in consonant systems. In: HYMAN, Larry M.; LI, Charles N. (Eds.). *Language, speech, and mind*. London: Routledge, 1988. p. 62–78.

MAURER, Philippe; APiCS Consortium. Comitatives and instrumentals. In: MICHAELIS, Susanne Maria;

MAURER, Philippe; HASPELMATH, Martin; HUBER, Magnus (Eds.). *Atlas of pidgin and creole language structures*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 276–280. <https://apics-online.info/parameters/70>.

MAYERHALER, Willi. *Morphologische Natürlichkeit*. Wiesbaden: Athenaion, 1981.

MICHAELIS, Susanne Maria; APiCS Consortium. Going to named places. In: MICHAELIS, Susanne Maria; MAURER, Philippe; HASPELMATH,

Martin; HUBER, Magnus (Eds.). *Atlas of pidgin and creole language structures*. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 314–317. <http://apics-online.info/parameters/79>.

MIESTAMO, Matti. Standard negation: *The negation of declarative verbal main clauses in a typological perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

NETTLE, Daniel. *Functionalism and its difficulties in biology and linguistics*. In: DARNELL, Mike et al. (Eds.). *Functionalism and formalism in linguistics*, vol. I. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 445–467.

NEWEYER, Frederick J. Formal and functional explanation. In: ROBERTS, Ian (Ed.). *The Oxford handbook of universal grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NÜBLING, Damaris. Wastunmit Flexionsklassen? Deklinationsklassen und ihr Wandel im Deutschen und seinen Dialekten. *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*, v. 75, n. 3, p. 282–330, 2008.

PETERSON, David A. *Applicative constructions*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

PIANTADOSI, Steven T.; TILY, Harry; GIBSON, Edward. Word lengths are optimized for efficient communication. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 108, n. 9, p. 3526–3529, 2011.

POLINSKY, Maria. Applicative constructions. In: HASPELMATH, Martin et al. (eds.). *The world atlas of language structures*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 442–445. Disponível em: <http://wals.info/chapter/109>. Acesso em: 11 jun. 2023.

REINHART, Tanya; REULAND, Eric. Reflexivity. *Linguistic Inquiry*, v. 24, n. 4, p. 657–720, 1993.

SCHMIDTKE-BODE, Karsten. *A typology of purpose clauses*. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

SIEWIERSKA, Anna. Person asymmetries in zero expression and grammatical function. In: FLORICIC, Franck (Ed.). *Essais de typologie et de linguistique générale: Mélanges offerts à Denis Creissels*. Lyon: ENS Éditions, 2010. p. 471–485.

STOLZ, Thomas. ORDINALIA–Linguistisches Neuland: Ein Typologienblick auf die Beziehung zwischen Kardinalia und Ordinalia und die Sonderstellung von EINS und ERSTER. In: IGLA, Birgit; STOLZ, Thomas (Eds.). *Was ich noch sagen wollt... A multilingual Festschrift for Norbert Boretzky on occasion of his 65th birthday*. Berlin: Akademie, 2001. p. 507-530.

STOLZ, Thomas; LESTRADE, Sander; STOLZ, Christel. *The crosslinguistics of zero-marking of spatial relations*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2014.

STOLZ, Thomas; STROH, Cornelia; URDZE, Aina. On comitatives and related categories: *A typological study with special focus on the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

VON DER GABELNTZ, Georg. *Die Sprachwissenschaft, ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig: C. H. Tauchnitz, 1891. Republicação em 2016. Disponível em: <https://langsci-press.org/catalog/book/97>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ZIPF, George Kingsley. *The psycho-biology of language: An introduction to dynamic philology*. Cambridge, MA: MIT Press, 1935.

Sobre o autor

Martin Haspelmath é um linguista que estuda a diversidade dos sistemas gramaticais e lexicais do mundo e tenta entender o que é universal sobre eles. É co-editor do World atlas of language structures (Atlas mundial de estruturas linguísticas), 2005/2013, e co-fundador da Language Science Press. É professor honorário (adjunto) na Universidade de Leipzig, na Alemanha.

Sobre os editores\tradutores

Felipe Bilharva da Silva é professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Linguística (2019) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em Estudos da Linguagem (2015) e Licenciado em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa (2013) pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Realizou período de Doutorado-Sanduiche no Centro de Estudos para Ibero-América da Universidade de Heidelberg (Alemanha). Tem experiência nas áreas de Fonética e Fonologia do Português Brasileiro, contato fonético/fonológico do Português com

línguas de imigração germânicas, como o pomerano, produção e percepção da fala e aquisição da escrita.

Gabriel de Ávila Othero é Professor Associado do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. É fundador (juntamente com Cassiano R. Haag) e editor, desde 2003, da Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL; é coordenador da Coleção de Linguística da Editora Vozes (juntamente com Sergio Menuzzi), desde 2014; e idealizador do Observatório Sintático do Português Brasileiro (<https://sites.google.com/view/ospb/>), juntamente com Eduardo Kenedy (UFF), Leonel F. de Alencar (UFC) e Marcus V. Lunguinho (UnB). Mantém o podcast Linguística ON, desde 2024. Atua nas áreas de sintaxe (e sua interface com semântica, estrutura informacional e prosódia), gramática do português brasileiro, história da linguística e linguística geral.

Melissa Lazzari é Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLet) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (área de concentração “Estudos da Linguagem” e linha de pesquisa “Gramática e Significação”). Graduada em Letras pela UFRGS em 2022. Participou como bolsista de Iniciação Científica CNPq do grupo de pesquisa “Significação, Forma e Contexto” entre 2019 e 2022, com interesse em sintaxe do português brasileiro.

Pablo Nunes Ribeiro é professor adjunto do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS. Tem experiência na área de Teoria e Análise Linguística, com ênfase em temas relacionados a: (i) interface entre semântica lexical e morfossintaxe; (ii) processos envolvendo a estrutura argumental dos verbos e (iii) decomposição de predicados na Semântica Conceitual.

Sergio de Moura Menuzzi é licenciado em Letras pela UFRGS, fez mestrado em Linguística pela UNICAMP e doutorado também em Linguística pela Universidade de Leiden (Holanda). Foi professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, do Departamento de Linguística da UNICAMP, do Departamento de Linguística da UFRGS e é atualmente professor associado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, ambos da

UFRGS. Foi bolsista de produtividade do CNPq de 2004 a 2020. É coordenador, junto com Gabriel Othero, da Coleção de Linguística da Editora Vozes, e é membro do conselho editorial das revistas *Probus*, *Cadernos de Estudos da Linguagem* (UNICAMP), *Revista da ABRALIN*, *Revista de Estudos da Linguagem* (UFMG), *Alfa* (UNESP), *ReVEL*, entre outras. Publicou, entre artigos, livros, capítulos de livros, etc., mais de 50 itens de bibliografia na área de teoria e análise linguística. Foi editor, junto com Leo Wetzels (VU, Amsterdam) e João Costa (U. Nova de Lisboa), do “*Handbook of Portuguese Linguistics*” (Wiley, 2016). Suas publicações são, majoritariamente, sobre aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos do português brasileiro e a relevância desses aspectos para a teoria da gramática e das interfaces entre sintaxe com a semântica e a pragmática.

EDITORAS

Ana Paula Scher (USP/UFJF/CNPq)
Olga Ferreira Coelho Sansone (USP)

CONSELHO EDITORIAL

Adeilson P. Sadrins (UFRPE/UAG)
Adelia Maria Evangelista Azevedo (UEMS)
Ana Paula Scher (USP)
Aniela Improta França (UFRJ)
Atilio Butturri Junior (UFSC)
Carlos Alberto Faraco (UFPR)
Carlos Piovezani (UFSCar)
Carmem Luci Costa e Silva (UFRGS)
Cassiano R. Haag (MPSC)
Cátia de Azevedo Fronza (Unisinos)
Cláudia Regina Brescancini (PUCRS)
Claudia Toldo Oudeste (UPF)
Dermeval da Hora (UFPB)
Eduardo Kenedy (UFF)
Edwiges Maria Morato (Unicamp)
Eliane Silveira (UFU)
Elisa Battisti (UFRGS)
Esmeralda Negrão (USP)
Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS)
Heronides Moura (UFSC)
Indaia de Santana Bassani (UNIFESP)
Ingrid Finger (UFRGS)
Jairo Nunes (USP)
Janaína Weissheimer (UFRN)
João Paulo Cyrino (UFBA)

Juciane Cavalheiro (UEA)
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC)
Luiz Carlos Schwindt (UFRGS)
Luiz Francisco Dias (UFMG)
Mailce Mota (UFSC)
Marcelo Ferreira (USP)
Marcos Lopes (USP)
Marcus Lunguinho (UnB)
Maria Eugenia Duarte (UFRJ)
Mariangela Rios de Oliveira (UFF)
Pablo Ribeiro (UFSC)
Plínio Barbosa (Unicamp)
Rafael Minussi (Unifesp)
Renato Basso (UFSCAR)
Ronice Muller de Quadros (UFSC)
Ruth Lopes (Unicamp)
Simone Guesser (UFRR)
Simone Sarmiento (UFRGS)
Sirio Possenti (Unicamp)
Sonia Cyrino (Unicamp)
Tânia Maris de Azevedo (UCS)
Ubiratã K. Alves (UFRGS)
Vitor Nóbrega (UFSC)
Viviane de Melo Resende (UnB)

OBRAS JÁ PUBLICADAS

· COLEÇÃO ALTOS ESTUDOS EM LINGUÍSTICA

A aventura de Saussure

Eliane Silveira

Aquisição atípica da linguagem: modelos linguísticos e prática clínica

Cristiane Lazzarotto-Volcão, Marian Oliveira e Maria João Freitas

Formas de tratamento e “cordialidade”: mudança linguística e conceptualizações culturais

Geisa Mara Batista

Monotongação de ditongos orais no português brasileiro: uma revisão sistemática da literatura

Nancy Mendes Torres Vieira

Uma abordagem da cena genérica como embreante paratópico: em pauta as cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley

Manuel Veronez

Linguagem, cognição e ensino: reflexão sobre a linguagem em crianças com e sem diagnósticos

Thalita Cristina Souza Cruz e Fernanda Moraes D’Olive

Gramaticalização e gramática gerativa

Lorenzo Teixeira Vitral

“Ai, se seu te pego...”: aspectos prosódicos de estruturas desgarradas em língua portuguesa

Aline Ponciano dos Santos Silvestre

Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente

Rodriana Dias Coelho Costa Edinei Carvalho dos Santos e Kléber Aparecido da Silva

O caso mais grosseiro da semiologia: o que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios?

Stefania Montes Henriques

Investigações em linguística geral: textos escolhidos de Martin Haspelmath

Felipe Bilharva da Silva, Gabriel de Ávila Othero, Melissa Lazzari, Pablo Nunes Ribeiro, Sérgio de Moura Menuzzi

Fonologia e Ensino: descobertas e interfaces

Ubiratã Kickhöfel Alves e Gladis Massini-Cagliari.

Ensino de pronúncia e formação docente

Amanda Post da Silveira, Cristiane Conceição e Felipe Flores Kupske

O espanhol da Costa Rica segundo os ticos: um estudo de linguística popular

Carla Victória Jara Murillo; tradução Mariana Morales da Silva, Roberto Leiser Baronas, e Marcelo Rocha Barros Gonçalves

• COLEÇÃO LINGÜÍSTICA E SOCIEDADE

Linguagem simples pra quem? A comunicação cidadã em debate
Adelaide Silvam, Xoán Lagares e Marcus Maia

Da Subjacência à Superfície: A Contribuição de Leda Bisol para a Materialização da Fonologia no País. Uma homenagem da Associação Brasileira de Linguística
Ubiratã Kickhöfel Alves e Gladis Massini-Cagliari.

• COLEÇÃO LINGÜÍSTICA EM AÇÃO

Introdução à estatística para linguistas
Livia Oushiro

Investigando os sons de línguas não nativas: uma introdução
Felipe Flores Kupske, Ubiratã Kickhöfel Alves e Ronaldo Mangueira Lima Jr.

Linguística no feminino. Vozes femininas que fizeram a linguística no Brasil
Danniel Carvalho e Raquel Freitag

Manual de Morfologia Distribuída
Ana Paula Scher, Indaiá de Santana Bassani e Paula Roberta Gabbai Armelin

Manual de Prosódia Experimental
Plínio A. Barbosa

Uma introdução à semântica argumentativa
Vicente de Souza Cardoso Jr

